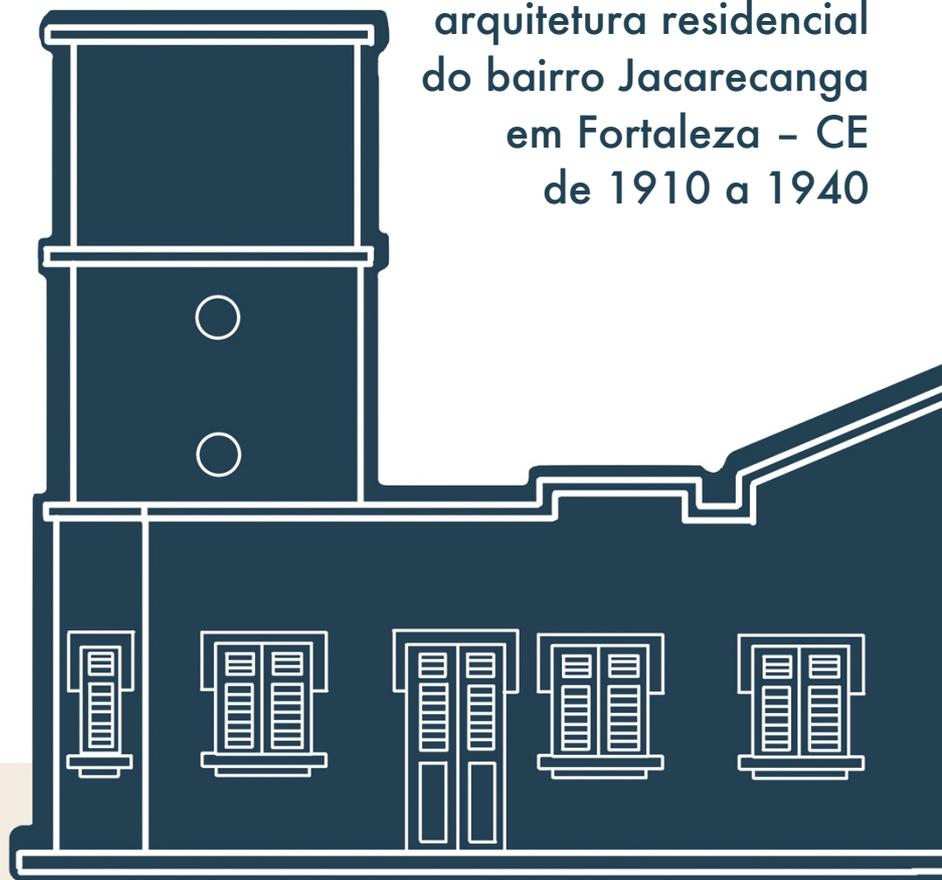
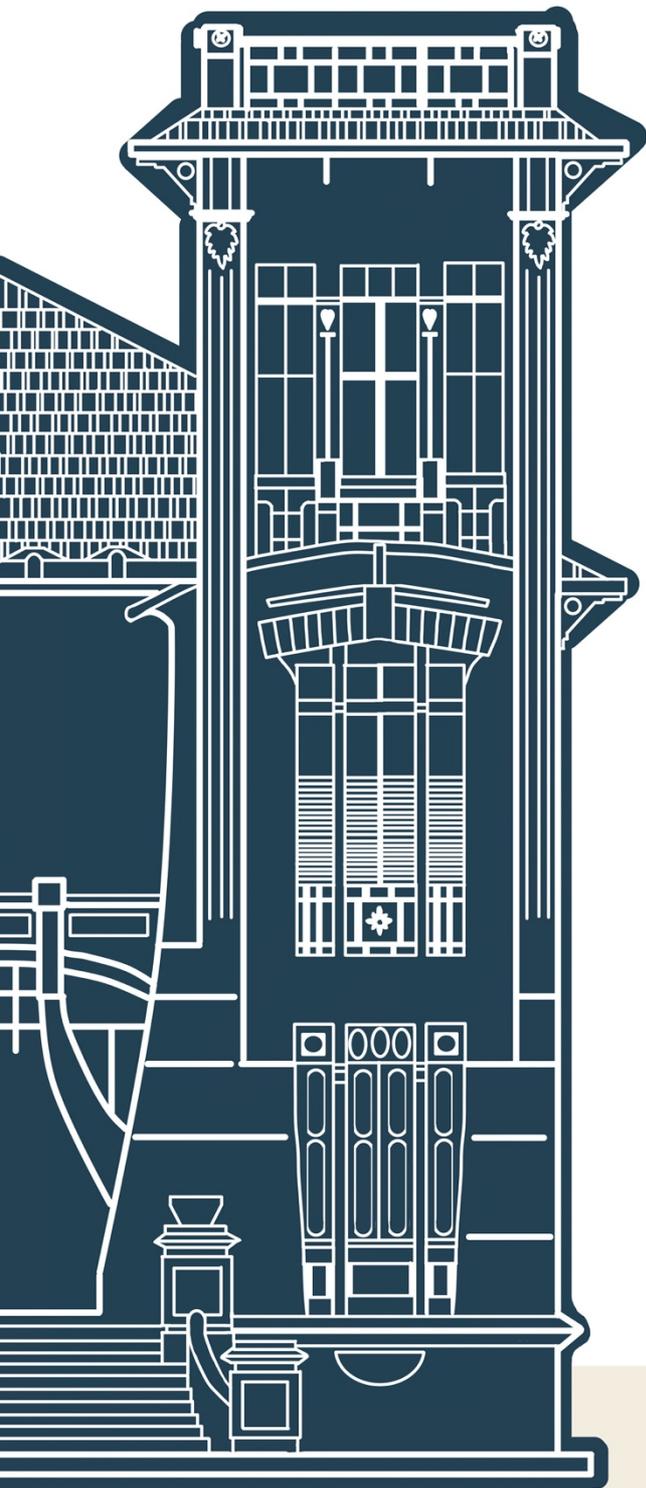


Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós - Graduação em
Arquitetura, Urbanismo e Design

o palacete e a vila operária:

arquitetura residencial
do bairro Jacarecanga
em Fortaleza - CE
de 1910 a 1940



Juan Nadson Marques Melo
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

**O PALACETE E A VILA OPERÁRIA:
ARQUITETURA RESIDENCIAL
DO BAIRRO JACARECANGA,
EM FORTALEZA-CE,
DE 1910 A 1940**

Juan Nadson Marques Melo

Dissertação apresentada ao Departamento de
Arquitetura, Urbanismo e Design da
Universidade Federal do Ceará como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre

Orientadora: Beatriz Helena Nogueira Diógenes

Fortaleza – 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M485p Melo, Juan Nadson Marques.

O Palacete e a Vila Operária : arquitetura residencial do bairro Jacarecanga em Fortaleza – CE de 1910 a 1940 / Juan Nadson Marques Melo. – 2021.

159 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Helena Bezerra Nogueira Diógenes.

1. Vila Operária. 2. Palacete. 3. Jacarecanga. 4. Tipologia residencial. I. Título.

CDD 720

JUAN NADSON MARQUES MELO

O PALACETE E A VILA OPERÁRIA: ARQUITETURA RESIDENCIAL DO BAIRRO JACARECANGA, EM FORTALEZA – CE, DE 1910 A 1940

Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Examinada em: 29/03/2021

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Beatriz Helena Nogueira Diógenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Pof. Dr. Romeu Duarte Júnior
Universidade Federal do Ceará

Pof. Dr. José Clewton do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Para minha mãe, *Suelda*
e para minha filha, *Liz*
que são a melhor parte de mim

Agradecimentos

À professora Beatriz Diógenes, pela orientação generosa e pelo carinho com que acolheu a minha pesquisa.

Aos professores Romeu Duarte e Margarida Andrade, pelos comentários valiosos durante a qualificação.

Aos professores do PPGAU+D UFC, pela imensa contribuição à minha formação acadêmica.

Ao PPGAU+D, por acolher o projeto de pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, com os quais tive a honra de conviver e partilhar a experiência acadêmica.

Aos colaboradores da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, em especial Marley Uchôa e Michael Rodrigues, pela imprescindível colaboração.

Aos meus pais, familiares, amigos e amigas por todo incentivo, cuidado e compreensão.

Às queridas Adriana e Neiliana pelas batalhas e vitórias compartilhadas.

Ao Isac, por todo companheirismo e afeto.

Resumo

As proposições contidas neste trabalho partem do interesse em analisar qualitativamente tipologias arquitetônicas residenciais urbanas do século XX (1910 - 1940) no bairro Jacarecanga, em Fortaleza-CE, tomando-se como objetos de investigação, neste estudo de caso, a Casa Thomaz Pompeu Sobrinho e a Vila São José - o palacete e a vila operária, respectivamente. Tais edifícios têm em comum o testemunho de um contexto histórico relevante na formação e na caracterização do bairro Jacarecanga, no entanto diferenciam-se quanto à composição, à morfologia, ao *status* social de seus primeiros residentes etc. Considerando-se que casas são artefatos, e que artefatos são objetos legítimos para o estudo das populações que os criaram, a escolha do tema do presente trabalho justifica-se pela relevância que a moradia desempenha no cotidiano, na formação do espaço, da sociedade e da cultura. Pretende-se abordar estes exemplares arquitetônicos não de forma meramente comparativa, mas buscando compreender suas especificidades espaciais no contexto histórico, social e urbano que compartilham.

Palavras-chave: Vila Operária, Palacete, Jacarecanga, Tipologia residencial

Abstract

The propositions of this work start from the interest in qualitatively analyzing urban residential architectural typologies of the 20th century (1910 - 1940) in the Jacarecanga neighborhood, in Fortaleza-CE, taking as objects of investigation, in this case study, Casa Thomaz Pompeu Sobrinho e Vila São José - the palace and the workers' village, respectively. Such buildings have in common the testimony of a relevant historical context in the formation and characterization of the Jacarecanga neighborhood; however, they differ in composition, morphology, social status of their first residents, etc. Considering that houses are artifacts, and that artifacts are legitimate objects for the study of the populations that created them, the choice of the theme of this work is justified by the relevance that housing plays in daily life, in the formation of space, society and of culture. It is intended to approach these architectural examples not in a merely comparative way, but seeking to understand their spatial specificities in the historical, social and urban context that they share.

Keyword: Vila Operária, Palacete, Jacarecanga, Residential typology

Lista de figuras

Figura 1.1 - Visita a uma fazenda, J-B Debret, <i>Voyage Pittoresque et Historique au Brésil</i> , 1834.....	32
Figura 1.2 - Tipos de habitação indígena, J-B Debret, <i>Voyage Pittoresque et Historique au Brésil</i> , 1834.....	32
Figura 1.3 - Aspectos de uma habitação colonial.....	37
Figura 1.4 - Casa onde se articulam elementos de origem diversa: a estrutura da habitação é europeia, já a cobertura de palha, as paredes de galhos entrançados, o emprego do barro são técnicas indígenas.....	44
Figura 1.5 - Habitação indígena (malocas) e utensílios como redes, bancos, cuias, tipiti (espremedor de mandioca) e cestaria. Exemplificam setores da atividade produtiva indígena incorporados à formação social brasileira.....	45
Figura 1.6 - Ilustração de Ivan Wasth Rodrigues retratando as ruas delimitadas pelas fachadas do casario.....	46
Figura 1.7 - Implantação e planta baixa de casas térreas coloniais.....	46
Figura 1.8 - Casa térrea e sobrado.....	47
Figura 1.9 - Planta baixa de um sobrado colonial.....	48
Figura 1.10 - Palácio Imperial, atual Museu Imperial, em estilo neoclássico.....	51
Figura 1.11 - Casa de porão alto e recuo lateral.....	53
Figura 1.12 - Exemplos de manifestações <i>Art Déco</i> no Brasil: Elevador Lacerda (Salvador), Biblioteca Municipal Félix Araújo (Campina Grande), Estação Ferroviária de Goiânia e o Cristo Redentor.....	67
Figura 1.13 - Vila operária da Cia. de Tecidos Paraibana em Santa Rita, Paraíba.....	68
Figura 1.14 - Vila operária da Fábrica de Passagem, Neópolis, Sergipe.....	69
Figura 1.15 - Fábrica de Tecidos Goyanna, em Pernambuco.....	69
Figura 1.16 - Fábrica de tecidos São José, em Fortaleza.....	69
Figura 2.1 - Planta de Fortaleza, de 1875, por Adolfo Herbster.....	76
Figura 2.2 - Espacialização do perímetro urbano de Fortaleza, segundo a Décima Urbana de 1890.....	80
Figura 2.3 - Espacialização das tipologias residenciais existentes em Fortaleza (1850).....	82

Figura 2.4 - Fortaleza 1922: As terras que estavam junto ao riacho Jacarecanga, no entorno da Praça Fernandes Vieira, ao longo av. Rockert e da av. Thomaz pompeu, antes chácaras, foram loteadas e vendidas para os proprietários dos palacetes que começavam a ser construídos no Bairro.....	85
Figura 2.5 - Perímetro urbano de Fortaleza (1922). Destaca-se a expansão urbana a oeste com a formação do bairro Fernandes Vieira (atual Jacarecanga).....	86
Figura 2.6 - Fortaleza, 1932: Destaque para o aumento da ocupação residencial nas proximidades da praça Fernandes Vieira (atual Praça do Liceu.....	89
Figura 2.7 - Bairro Campos Elíseos (SP) e entorno.....	90
Figura 2.8 - Palacetes ecléticos existentes nos Campos Elísios tombados pelo CONDEPHAAT SP.....	91
Figura 2.9 - Palácio dos Campos Elíseos, atual Centro Nacional de Referência e Empreendedorismo, Tecnologia e Economia Criativa do Sebrae.....	92
Figura 3.1 - Áreas de alta renda em Fortaleza até a segunda metade do século XX...96	
Figura 3.2 - Palacete Carvalho Motta no Centro de Fortaleza, CE.....	97
Figura 3.3 - Detalhes <i>Art Nouveau</i> em fachadas de residências ecléticas no bairro Jacarecanga nos primeiros decênios do século XX.....	98
Figura 3.4 - Detalhes <i>Art Nouveau</i> em fachadas de residências ecléticas no bairro Jacarecanga nos primeiros decênios do século XX.....	98
Figura 3.5 - Detalhes <i>Art Nouveau</i> em fachadas de residências ecléticas no bairro Jacarecanga nos primeiros decênios do século XX.....	98
Figura 3.6 - Itapuca Villa, construída pelo empresário abolicionista Alfredo Salgado, foi inspirada em uma mansão da Índia Inglesa. Ocupava a quadra da rua Guilherme Rocha entre as ruas Santa Isabel e Tereza Cristina.....	99
Figuras 3.7, 3.8 e 3.9 - Palacetes no bairro Jacarecanga com cobertura em águas e telhas francesas.....	100
Figura 3.10 - Localização de alguns Palacetes no bairro Jacarecanga.....	101
Figura 3.11 - Folder da EAOTPS de 2002.....	104
Figura 3.12 - Thomaz Pompeu Sobrinho.....	105
Figura 3.13 - Fotografia de Thomaz Pompeu Sobrinho com indígenas.....	106
Figura 3.14 - Villa Conti (1910), Civitanova Marche, no estilo <i>Italian Liberty</i> . Projeto de Paolo Sironi.....	107

Figura 3.15 - Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho.....	108
Figura 3.16 - Implantação da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	109
Figuras 3.17 e 3.18 - Fachada norte da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	110
Figuras 3.19, 3.20 e 3.21 - Detalhes da fachada norte da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	111
Figuras 3.22, 3.23 e 3.24 - Fachada leste da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho...	111
Figuras 3.25, 3.26 e 3.27 - Fachada oeste da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho..	112
Figura 3.28 - Fachada posterior da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	112
Figura 3.29 - Pinturas murais.....	114
Figura 3.30 - Salão nobre.....	114
Figura 3.31 - Princípio de composição em planta.....	115
Figura 3.32 - Planta do primeiro pavimento.....	116
Figura 3.33 - Vestíbulo da escada de acesso ao pavimento superior.....	117
Figura 3.34 - Planta do segundo pavimento.....	117
Figura 3.35 - Escada de acesso ao mirante e, logo abaixo, porta de acesso ao sótão.....	118
Figura 3.36 - Sótão da cobertura.....	118
Figura 3.37 - Planta do porão.....	119
Figura 3.38 - Foto do porão, sala onde funcionam as oficinas de bordado.....	119
Figura 4.1 - Panorâmica da implantação do parque fabril São José junto à ferrovia.....	121
Figura 4.2 - Ruínas da fábrica São José em 2014.....	127
Figura 4.3 - Fachada do Centro <i>Fashion</i> atualmente e a fachada da fábrica São José.	
Figura 4.4 - Pedro Filomeno.....	128
Figura 4.5 - Fachada do Lord Hotel em 1950 e atualmente.....	129
Figura 4.6 - Mapa síntese da área.....	131
Figura 4.7 - Áreas de assentamento popular em Fortaleza até a segunda metade do século XX.....	132
Figura 4.8 - Planta de situação e etapas de ocupação da Vila São José entre 1926 e 1940.....	134
Figura 4.9 - Planta e fachada de uma das variações da tipologia com quintal lateral.....	136

Figura 4.10 - Sub tipo (1B) de habitação gerada a partir da ocupação de parte do quintal de unidades vizinhas (1A).....	136
Figura 4.11 - Implantação antes e depois da ocupação da área lateral.....	137
Figura 4.12 - Planta e fachada do tipo 2.....	138
Figura 4.13 - Planta do tipo 3.....	138
Figura 4.14 - Fotos atuais das quadras onde se localiza o tipo 3.....	139
Figura 4.15 - Implantação das unidades de apartamentos.....	140
Figura 4.16 - Unidades de apartamentos multifamiliares.....	140
Figura 4.17 - Plantas do térreo e do pavimento superior do tipo 5.....	141
Figura 4.18 - Variações de fachadas da Vila São José seguindo o vocabulário <i>Art Déco</i>	142

Lista de tabelas

Tabela 3.1 - Ficha técnica da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	108
Tabela 4.1 - Estabelecimentos industriais existentes em Fortaleza entre 1920-1945.....	126
Tabela 4.2 - Relação das vilas operárias ligadas à indústria têxtil de Fortaleza entre 1920-1945.....	127
Tabela 4.3 - Tipos de casa encontrados na Vila São José.....	135

Lista de abreviaturas e siglas

RIC	Relevante Interesse Cultural
SEFIN	Secretaria de Finanças Municipal
PGV	Polo Gerador de Viagens
EAOTPS	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDUSCON	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil
TICCIH	The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico

"vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra das coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós."
(Lúcio Costa, 1929)

Sumário

Introdução.....	21
Capítulo 1 - Tipologia residencial e historiografia no Brasil.....	30
1.1 Abordagens e considerações sobre a casa brasileira.....	31
• A casa brasileira nos diários de viagem.....	31
• Gilberto Freyre e o estudo da casa brasileira.....	34
• Roberto DaMatta e Nestor Goulart Reis Filho: a casa, a rua e o lote urbano.....	35
• Carlos Lemos e o partido arquitetônico.....	38
• Maria Auxiliadora Decca, Telma de Barros Correia e Margarida Andrade: habitações operárias.....	39
• Annateresa Fabris, Maria Cecília Naclério Homem e José Liberal de Castro: ecletismo na morada burguesa.....	40
1.2 Considerações sobre tipologia edilícia.....	41
1.3 Aspectos tipológicos da casa urbana no Brasil.....	43
• Período colonial: casas térreas e sobrados.....	44
• Brasil Império: neoclassicismo, a casa de porão elevado e o cortiço.....	49
• Primeira República e ecletismo.....	55
• Industriais e operários: novos atores sociais.....	59
• O <i>Art Déco</i> e a habitação operária no Nordeste.....	64
Capítulo 2 - Transformações urbanas e sociais do final dos oitocentos a 1940 em Fortaleza.....	71
• Panorama geral: modernidade, urbanismo cientificista e <i>Belle Époque</i>	72
• Diretrizes urbanísticas e arquitetônicas em Fortaleza.....	77
• A expansão urbana a oeste (1910 - 1940) e o novo bairro residencial, Jacarecanga.....	83
• O caso dos Campos Elíseos (SP).....	90

Capítulo 3 - O palacete.....	94
• Palacetes ecléticos no bairro Jacarecanga.....	95
• A casa que virou escola.....	103
• O proprietário.....	105
• O palacete de Thomaz Pompeu Sobrinho.....	108
CAPÍTULO 4 - A vila operária.....	120
• Patrimônio Industrial e Vilas Operárias.....	121
• O parque industrial São José no contexto da indústria têxtil cearense.....	124
• O industrial Pedro Filomeno.....	128
• Jacarecanga: de área nobre a bairro operário.....	130
• A Vila Operária São José e suas etapas de expansão.....	133
• Tipos de casa na Vila Operária São José.....	135
Considerações finais.....	144
Referências bibliográficas.....	150

Introdução

A casa como objeto de estudo

A maneira como o espaço residencial é construído e organizado revela, para além da sua função primordial de abrigo, uma forma de organização do tempo, da comunicação e do significado. Esse espaço atua, portanto, como mediador das relações entre os membros de um grupo, diferenciando lugares, materializando mecanismos de controle da interação e aliviando tensões da vida em sociedade (SANTOS, 2005).

Considerando-se que o espaço habitado adquire valores simbólicos, que são necessários à preservação da identidade do indivíduo, constituindo assim um sistema de comunicação não-verbal (SANTOS, 2005), estudar a sociedade que produziu determinada casa mostra-se relevante, uma vez que os espaços construídos pelo homem podem refletir, por exemplo, sua compreensão do mundo e os hábitos de seu grupo sociocultural.

O habitar tende a incorporar valores e ideias comuns da sociedade, contribuindo também para a manutenção de costumes e tradições. O abrigo é uma das principais demandas do indivíduo e, pela maneira como o espaço é definido e organizado, pode evidenciar fatores relacionados à sua cultura (VERÍSSIMO, 1999).

Além de auxiliar na compreensão de aspectos que resistiram ao tempo, a casa é um elemento existente em todas as culturas, lugar no qual várias funções se sobrepõem. É um elemento que intervém na paisagem urbana, interagindo mediante sua implantação, volumes, materiais, desenho ou mesmo pela forma de apropriação por parte dos seus usuários. Esse valor sociológico é um dos fatores que torna a tipologia tão rica. Conforme será visto adiante, os aspectos funcionais e tipológicos da moradia estão relacionados diretamente com os condicionantes sociais e urbanísticos, intrínsecos ao contexto histórico.

Justificativa

Ao longo do século XX, Fortaleza foi cenário de mudanças sócio-urbanas relevantes que ampliaram ainda mais sua condição de principal centro político e econômico do Ceará, afetando diretamente a dinâmica da Cidade, as relações sociais e a produção residencial. Nesse contexto, a Capital experimentou um processo de consolidação e expansão do espaço urbano viabilizado por ações sanitárias, de embelezamento e de infraestrutura.

Tais modificações urbanas foram adotadas em diversas cidades brasileiras no mesmo período, que foi denominado por Ponte (1999) de *Belle Époque*. Nota-se, segundo Schramm (2015), uma tentativa de "desvincular o País do seu passado colonial e alinhá-lo às modernas cidades europeias, tanto em termos sanitários quanto esteticamente".

No entanto, apesar da busca por uma imagem de cidade que expressasse modernidade, notava-se na prática a coexistência de técnicas, programas e estilos de outras épocas, como a permanência de características coloniais junto às tendências de modernização. A respeito desse contexto na cidade de Fortaleza, Santiago (2011) afirma que:

[...]percebe-se a persistência de formas e técnicas coloniais; a necessidade de novos programas e funções; a incorporação de materiais importados; a diversificação dos agentes; os novos processos de formação profissional de arquitetos e engenheiros; além da sincronicidade de várias linguagens formais – a recorrência aos estilos do passado (barroco e rococó) e a apreensão dos estilos então contemporâneos (o neoclassicismo e outros revivalismos, além do ecletismo e do *art nouveau*). Portanto, em lugar de uma só feição dominante, coexistem técnicas, programas e estilos do passado e do presente, evidenciando a permanência da tradição colonial, entrelaçada no desejo de modernização e na necessidade de construção imaginária da nova nação" (SANTIAGO, 2011, p.06).

Em um cenário no qual modernidade e progresso estavam em evidência, uma investigação sobre as casas que foram edificadas naquele contexto poderia indicar se, efetivamente, aquilo que estava sendo feito era de fato novo e inovador.

O recorte espacial da pesquisa, por sua vez, foi estabelecido levando-se em consideração a relevância histórica do bairro Jacarecanga para a Cidade. A área ganhou configuração de bairro nas primeiras décadas do século XX, constituindo uma das primeiras áreas residenciais da Capital. Considerado espaço de veraneio, foi

inicialmente ocupado por chácaras, até se tornar o primeiro bairro "elegante" de Fortaleza. Segundo Oliveira (2013), as famílias mais tradicionais da Cidade que passaram a residir nos sobrados da Jacarecanga marcaram profundamente a história política, econômica e cultural dessa área nas décadas de 1920 e 1930. A mudança de *status* do local foi consequência, em grande parte, da expansão dos sistemas de transporte, o que contribuiu para a implantação de residências de alto padrão da elite da época, e também da indústria têxtil, setor em evidência que impactava significativamente na dinâmica econômica do Estado.

A instalação de indústrias nesta área da Cidade¹ acelerou o processo de ocupação operária nos arredores das fábricas, fato que induziu a construção de vilas para esses trabalhadores a partir da década de 1920, por iniciativa das empresas ligadas à indústria têxtil, cujos aspectos (técnicos, econômicos e sociais) se fazem perceber notadamente no espaço, revelando as interações na dinâmica urbana da Cidade (MUNIZ, 2016). Em outras palavras, a paisagem do Bairro, antes bucólica, pouco adensada e fora da zona central, vai aos poucos sendo transformada, em decorrência das atividades fabris, bem como das novas relações sociais e de trabalho que ali passaram a se desenvolver.

Ainda no início do seu processo de formação, o Bairro foi marcado pela segregação espacial: de um lado, os palacetes de prósperos políticos e empresários, que conferiram à Jacarecanga o título de primeiro bairro "chique" da Capital e, de outro, as vilas onde residiam os operários. Atualmente, ali ainda se mantêm alguns edifícios do século XX, apesar da vulnerabilidade a deteriorações e demolições. No ano de 2012, a então prefeita Luizianne Lins instituiu o decreto nº 13.033, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, por meio da declaração de Relevante Interesse Cultural (RIC) do conjunto urbano do bairro Jacarecanga, "haja vista seu alto valor simbólico, portador de inelutável referência à identidade e à memória da sociedade fortalezense"². Antes, apenas a Praia de Iracema possuía tal reconhecimento.

¹ "As primeiras fábricas que surgiram em Jacarecanga foram: a Usina Gurgel (1919), de A.D. Siqueira, a fábrica São José (1926), de Frota Siqueira e F. Gomes & Cia. Ltda., a fábrica Baturité (1927), de José Pinto do Carmo & filho Ltda., e posteriormente a fábrica Santa Cecília (1945), de M.L. Barbosa" (ANDRADE, 1990, p.71)

² Diário Oficial do Município, Fortaleza, 21 de dezembro de 2012.

São poucos os bairros de Fortaleza que concentram um patrimônio edificado tão rico. Segundo reportagem do jornal Diário do Nordeste³, baseada nos dados da Secretaria de Finanças Municipal (SEFIN), constam, pelo menos, 268 imóveis registrados como centenários, distribuídos em 23 bairros da cidade. Jacarecanga lidera a lista com 36 imóveis.

Ao circular pela área, é possível deparar-se com sobrados, casarões, vilas e também com resquícios da atividade industrial. Infelizmente, muitos dos edifícios representativos para a história do Bairro - e da Cidade - foram abandonados e/ou demolidos, devido à longa trajetória de desvalorização do seu patrimônio edificado.

Os lotes de dimensões generosas em uma área consolidada, central, servida de infraestrutura urbana, bens e serviços⁴, próxima tanto do Centro quanto do mar, são alguns dos atrativos que valorizam o Bairro. Sem o devido amparo, na prática, o patrimônio edificado encontra-se vulnerável às pressões da financeirização urbana e da especulação imobiliária.

Aqui cabe observar que, a partir dos anos 2000, o Bairro iniciou uma outra fase de transformação socioespacial, encabeçada pela dinâmica urbana decorrente da instalação de equipamentos educacionais de ensino superior (Centro Universitário Fametro) e pela construção do Centro *Fashion*, shopping popular de confecções, no sítio onde antes funcionava a Fábrica de Tecidos São José. Tais equipamentos, funcionando como Polos Geradores de Viagem (PGV), promovem fluxos e impactam diretamente a paisagem, despertam interesse do capital imobiliário na região e sugerem um potencial processo de gentrificação.

Como se pode perceber, o bairro Jacarecanga é de extrema relevância para a caracterização histórica, cultural e urbanística de Fortaleza, dadas as suas peculiaridades e seu processo de formação em um contexto de florescimento econômico e de expansão territorial da Cidade. Justificando-se pelo que foi exposto até aqui, a presente pesquisa pretende contribuir ao se debruçar sobre edifícios residenciais caros à história urbana de Fortaleza e suas principais características

³Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/capital-tem-268-imoveis-com-mais-de-100-anos-segundo-cadastro-1.2188512> (acesso em janeiro/2019)

⁴ Liceu do Ceará, Escola de Artes e Ofícios, Corpo de Bombeiros, Escola de Aprendizes Marinheiros, Centro Universitário Unifamametro, etc

tipológicas, na tentativa de evidenciar a transversalidade entre história, cultura e materialidade do ambiente edificado.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a lógica histórica e urbana de evolução do bairro Jacarecanga em Fortaleza-Ce, entre 1910 e 1940⁵, no contexto do processo de industrialização da Capital cearense, a partir do estudo de caso de dois tipos residenciais do período. E, como objetivos específicos:

- Desenvolver um estudo histórico sobre os aspectos tipológicos da casa urbana no Brasil, do Período Colonial à Primeira República;
- Estudar as transformações urbanas e sociais no Brasil, no referido período, e seu rebatimento nas formas de habitar do operariado e da elite;
- Analisar o processo de modernização de Fortaleza, e do bairro Jacarecanga, compreendendo o contexto social e urbano em que os edifícios apresentados foram construídos;
- Elaborar reflexões críticas, a partir das informações coletadas, hoje ainda dispersas, de modo a propor um trabalho representativo e elucidativo, que auxilie no reconhecimento e na preservação de importantes exemplares do patrimônio edificado fortalezense;
- Contribuir para a revisão da historiografia da arquitetura e do urbanismo e, assim, promover a conscientização sobre a preservação desse legado, resgatando-o ao debate através da coleta e divulgação de conhecimentos.

Procedimentos metodológicos

A dissertação se insere na Linha de Pesquisa 02 do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design – PPGAU+D/UFC: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização. Optou-se pela pesquisa qualitativa e não quantitativa, considerando-se o número reduzido de exemplares arquitetônicos

⁵ O recorte temporal, 1910 a 1940, foi escolhido porque Jacarecanga começou a adquirir feições de bairro por volta da década de 1910. Já na década de 1940, a área já se encontrava em processo de desvalorização imobiliária, quando Aldeota passou a ser o novo bairro elitizado de Fortaleza

remanescentes do período que apresentam condições mínimas de conservação. Então, para o presente trabalho, mais relevante do que a representatividade numérica foi a compreensão destas tipologias no contexto estudado, destacando-se o valor qualitativo do espaço físico onde se desenvolveram os costumes que atribuem valor cultural aos objetos construídos.

Definida a natureza da pesquisa, considerou-se como universo empírico a Vila São José e o Palacete onde atualmente funciona a Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho (EAOTPS), que subsidiaram um estudo de caso a partir do objeto conceitual - a tipologia residencial urbana, tema que possui vasta bibliografia, sob diferentes perspectivas e abordagens. Por esse motivo, procurou-se selecionar os autores cujos estudos mais se relacionam com as pretensões deste trabalho. Metodologicamente, a abordagem proposta compõe-se de duas partes: o eixo teórico (revisão bibliográfica de fontes secundárias) e o empírico (pesquisas de campo), os quais subsidiaram a análise dos objetos de estudo.

O material teórico/arcabouço conceitual deu-se a partir da revisão da literatura especializada - livros, artigos, dissertações e teses, bem como da coleta de dados primários, como fontes iconográficas (fotografias, cartões postais), hemerográficas (jornais), e cartográficas como os mapas e plantas baixas, e periódicos (revistas, álbuns, anuários), buscando-se situar as questões de pesquisa em relação a outros trabalhos de temáticas afins, destacando-se as limitações e divergências. Este eixo metodológico forneceu o aporte teórico necessário para o aprofundamento do estudo aqui proposto e foi estruturado visando compreender a relação entre a materialidade arquitetônica e seu contexto de inserção territorial, considerando fatores históricos, sociais e culturais envolvidos na concepção, construção e transformação de suas características. O eixo empírico, por sua vez, contou com realizadas entrevistas informais e visitas de campo, que permitiram a compreensão da matriz social daquele determinado momento histórico.

Referencial teórico

Adotou-se como referencial teórico, no que se refere à análise tipológica do objeto, uma metodologia de investigação do ambiente antrópico, da qual pretende-se apreender a conformação dos edifícios selecionados para o estudo de caso, estabelecendo-se uma abordagem do elemento arquitetônico baseada na história e na identificação das transformações sociais e urbanas ocorridas no decorrer do tempo. Para tanto, se faz necessária uma breve introdução ao estudo dos tipos - a tipologia, assunto que será aprofundado ao longo do capítulo 1.

A tipologia surgiu, como princípio científico da arquitetura, a partir dos anos 1950, em trabalhos elaborados por pesquisadores e estudiosos interessados em definir uma teoria da arquitetura e de uma ciência urbana, na forma de análise ou estudo dos tipos (STRÖHER, 2001). A partir das análises de Saverio Muratori e de seus alunos, Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, o conceito de tipo foi elaborado como processo analítico, sendo denominado “leitura edilícia” ou “leitura tipológica” (SANTO, 2006). Analisar a estrutura edilícia significa, então, compreender os componentes de um conjunto estruturado pelo homem, ou seja: entender a estrutura do espaço antrópico, caracterizando um âmbito espacial (VALDIVA, 1993). Logo, a identificação do tipo é um processo de reconhecimento de um objeto edificado feito através de suas próprias características morfológicas e funcionais.

Considerando-se que a análise das formas – ou tipos - de uma determinada área urbana é a fase inicial do processo de preservação dessa mesma área e, por consequência, da própria Cidade (SANTO, 2006), o estudo do patrimônio edificado remanescente do bairro Jacarecanga é um instrumento valioso para uma efetiva conservação e gestão desse legado.

Estrutura da dissertação

A dissertação está dividida em duas partes. A parte I dedica-se à revisão bibliográfica e à investigação histórica, abrangendo o embasamento teórico. Esta parte é composta por dois capítulos.

No capítulo 1 são apresentados os principais autores que abordam a casa urbana como objeto de estudo, suas divergências e aproximações. Ainda neste capítulo, detalha-se o conceito de tipologia e sua relevância para a pesquisa e, também, abordam-se os aspectos tipológicos gerais da casa urbana ao longo da história do Brasil. Já o capítulo 2 trata da consolidação do bairro Jacarecanga no contexto histórico e urbano de Fortaleza e, ao final, propõe-se uma análise comparativa com o bairro Campos Elíseos em São Paulo.

A parte II da dissertação divide-se em três capítulos. Nos capítulos 3 e 4, aprofunda-se o estudo das duas tipologias mais caras a este trabalho: o palacete e a vila operária, respectivamente. São analisadas as características fundamentais dos exemplares analisados, a Casa Thomaz Pompeu Sobrinho e a Vila São José, buscando identificar os principais aspectos e preceitos, além da sistematização e análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa, reflexões sobre os tipos estudados e sua relação com o contexto urbano. O quinto e último capítulo abriga as considerações finais da pesquisa, expondo as particularidades do trabalho, as lacunas encontradas e as reflexões acerca do tema.

01
**Tipologia residencial e
historiografia no Brasil**

Este capítulo divide-se em três partes e tem como objetivo apresentar os conceitos relacionados ao tema, assim como proceder à revisão bibliográfica. Na primeira parte, apresenta-se uma síntese de alguns trabalhos que tratam do espaço residencial, sob diferentes perspectivas. A maneira como estes trabalhos foram agrupados não significa necessariamente que os autores apresentados abordem apenas o tema em evidência, ou tampouco que são os únicos a tratarem do assunto. A seleção da bibliografia e dos autores corresponde a um esforço para ressaltar os aspectos mais diretamente relacionados com as pretensões do presente trabalho. Já a segunda parte aborda o conceito de tipologia, bem como sua utilização como metodologia de análise de edifícios ao longo do tempo. No terceiro e último tópico do capítulo, apresentam-se apontamentos sobre os principais aspectos tipológicos da casa urbana no Brasil

1.1 Abordagens e considerações sobre a casa brasileira

A história da casa foi abordada sob diferentes aspectos ao longo dos períodos históricos, como, por exemplo, nos estudos de Rybcynski (1986) e também no trabalho de Prost e Vincent (1992). No Brasil, as pesquisas clássicas englobam análises antropológicas e sociológicas tratadas, por exemplo, nos escritos de Freyre (1952) e DaMatta (1985). Há também aqueles que abordam as mudanças de uso dos espaços da casa, como se vê em Lemos (1989). Tais estudos contribuem para o estabelecimento de um perfil social, antropológico, cultural e arquitetônico da casa brasileira, como será demonstrado a seguir.

A casa brasileira nos diários de viagem

De acordo com Santos (2005), até o período imperial, tudo que havia sido escrito sobre a arquitetura doméstica no Brasil resumia-se a descrições pontuais contidas em cartas e diários de viajantes e cronistas, quase sempre europeus. Os visitantes estrangeiros chegaram em maior número a partir das mudanças políticas e econômicas ocorridas com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e, por conta disso, os relatos de viagem e a iconografia sobre o Brasil tornam-se mais abundantes neste período. Frequentemente, o primeiro texto a que costumam reportar-se os estudos contemporâneos é *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*

(Figuras 1.1 e 1.2), de Jean Baptiste Debret (1834), onde o artista descreve uma casa urbana e uma casa rural, acompanhadas de desenhos, de plantas e de fachadas. É possível que os croquis tenham sido feitos de memória, não havendo correspondência exata entre desenhos e descrições (SANTOS, 2005).



Figura 1.1 - Visita a uma fazenda, J-B Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, 1834. fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

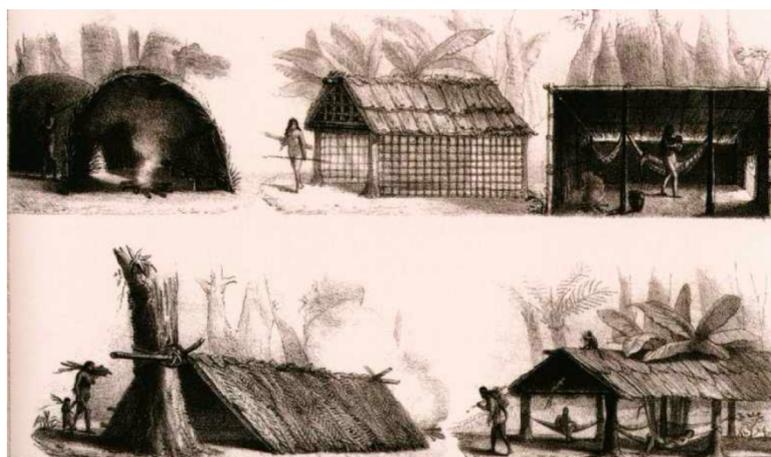


Figura 1.2 - Tipos de habitação indígena, J-B Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, 1834. Fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Já L.L. Vauthier, francês que esteve no Brasil entre 1840 e 1846 como engenheiro-chefe de obras públicas do Recife, produziu um diário com anotações sobre a casa brasileira que, posteriormente, foi divulgado em revistas francesas de arquitetura. Além de seus relatórios técnicos e artigos publicados, também, no jornal *O Progresso*, as cartas que escreveu a um amigo francês, onde discorre sobre a arquitetura doméstica brasileira, com descrição das técnicas construtivas, plantas, cortes e fachadas, foram apresentadas na Revista do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) com introdução de Gilberto Freyre que, por sua vez,

afirma que "Vauthier está entre os estrangeiros que melhor têm observado os costumes da nossa gente"⁶.

O foco de Vauthier eram as técnicas construtivas e os materiais usados, já que seu esforço de apreensão tinha como objetivo a solução de problemas técnicos, tendo em vista o cargo que ocupava em Recife. Ainda segundo Freyre, ele foi além disso, realizando um trabalho valioso de investigação das influências históricas na tipologia das casas, bem como a origem dos materiais de construção. Ademais, suas cartas revelam uma compreensão dos aspectos sociais e históricos das construções coloniais brasileiras, além de uma preocupação com a sistematização desses dados.

Alguns aspectos da casa brasileira aparecem de maneira recorrente nos textos dos cronistas, sejam eles técnicos ou não. Um desses aspectos é a aparência uniforme das construções. Vauthier chegou a dizer que "quem viu uma casa brasileira, viu quase todas" (VAUTHIER, 1943, p.143) e atribuiu essa uniformidade aos lotes estreitos e compridos, fato que permitiria pouca variedade formal. Ainda em consequência desse tipo de lote, destaca-se a falta de salubridade: as casas eram sempre descritas como escuras e abafadas, com pontos onde jamais chegava a luz do dia. As moradias brasileiras eram consideradas extremamente simples, dotadas de um conforto apenas básico, e desprovidas de requintes decorativos (ALGRANTI, 1998).

Os aspectos observados e registrados por tais viajantes são coerentes, ainda que demonstrem um certo tom de reprovação. Naturalmente que, naquele contexto, os europeus em visita aos trópicos não deixariam de usar sua suposta superioridade cultural como parâmetro comparativo, considerando pouco civilizados todos os hábitos divergentes dos seus.

Diferente dos demais, Charles Ribeyrolles (1980), político e jornalista francês, foi capaz de ponderar a respeito de um ambiente que lhe era estranho e, curiosamente, compará-lo criticamente com o que acontecia na Europa. Escrevendo a respeito das senzalas brasileiras, afirmou:

[...] Essas casas construídas de barro, sem janelas e cobertas de palha, chamam-se senzalas na linguagem da região, e cada negro tem a sua. De ordinário, mal asseadas, infectas, desprovidas de mobiliário.

⁶ Casas de Residência no Brasil. Revista do SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 128-208, com Introdução de Gilberto Freyre, p. 99-127.

Entretanto não chegam à miséria dos *bas-fonds* de *Lille* ou de certos quarteirões de Paris e Londres (RIBEYROLLES, 1980, v.2, p.44).

A discussão teórica acerca da arquitetura e do urbanismo brasileiros remonta ao começo do século XX. Por volta da década de 1920, o debate iniciado nas artes plásticas vai aos poucos permeando outras áreas, na busca de afirmação de uma identidade nacional na nossa produção material. Os trabalhos clássicos sobre a arquitetura doméstica brasileira propriamente dita, por sua vez, foram difundidos entre as décadas de 1930 e 1960, estando intimamente ligados à criação e implantação dos organismos de proteção ao patrimônio cultural⁷.

Os primeiros tombamentos de monumentos deram início a uma reflexão mais sistemática sobre a arquitetura brasileira, ainda que os interesses priorizassem os edifícios "nobres", em detrimento das produções arquitetônicas populares. Como afirma Martins (2009), a atuação do SPHAN ocorreu inicialmente de forma reducionista, privilegiando fatos excepcionais e personagens ilustres, contando uma "história de poucos", cultivada e propagada à sombra de interesses de classe, gênero, raça e cor.

Gilberto Freyre e o estudo da casa brasileira

No Brasil, um dos primeiros estudiosos do espaço residencial foi Gilberto Freyre. Com uma abordagem antropológica e social, ele buscava entender a formação da família brasileira, bem como as relações sociais intrínsecas a esse espaço, o que o levou a se debruçar sobre o significado da casa de forma excepcional. Compõem seus estudos obras clássicas como *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Oh! de casa!* (1979), entre outros. Ele classificou seu próprio trabalho como um "ensaio de sociologia genética e de história social", que objetivava fixar e, às vezes, interpretar "alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira" (FREYRE, 1952).

Em seus estudos, a dicotomia das relações está sempre presente: o branco e o negro se misturavam no interior da casa-grande e essa mistura alterava as relações sociais e culturais, criando assim um novo modo de vida no século XVI. As relações

⁷ O Decreto-lei nº25 de 1937 criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), nascido do anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, feito a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

de poder, a vida doméstica e sexual, os negócios e a religiosidade forjavam, no dia-a-dia, a base da sociedade brasileira (FRANÇA, 2001). De acordo com Bastos (2000), em Casa Grande & Senzala:

[...] Freyre afirma a importância da relação entre etnias e culturas, resgatando o papel do escravo negro como civilizador na sociedade brasileira, operando simultaneamente no processo de mestiçagem e no de difusão e incorporação do aparato cultural africano, isto é, há uma absorção de seus usos e costumes pelos brancos, que reconhecem a adaptabilidade dos mesmos à realidade tropical; em Sobrados e Mucambos, ressalta o papel do patriarcado da ordenação da sociedade nacional, operando durante séculos como garantia de sua organicidade (BASTOS, 2000, p.18)

Para Freyre, a família patriarcal era a unidade fundamental da formação do sistema social brasileiro, mais do que o Estado ou a Igreja. Desse modo, a casa - como materialização das relações familiares - era símbolo e lugar das bases do patriarcado. Assim, a casa foi compreendida por Freyre como o "fator decisivo de formação de um tipo nacional de sociedade" (FREYRE, 1979, p.61).

Ainda que os estudos de Freyre não estivessem centrados na configuração espacial das residências, ele entendeu a arquitetura da casa brasileira como expressão de estilos, de relações de convivência e funções sociais, ressaltando que o espaço dessas moradias expressava um modo de vida. Para ele,

A arquitetura da casa-grande brasileira patriarcal de engenho, da fazenda ou de estância, e depois, da assobradada da cidade, mas ainda patriarcal, tornou-se expressão em suas formas arquitetônicas, em correspondência com seus estilos de convivência e suas funções sociais (FREYRE, 1979 p.56).

Assim, a contribuição de Freyre para o presente trabalho mostra-se valorosa, na medida em que aborda a relevância da casa na definição da estrutura social brasileira.

Roberto DaMatta e Nestor Goulart Reis Filho: a casa, a rua e o lote urbano

A abordagem da casa pelo antropólogo social Roberto DaMatta difere daquela de Freyre, por considerar não apenas o interior das residências, analisando também a fronteira entre o edifício e a rua. Em seu trabalho, esses espaços são tidos como

categorias sociológicas⁸ e são fundamentais para entender a sociedade brasileira, já que elas "falam" através de códigos sociais. De acordo com DaMatta:

A casa é uma categoria que somente se define e se deixa apanhar ideologicamente com precisão quando em contraste ou em oposição a outros espaços e domínios. [...] ela só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: o universo da rua (DAMATTA, 1985 p. 13).

Ao estudar a casa a partir da relação desta com a rua, DaMatta defende um estudo da sociedade brasileira como uma sociedade relacional, ou seja, seria preciso entender essa dinâmica como um sistema, onde, mais importante que "os elementos em oposição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos" (DAMATTA, 1985 p. 21). Em outras palavras, sua abordagem não é sobre a casa *versus* a rua, mas sim a casa e a rua, como uma situação relacional:

A casa e a rua é uma relação sobretudo complementar porque não se pode falar de casa sem mencionar o seu espaço gêmeo, a rua. Mas é preciso notar também a oposição casa/rua tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, ela é dinâmica e relativa porque na gramaticalidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente (DAMATTA, 1985 p.47).

De acordo com o autor, a casa e a rua refletem a sociedade por meio de códigos sociais complementares: o "código da casa (fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio) e o código da rua (baseado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega às raias do absurdo)" (DAMATTA, 1985, p.20). A busca do entendimento de um exige, portanto, o estudo do outro.

Considerando-se que tais códigos sociais podem ser diferentes de cultura para cultura e/ou sofrer mudanças ao longo do tempo, a relação entre casa e rua interessa para esse estudo, já que não se pode analisar os espaços domésticos do bairro Jacarecanga sem considerar sua relação com o exterior: a rua.

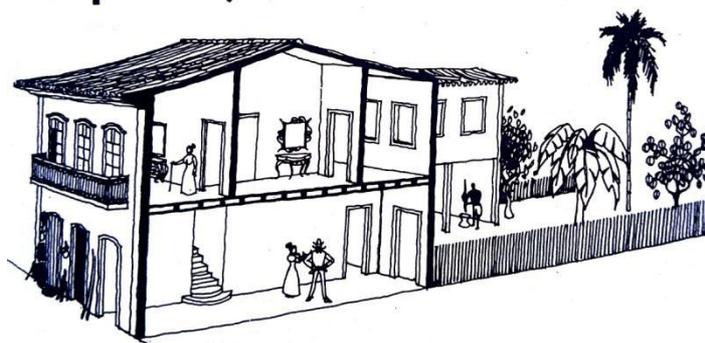
Assim como DaMatta, Nestor Goulart Reis Filho também trata da relação entre arquitetura e espaço público, mas com uma abordagem urbanística e histórica. Em

⁸ Categoria sociológica "é o conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e de idéias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; que a sociedade vive e faz concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores". DAMATTA, 1985, pág.12.

seu trabalho *Quadro da Arquitetura no Brasil* - Coletânea de ensaios publicados no "Suplemento Literário" do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1963 e 1969, e também na revista *Acrópole* - relaciona o modo de implantação do edifício no lote, os aspectos urbanos e o modo de vida dos brasileiros aos materiais e ao desenvolvimento tecnológico e a outras variáveis inerentes a cada período (figura 1.3), explicitando a arquitetura como agente modelador da sociedade, mas também como reflexo dos paradigmas correntes. De acordo com o autor:

Um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada. Assim, as casas de frente de rua, do período colonial, cujas raízes remontam às cidades medievoro-renascentistas da Europa, ou as casas de porão habitável com jardins do lado, características do século XIX ou, ainda, os edifícios de apartamento das superquadras de Brasília, são conjuntos tão coerentes, que não é possível descrevê-los completamente sem fazer referência à forma de sua implantação (REIS FILHO, 1970, p.16).

A produção e o uso da casa



**baseavam-se no trabalho
escravo**

Figura 1.3 – Aspectos de uma habitação colonial. Fonte: *Quadro da Arquitetura no Brasil* (REIS FILHO, 2014) p.29.

A relevância desta obra é, sobretudo, por considerar que a arquitetura em cada época é produzida e utilizada de modo diverso e relaciona-se de forma característica com a estrutura urbana em que se instala. Para Reis Filho (1970) há uma relação de interdependência entre arquitetura e lote urbano, logo, a análise dessas relações e sua evolução oferece "possibilidades explicativas relevantes, tanto para o estudo da arquitetura, quanto para o estudo dos próprios fenômenos urbanos" (REIS FILHO, 1970, p. 35). Além disso, em vez de se preocupar com manifestações puramente

formais, baseia sua análise nas transformações sociais e nas modificações dos modos de produção. O autor inicia sua análise não com a vinda da Missão Francesa, mas com a abertura dos portos, que por sua vez integrou o país no mercado mundial, mostrando que este, sim, foi o fator mais importante uma vez que possibilitou a importação de equipamentos e conhecimento (WEIMER, 1992) e, com isto, teria havido um notável progresso arquitetônico.

Carlos Lemos e o partido arquitetônico

Carlos Lemos considera que o abrigo é função básica de uma casa, devendo esta ser entendida como "um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção", e também como um "palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários" (LEMOS, 1989 p. 9). Ou seja, as atividades domésticas estão ligadas aos hábitos e práticas de determinada sociedade e sua realização deve ser favorecida por condições propícias da edificação. Para ele, tais condições propícias são elaboradas a partir de um programa de necessidades, já que:

[...] o que caracteriza uma casa de um povo determinado ou de uma região, ou, ainda, de uma classe social é o conjunto de critérios que regem a sobreposição ou a distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço. (LEMOS, 1989 p.10)

Com o intento de estudar as mudanças ocorridas no programa de necessidades ao longo da história, ele recorre às origens da casa brasileira fazendo o que chamou de "um passeio pelo Brasil ao longo do tempo visitando as várias ilhas culturais que sempre nos caracterizaram" (LEMOS, 1989 p.12). Nesse "passeio", o autor traz à luz inúmeras características da morada brasileira desde as casas coloniais, passando pela casa do século XIX, chegando às do século XX.

Valendo-se dessa cronologia, Lemos destaca as mudanças tecnológicas que engendraram transformações nos hábitos do cotidiano, como, por exemplo, a chegada da energia elétrica, a distribuição de água por redes públicas, o fogão a gás e até a popularização da televisão no século XX. Sua análise é baseada nos elementos condicionantes do partido arquitetônico, detendo-se em quatro deles: o programa de necessidades, a técnica construtiva, o clima e a intenção plástica. Ele detalha o programa de necessidades da casa de cada época e destaca o uso de cada cômodo, assim como o *status* social observado dentro da casa (acomodações de empregados

e áreas de serviço *versus* áreas sociais e acomodações do patrão, por exemplo). Dessa maneira, o autor relaciona as mudanças no programa de necessidades do espaço residencial com as mudanças funcionais até chegar às concepções e uso das casas modernistas do século XX.

Em sua obra, Lemos foi capaz de reconstituir o modo de vida no espaço doméstico em diferentes períodos históricos. Essa é uma perspectiva fundamental para este trabalho, já que permite a reflexão acerca das transformações históricas na casa brasileira, a importância e o uso de cada ambiente, além do seu papel social na estrutura doméstica.

Maria Auxiliadora Decca, Telma de Barros Correia e Margarida Andrade: habitações operárias

Em *Indústria, Trabalho e Cotidiano no Brasil -1889 a 1930*, de Maria Auxiliadora Decca (1991), a autora trata da situação da indústria brasileira entre 1889 e 1930, quais fatores levaram ao processo de industrialização do País, e o surgimento de industriais e operários enquanto novos atores sociais. Além disso, caracteriza as formas de organização socioespacial dos trabalhadores industriais, dentro e fora das fábricas.

Telma de Barros Correia, com vasta produção bibliográfica acerca da industrialização no Brasil, abordou com propriedade em seus trabalhos a expressão *Art Déco* no País, sobretudo nos edifícios fabris da região nordeste nas décadas de 1930-1940. Em seu artigo publicado nos *Anais do Museu Paulista* (2008) cita, inclusive, a Vila Operária São José, em Fortaleza:

No Ceará, as fachadas das casas da vila operária erguida pela Fábrica de Tecidos São José, em Fortaleza, adotam, nos seus frontões, detalhes decorativos simples, de linhagem *Déco*, com formas geométricas escalonadas (CORREIA, 2008, p. 67).

A Vila São José, um dos objetos do presente trabalho, também é abordada por Margarida Júlia Andrade em sua dissertação de mestrado (1990), *Onde moram os operários: vilas operárias em Fortaleza (1920-1945)*. Trata-se de estudo pioneiro sobre o processo de industrialização em Fortaleza e as vilas operárias (Vila Diogo e Vila São José) surgidas nesse contexto. Além de discutir o histórico dessa tipologia residencial e abordar as lógicas sociais e físico-espaciais de sua formação, conta com levantamentos arquitetônicos, plantas e desenhos técnicos que subsidiaram a análise

aqui pretendida. Outro trabalho da autora, igualmente relevante para a pesquisa, mas na escala urbana, intitulado *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na produção material da cidade (1810-1933)* contribuiu com a revisão da historiografia urbana de Fortaleza, e seus mapas foram utilizados como fontes secundárias e instrumento de análise, permitindo o exercício de reconstrução cartográfica.

Annateresa Fabris, Maria Cecília Naclério Homem e José Liberal de Castro: ecletismo na morada burguesa

Annateresa Fabris, em seus trabalhos sobre ecletismo no Brasil, permite a apreensão historiográfica desse estilo, seu significado social e cultural, sua expressividade e monumentalidade, com vistas a glorificar uma classe burguesa. O tema também é abordado nos trabalhos de Maria Cecília Naclério Homem, sobretudo em *O palacete do ecletismo: implantação* (1994), onde discorre acerca da caracterização e definição do palacete eclético paulista, seu surgimento e relação inerente com a implantação urbana, bem como as modificações no modo de morar burguês, no contexto da expansão urbana favorecida pelos novos modais de transporte, e conseqüente afastamento das residências abastadas para as franjas urbanas.

Quanto às manifestações ecléticas em Fortaleza e suas particularidades, tomou-se como referências bibliográficas os trabalhos de Liberal de Castro: O capítulo intitulado *Ecletismo na arquitetura cearense*, parte do livro *Ecletismo na arquitetura brasileira* (1987), organizado por Annateresa Fabris, além de suas publicações na Revista do Instituto do Ceará: *Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza* (1994), *O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de “porão alto” na cidade de Fortaleza* (2013), *Localização da chácara Villa Izabel* (2004), que abordam a análise de tipologias residenciais no contexto de expansão urbana da Cidade.

1.2 Considerações sobre tipologia edilícia

Tipologia é um conceito fundamental para se estudar a arquitetura da cidade, pois, através dos tipos, pode-se identificar os diversos elementos formadores da paisagem urbana: sua evolução ao longo dos anos, sua composição na forma da cidade, a influência que sofrem da cultura, economia e história, além da formação morfológica do sítio urbano em que se inserem, entre outros fatores. De acordo com Waisman (2013), as relações entre a diversidade de tipos e a estrutura do seu entorno oferecem elementos para a compreensão destas tipologias. Panerai (2006), por sua vez, reforça a relação entre tipo, projeto e história:

Os tipos edificados são duplamente determinados, por uma cultura e por uma localização, mas tal determinação não tem nada de determinista: num dado lugar e para uma dada época, várias soluções são possíveis. A história do projeto inscreve-se nessa possibilidade (PANERAI, 2006, p. 135).

Assim, a identificação do tipo é um processo de reconhecimento de um objeto edificado, feita através de suas próprias características morfológicas e funcionais, estabelecendo uma ligação entre a mutação dos tipos dos edifícios e do tecido urbano às principais alterações socioeconômicas da sociedade, em seu evoluir histórico. Um conjunto de tipos forma uma tipologia edilícia⁹, ou seja, uma tipologia de prédios e espaços livres relacionados, que acabam por definir a essência estrutural da paisagem construída, do edifício e, por conseguinte, da cidade. Para Waisman (2013), o tipo é a essência da própria arquitetura, contudo:

[...] também pode ser entendido como sujeito histórico, histórico porque decorre da "destilação", por assim dizer, dos elementos fundamentais de uma série de objetos históricos, e históricos igualmente, porque se inserem na história ao ser capaz de aceitar transformações, de servir de base a novas intervenções, mantendo, no entanto, uma continuidade que poderia ser considerada de base estrutural (WAISMAN, 2013, p. 102).

⁹ Para Cannigia e Maffei (1995), o termo tipologia edilícia, ou tipologia arquitetônica, é utilizado para designar um conjunto de edifícios com uma característica – ou uma série de características – em comum.

Logo, ler a estrutura edilícia significa entender a estrutura do espaço antrópico, caracterizando um âmbito espacial, considerando a história como a base para o estudo dos tipos.

Rossi (1982), por sua vez, destacou a relevância das questões tipológicas na criação arquitetônica e urbana. Para ele, a constituição do tipo ao longo da história da arquitetura se deu a partir da necessidade e da aspiração de beleza, por isso, está diretamente relacionado à forma e ao modo de vida. Ao estabelecer esta relação, Rossi (1982) traz à luz os aspectos culturais da noção de tipo:

Se o elemento típico, ou simplesmente o tipo, é uma constante, então é possível reencontrá-lo em todos os fatos arquitetônicos. É, pois, também, um elemento cultural e como tal pode ser encontrado nos diversos fatos arquitetônicos; a tipologia converte-se, assim, amplamente no momento analítico da Arquitetura (ROSSI, 1982 p. 79).

Assim, Rossi (1982) concebe que o tipo corresponde aos elementos constantes, enquanto a tipologia trata da análise destes elementos - os tipos. Ressalta-se que essa constância de elementos não significa o congelamento destes ao longo da história, mas está relacionada a uma certa cultura, de um dado momento. É justamente por conta desta relação direta com o tempo histórico que, para Pires (2008), a abordagem tipológica em arquitetura possui duas componentes: uma referente ao processo histórico da arquitetura, e outra relacionada à concepção, sendo assim decorrente do processo imaginativo.

Logo, o desejo de identificar a arquitetura característica de um período, uma cultura e um lugar específicos é realizado através da análise tipológica, na qual se abordam aspectos funcionais e formais relacionados ao contexto histórico, social e urbano. Segundo Vaz (2002):

O tipo é uma abstração em que se identificam as propriedades espaciais comuns a uma classe de edificações. Não se trata, portanto, de um tipo ideal, nem de um tipo formal, mas de um padrão habitualmente produzido numa época. (...) O tipo é também uma estrutura que permite uma leitura do espaço, pois guarda valores diferenciados, que lhes foram atribuídos por diferentes grupos sociais. Assim, o tipo se constitui num elemento de uma cultura [...] (VAZ, 2002, p. 20).

A concepção de tipo como um resultado cultural também está presente em Waisman (2013) - quando afirma que, da mesma forma que a cultura é um produto humano, o tipo também é "produto de sua cultura" (WAISMAN, 2013, p. 99), e também

em Cardoso (2008), para quem o tipo é uma forma de design, constituindo-se como uma "produção coletiva", um "conhecimento compartilhado":

[...] verifica-se o tipo como uma forma de design. Mas não um programa ou um projeto imposto e determinado por alguém. Está mais próximo de algo cultivado, daquilo que emerge, do vernacular, do que é próprio. Está mais próximo de um conhecimento vivo. Daquele saber que foi trazido pelos antigos mestres e pedreiros 'incultos' e adaptado ao novo ambiente de além-mar. Quanto a estes mestres, na realidade, foram meios à extensão de um tipo, de uma gramática de formação, enfim, foram veículos de uma Forma que se incorpora num objeto próprio de uma cultura. Portanto, o tipo não se trata de um plano a ser seguido rigidamente para a concretização de uma ou mais casas. Mas se traduz em princípios gerais conhecidos por todos, [...] um conhecimento partilhado por mestres-carpinteiros e proprietários e seus familiares e seus vizinhos [...] (CARDOSO, 2008, p. 41).

Considerando-se que o tipo é uma produção coletiva, torna-se inviável o seu estudo sem levar em consideração a morfologia do seu entorno urbano e seu evoluir histórico. Assim, entender o conceito de tipo é compreender qual a natureza da obra de arquitetura que, por sua vez, não pode ser considerada como um fato único e isolado, singular e irrepitível, pois sabemos o quanto está condicionada pelo mundo que a rodeia e por sua respectiva história. Segundo Waisman (2013), a arquitetura tem no tipo sua generalidade necessária para interligar os dois opostos da disciplina: o geral e o particular (WAISMAN, 2013), ou seja, o tipo arquitetônico é individualizado em sua essência, mas necessita, simultaneamente, estar inserido em um meio que lhe dê validade como tal, para determinação de seu valor enquanto sujeito histórico. Considerando o que foi exposto, no próximo tópico será abordada a aplicação da tipologia à arquitetura residencial no Brasil ao longo do tempo.

1.3 Aspectos tipológicos da casa urbana no Brasil

Viu-se que, ao longo da história da arquitetura nacional, alguns autores se debruçaram sobre o estudo do espaço doméstico, não apenas com objetivo de investigação formal, mas também para compreender como ocorriam as relações sociais no ambiente residencial e seus reflexos na organização social. Como afirma Gilberto Freyre (1979), não há um modelo de "casa brasileira", mas uma multiplicidade de conceitos, configurações e identidades arquitetônicas de acordo com os contextos espaciais, sociais e econômicos nos quais se inserem. A partir destas múltiplas

manifestações, consideram-se os apontamentos sobre os aspectos tipológicos da casa urbana ao longo da história, não no sentido de se identificar um padrão, mas na busca de elementos que auxiliem a compreensão sobre a moradia e os modos de morar no Brasil no decorrer do tempo.

Período colonial: casas térreas e sobrados

A casa brasileira, tomada aqui a partir do período da colonização portuguesa, apresenta algumas especificidades regionais, mas também podem ser identificados elementos comuns entre estas moradias. Com a chegada do colonizador europeu, estabeleceu-se aqui uma nova tipologia de habitação, que não era igual à produzida em Portugal, nem repetia a conformação das moradias indígenas (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999). Nestas casas primitivas (Figura 1.4) destacava-se a combinação de costumes e programa de necessidades portugueses com os conhecimentos dos nativos acerca de condicionantes naturais, disponibilidade de materiais e técnicas construtivas.



Figura 1.4: Casa onde se articulam elementos de origem diversa: a estrutura da habitação é europeia, já a cobertura de palha, as paredes de galhos entrançados, o emprego do barro são técnicas indígenas. Ilustração de Ivan Wasth Rodrigues. Fonte :Atlas histórico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1977, p.11

Logo esta moradia, feita de madeira, palha e outros materiais locais, adquiriu uma conformação espacial próxima ao quadrado, com uma divisão interna mínima que separava as atividades ali desenvolvidas, contrapondo assim o partido da moradia dos índios (Figura 1.5), onde não havia uma separação nítida de ambientes no interior (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999). Estas simples residências coloniais abrigaram os

colonos portugueses que aqui se instalaram nas primeiras décadas do século XVI, entretanto, com o passar dos anos, vão cedendo lugar a construções mais sólidas, ainda que não houvesse alterações significativas em seu programa de necessidades. Segundo Reis Filho (1970), o caráter incerto ou provisório da ocupação inicial dos primeiros núcleos urbanos levou a uma ocupação pragmática, de maneira que as construções se caracterizavam pelo aspecto simples e pela funcionalidade, apresentando poucos elementos decorativos.

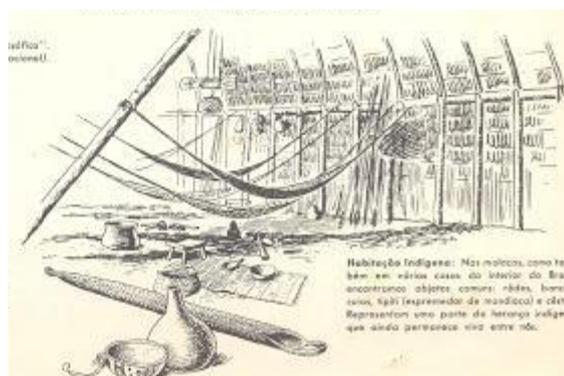


Figura 1.5: Habitação indígena (malocas) e utensílios como redes, bancos, cuias, tipiti (espremedor de mandioca) e cestaria. Exemplificam setores da atividade produtiva indígena incorporados à formação Social Brasileira. Fonte :Atlas histórico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1977, p.11.

A demanda dos colonizadores pela separação dos dormitórios dos demais espaços da residência inaugura uma primeira divisão de setores, isolando na residência a área considerada mais íntima. Já o espaço da cozinha, levado para o exterior da moradia em função do clima quente, faz surgir uma segunda divisão que separa os serviços para uma zona específica. Ademais, surge ainda uma terceira área destinada a receber visitantes. Pode-se dizer, então, que a casa colonial brasileira caracterizou-se por uma organização espacial interna configurada por três zonas principais fisicamente separadas: a zona íntima, a zona de serviços e a zona de receber (SANTOS, 2011). Tais zonas poderiam ser interligadas, ou não, por um corredor longitudinal, que ligava a porta da frente ao cômodo dos fundos. Na recorrente ausência desse elemento, a zona íntima funcionava, também, como circulação. Resguardadas as diferenças regionais, sobretudo em função da disponibilidade de materiais, das técnicas construtivas e das diferenças de clima, este modelo de habitação era recorrente em todo o território colonial.

A respeito da conformação urbana, o modelo de ocupação de lotes urbanos permaneceu praticamente inalterado nas cidades fundadas durante este período da

história do Brasil, baseado em tradições urbanísticas portuguesas. Segundo Murilo Marx (1991), os lotes eram objeto de concessão em um sistema que enfatizava mais a metragem linear da fachada de acesso à rua do que a própria área do terreno. O tecido parcelar que resultava desse sistema era constituído por lotes estreitos, profundos e de geometria não muito regular, de maneira que as ruas eram definidas pela conformação dos casarios (Figura 1.6).

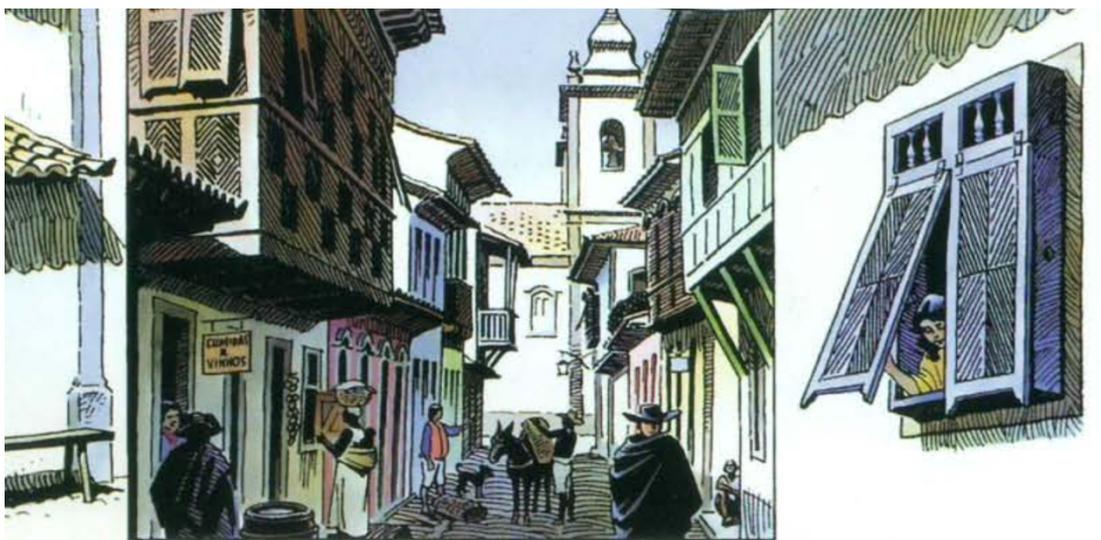


Figura 1.6: Ilustração de Ivan Wasth Rodrigues retratando as ruas delimitadas pelas fachadas do casario. Fonte :Casa-grande & senzala em quadrinhos/ Gilberto Freyre; adaptação Estêvão Pinto.-2. ed. São Paulo: Global. 2005. p. 32.

A principal forma de ocupação consistia na concentração da construção na parte frontal dos lotes e sem afastamentos laterais ou frontais e, na parte posterior do terreno, o quintal. Desse modo, os únicos cômodos que recebiam ar e luz diretamente eram aqueles localizados na parte anterior e na parte posterior da moradia, voltados para a rua e para os quintais, respectivamente. Tal característica de implantação das residências determinou a configuração dos telhados, os quais se apresentavam em duas águas (Figura 1.7), com beirais voltados para a rua e para os fundos do lote, de maneira que as paredes frontais e posteriores eram protegidas pelos beirais, e as paredes laterais, pelas próprias construções vizinhas (REIS FILHO, 1970).

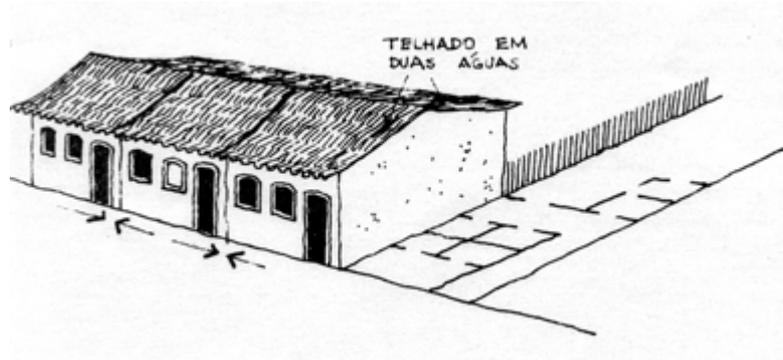


Figura 1.7: Implantação e planta baixa de casas térreas coloniais. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 31.

Das hortas e pomares mantidos nos quintais, vinham os alimentos básicos para a mesa dos colonos. Como a economia colonial era voltada para o exterior, fazia-se necessário o cultivo de certos produtos de uso cotidiano e, dessa forma, a casa se conformava não apenas como uma unidade de consumo, mas como unidade de produção de bens para a subsistência familiar.

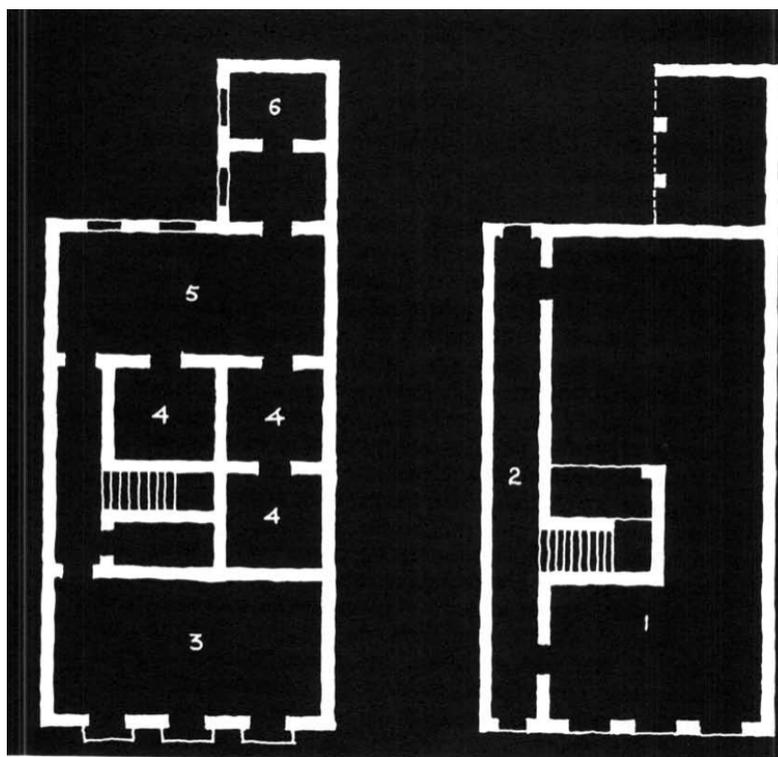
Segundo Reis Filho (1970), nesse período, os principais tipos de habitação urbana eram o sobrado e a casa térrea¹⁰ (Figura 1.8), que se diferenciavam também pelo tipo de piso: assoalho no sobrado e de “chão batido” na casa térrea. Nesse sentido, a arquitetura marcava uma distinção social relacionada com essas duas tipologias, já que morar em um sobrado garantia um *status* social maior que habitar uma casa térrea.



¹⁰ Apesar de serem os edifícios mais recorrentes na maioria dos núcleos urbanos coloniais, os sobrados e as casas térreas não correspondiam às únicas tipologias residenciais urbanas existentes no período. Em cidades e em núcleos urbanos maiores e mais importantes havia outras duas tipologias de habitação, os solares e os palácios, sobretudo no Rio de Janeiro.

Figura 1.8 - Casa térrea e sobrado. Fonte: Faria, Ana Cristina. Casa de morar: a relação entre cultura e arquitetura residencial em Ouro Preto - MG no século XVIII. 2012.

Nas casas térreas, os cômodos voltados para a rua constituíam-se de salas ou lojas, aos fundos se localizavam os cômodos de serviços, onde era mais comum a permanência de escravos e das mulheres. Ao centro, ficavam as alcovas ou quartos de dormir, ambientes sem aberturas e destinados à permanência noturna, ou à instalação de uma capela ou despensa (ALGRANTI, 1998). A circulação ocorria por meio de um corredor longitudinal, que ligava a porta da frente aos cômodos dos fundos, geralmente localizado junto a uma das paredes laterais ou disposto no centro, nas casas maiores. Nos sobrados (Figura 1.9) se observavam algumas diferenças, embora com poucas variações em relação à distribuição dos cômodos. O térreo era destinado ao público e aos escravos, com a presença de comércio, oficinas ou salas, corredor de acesso ao quintal e a circulação vertical. Nos andares superiores ficavam a sala, voltada para a rua, as alcovas ao centro e as áreas destinadas aos serviços, nos fundos.



1. loja; 2. corredor de entrada para residência, independente da loja; 3. salão; 4. alcovas; 5. sala de viver ou varanda; 6. cozinha e serviços.

Figura 1.9: Planta baixa de um sobrado colonial. Fonte :REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva,2014.p.2.

A caracterização das residências coloniais levou a interpretações sobre os modos de vida e as sociabilidades. A “sociologia da casa”, proposta por Gilberto Freyre (1979), investigava a relação entre a configuração espacial e a sociedade patriarcal e escravocrata, que se consolidou na colônia. Enquanto a vida social era filtrada na sala ou na loja, a reclusão feminina era restrita às alcovas e aos ambientes de serviço; os escravos e as mulheres realizavam os serviços diversos na cozinha, espaço amplo voltado para o quintal (SANTOS, 2011).

Pode-se dizer que, durante o período colonial, as casas urbanas mantiveram as suas características básicas fundamentadas na divisão em três setores: de receber, de estar/íntimo, e de serviço. As questões relacionadas ao patriarcalismo e à proteção e isolamento das mulheres introduziram algumas exigências adicionais e reforçaram a estrutura da organização espacial interna. O sistema de trabalho escravo também contribuiu para o agenciamento de algumas partes da casa, como as zonas de serviço e as áreas de acomodação desses criados (VERÍSSIMO e BITTAR, 1999). Todos esses detalhes contribuíram para a conformação da moradia colonial brasileira que, segundo alguns autores, manteve esse mesmo modelo por mais de duzentos e cinquenta anos. A casa brasileira começou a apresentar mudanças importantes a partir do século XIX, momento em que a corte portuguesa chegou ao Brasil, trazendo consigo uma nova situação política e econômica, junto com novos costumes que exerceram grande influência no cenário brasileiro.

Brasil Império: neoclassicismo, a casa de porão elevado e o cortiço

Com a chegada da família real no Brasil em 1808, iniciou-se um período de mudanças significativas no país que, a partir desse momento, passou a abrigar a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no Rio de Janeiro. Como consequência, houve a abertura dos portos¹¹ brasileiros às nações amigas, e essa cidade passou a ter contato com as inovações advindas da Revolução Industrial. Weimer (1992) afirma que:

Se é certo que uma das consequências desta vinda foi a independência, também é verdade que, sem amarras de um

¹¹ Segundo Weimer (1992), a liberação do comércio internacional foi uma imposição das circunstâncias. Ou seja, para a Colônia, a abertura dos portos teve o significado de uma concessão e não de uma conquista.

colonialismo político, caímos noutro, o econômico: todo o espalhafato da declaração da independência serviu apenas para comemorar a troca de dono, de Portugal pela Inglaterra (WEIMER, Günter. 1992, p. 92)

Desse modo, a população teve acesso a uma série de novidades, como novos materiais de construção, utensílios, móveis e elementos de decoração, por exemplo, que promoveram algumas mudanças nas residências, no cotidiano dos moradores, sobretudo da elite, e também no próprio meio urbano, já que o objetivo era estabelecer ares mais "europeus" na então Capital do Reino. Assim, realizaram-se obras para alargamento e calçamento de ruas, construção de pontes, aterro de terrenos alagadiços, etc, como afirma LEMOS (1979):

Então, pela primeira vez no Brasil, uma cidade passou a irradiar novos aspectos culturais às outras do país. [...] O Rio não só era capital administrativa, ou legislativa, ou ainda o centro das decisões políticas, como também o núcleo de onde partiam as novas correntes de comportamento envolvendo até a moda, todo um jeito de se vestir, a música, o mobiliário, a decoração de interiores e as novas maneiras de morar, de construir, de abrir ruas em esquadro. (LEMOS, Carlos, 1979, p.103).

Na primeira metade do século XIX, conservavam-se as formas de habitar dependentes do trabalho escravo. Tal permanência não favorecia grandes mudanças na forma de fazer arquitetura, repetindo-se geralmente os esquemas urbanísticos e arquitetônicos coloniais, de origem ibérica, com discretas modificações. Entretanto, ainda que não se notasse qualquer mudança na implantação do imóvel em relação à via pública, era perceptível a diversidade de materiais utilizados nas construções, principalmente nas grandes cidades do litoral, devido à possibilidade de importação com a abertura dos portos (REIS FILHO, 1970).

Muitos autores atribuem, quase unanimemente, à Missão Artística Francesa as primeiras iniciativas de implantação dos princípios da arquitetura neoclássica¹² no Brasil, encabeçados por Grandjean de Montigny¹³. No entanto, Weimer (1992) pontua

¹² “O termo neoclássico é utilizado para definir a primeira fase do período que, pretensamente, se iniciou com a vinda da Missão Francesa, em 1816, caracterizado pelo retorno a formas da antiguidade greco-romana diante de confrontações com novas tendências, que preferiam um retorno a formas medievais e/ou bucólicas, geralmente designadas por neogótico e romântico a linguagem teria evoluído para o ecletismo” (Weimer, 1992, p. 88)

¹³ Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny foi um arquiteto francês, membro da chamada Missão Artística Francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1816

que mesmo antes da chegada de Montigny, alguns arquitetos, como João da Silva Moriz (contratado por Pedro I como seu arquiteto particular), Pedro Alexandre Cavroé, Joaquim Cândido Guillobel e outros, já empregavam características historicistas em suas obras.

Apesar da significação simbólica relacionada ao desejo por modernização do País, na prática o neoclássico não foi incorporado por todos de forma homogênea. Apenas as obras oficiais da corte (Figura 1.10), bem como as construções da elite, tiveram condições de aplicar o estilo com o rigor de seus princípios orientadores, pois tinham condições de contratar profissionais qualificados para a construção de tais empreendimentos (LEMOS, 1979). Ademais, surgiram também muitas obras de reformas classicizantes em edifícios coloniais, objetivando mudar a feição destas edificações por meio do acréscimo de detalhes e ornamentos que lhes conferisse uma aparência neoclássica. Assim, percebe-se que a manifestação da arquitetura neoclássica se deu sem uma base material correspondente, como aconteceu também com o barroco, trazido pela contra-reforma sem que aqui houvesse protestantes (WEIMER, 1992).



Figura 1.10 – Palácio Imperial, atual Museu Imperial, em estilo neoclássico. Está localizado no Centro Histórico de Petrópolis – RJ. Fonte: Montezuma, 2002, p. 146.

Um marco importante neste período foi o início das atividades da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, que inaugurou o ensino superior no Brasil, especialmente o de Arquitetura, em um momento no qual o País já havia se declarado

independente de Portugal. Desse modo, o neoclássico ganha ainda mais importância após a independência.

O estilo não promoveu grandes mudanças nas casas, uma vez que sua incorporação se restringiu a aspectos ornamentais e decorativos, na maioria dos casos. As técnicas construtivas permaneceram as mesmas na maior parte do País, e os modos de vida apoiados no trabalho escravo não estimularam transformações significativas na organização espacial das residências, especialmente nos setores de estar, íntimo e de serviço.

Com o fim da mão de obra escrava, um dos principais acontecimentos do século XIX, o espaço residencial começa a ser modificado para se adequar à nova realidade. Seus cômodos ficam mais compactos, com o intuito de facilitar o trabalho de manutenção e limpeza, diminuindo também distâncias a serem percorridas para a realização das tarefas domésticas. Como consequência, as mudanças se fazem notar principalmente na área de serviços, em particular na cozinha, que começa a ser frequentada pela dona da casa (SANTOS, 2011), fato que contribuiu para melhorar e modernizar as condições dessa dependência. Além do que, os quintais passam a ter seu tamanho reduzido, havendo a delimitação de uma área destinada aos serviços de limpeza, como um tanque e espaço para lavar, secar e passar roupas.

As instalações sanitárias também sofreram modificações relevantes, mormente em decorrência das inovações tecnológicas. A possibilidade de usar água encanada proporcionou a associação entre os espaços da latrina e de banho, formando juntos o banheiro. Tal cômodo entra definitivamente dentro da casa, ainda que sua localização seja necessariamente junto à cozinha, em função da economia nos encanamentos, já muito caros, na época. Os conhecimentos sobre saúde, higiene e salubridade das edificações eram cada vez mais disseminados e influenciavam de forma decisiva a conformação das casas. Naquele momento, valorizava-se a entrada de ar e luz em todos os cômodos, fato que acabou abolindo as alcovas das novas residências do século XIX.

Nesse contexto, surge um novo tipo de residência: a casa de porão alto, representando uma transição entre os sobrados e as casas térreas. Graças ao porão elevado, resguardava-se a privacidade dos seus habitantes, já que estavam em um nível mais alto que o da rua, além de isolar o piso da umidade do solo. Os óculos, ou seteiras, presentes nos porões permitiam a ventilação no ambiente e eram

frequentemente fechados com gradis de ferro, que garantiam a sua vedação sem impedir a circulação de ar. Este tipo, que representava uma renovação dentro dos velhos moldes construtivos, teve larga difusão e foi a principal inovação promovida nas casas na primeira metade do século XIX (REIS FILHO, 1970).

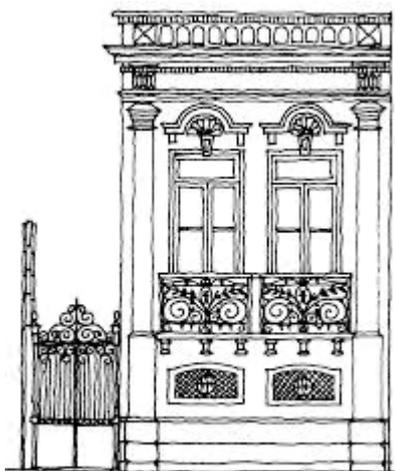


Figura 1.11: Casa de porão alto e recuo lateral (Fonte :REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2014.p.31)

O movimento sanitarista, aos poucos, passa a dominar o discurso político ainda no final do século XIX, refletindo-se em mudanças nos códigos de obras¹⁴ sob um viés higienista, com mudanças na implantação e na dimensão dos lotes residenciais, por exemplo. Os recuos das casas passam a ser mais frequentes, com esquemas de implantação nos quais o edifício ‘descola-se’ do vizinho e apresenta um jardim lateral, contribuindo com ganhos de ventilação e iluminação naturais. O aperfeiçoamento dos hábitos higiênicos coincidiu com a instalação dos primeiros banheiros com água corrente e com o aparecimento das venezianas (REIS FILHO, 1970).

Nota-se, assim, o desaparecimento a uniformidade marcante do período colonial, quando as casas urbanas eram edificadas sobre o alinhamento lateral dos lotes. Com essa mudança na implantação, o acesso principal à moradia foi deslocado para a lateral, onde era localizada a escada que dava acesso a uma varanda ou a um alpendre. Este espaço antecedia a porta da sala de visitas e, também, recebia um

¹⁴ No caso de Fortaleza, por exemplo, o Código de Posturas de 1865 (Resolução nº 1.161, de 3 de julho de 1865) surgiu como resposta à expansão crescente da Cidade a partir da década de 1860 e revelava um perfil higienista. Além de obrigações impostas aos proprietários urbanos, dispunha sobre salubridade pública, também orientava acerca da volumetria dos imóveis, cornijas, largura dos passeios etc. O disciplinamento do espaço urbano era exigido por meio do respeito do traçado em xadrez formulado em 1863 por Adolfo Herbster.

tratamento cuidadoso. Ademais, recuperava a varanda como um ambiente de transição entre o espaço público e o privado, o que não era comum nas casas coloniais, ou do início do século XIX, no meio urbano (SANTOS, 2011). Então, a introdução do porão-alto e o afastamento da edificação de pelo menos um dos limites laterais permitiram que as varandas ou alpendres se tornassem mais comuns nas residências urbanas. De acordo com Reis Filho (1970), por volta dos últimos anos do século XIX e no início do século XX, até 1914, podia-se considerar como completa a primeira etapa da libertação da arquitetura em relação aos limites dos lotes.

No século XIX surgiu, ainda, um outro tipo de habitação, nesse caso para a população de baixa renda: o cortiço. Este tipo de moradia começou a aparecer num momento em que a população de algumas cidades crescia num ritmo mais acelerado, agravando o problema da falta de habitações. As condições mínimas oferecidas por esses locais não permitiam que houvesse qualquer preocupação formal ou de setorização do espaço (SANTOS, 2011). O cômodo único deveria atender a todas as funções da casa, sendo que, nesse caso, o que preponderava era a função abrigo, mesmo que fosse nessas condições precárias. As novidades e os novos recursos que o século XIX havia introduzido na sociedade brasileira não chegaram até os moradores desse tipo. A sua condição financeira e social não lhes permitia acessar os benefícios dessa modernidade que, por sua vez, só puderam ser desfrutados pela elite e pelas camadas médias.

A Proclamação da República (1889) ocorreu logo depois da Abolição da Escravatura e também contribuiu para as transformações sociais que ocorreram no final do século XIX. Se antes as ideias e preceitos neoclássicos haviam sido associados ao período imperial, com a instituição de um novo sistema de governo, não seria recomendável permanecer com a mesma linguagem estética e vocabulário formal. Assim, o ecletismo, que já figurava nas principais cidades europeias, foi rapidamente adotado nesse período no Brasil. A versatilidade inerente a esse estilo favorecia a incorporação de diferentes linguagens e inovações tecnológicas que aqui chegavam.

Primeira República e Ecletismo¹⁵

Na virada do século, a República recém-proclamada representou um novo programa político fundamentado, sobretudo, na higiene pública, assumindo o controle do espaço urbano e doméstico, por meio de uma legislação rigorosa e da execução dos serviços relativos ao saneamento ambiental (HOMEM, 1993).

Quanto à arquitetura, a fusão das novas técnicas construtivas e dos novos materiais com os chamados estilos arquitetônicos historicistas¹⁶, como o Neoclássico, o Neogótico e o Neo-românico, juntamente com os nacionais, os regionais e os pitorescos, possibilitou a eclosão plena do ecletismo entre nós (HOMEM, 1993). Esse movimento, ocorrido na arquitetura europeia no decorrer do século XIX, estendeu-se até a I Grande Guerra e correspondeu à autoafirmação da burguesia. Importado diretamente da Europa, acrescentaram-se àqueles estilos o *art nouveau* e até o Neocolonial¹⁷, no começo do século XX.

Formalmente, o ecletismo manifestava-se em dois partidos principais: O chamado ecletismo tipológico, que correspondia à eleição, entre os vários estilos, da melhor solução para cada tipologia de edifício; e o ecletismo sintético, que combinava elementos de vários estilos históricos em um único edifício, visando o aperfeiçoamento destes mesmos estilos (Alencar, 2010).

¹⁵ “O período que medeia entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930, conhecido por Primeira República, corresponde, no campo da arquitetura, ao chamado ecletismo arquitetônico, compreendendo profundas modificações na configuração do espaço das cidades brasileiras mais importantes” (CASTRO, 1987, p. 213)

¹⁶ “A coexistência entre os estilos históricos se apresentou como uma solução estética eficiente para a assimilação das inovações tecnológicas, e o ecletismo foi uma resposta a esse contexto. Segundo Pedone (2005), ecletismo não foi uma forma, entre outras, de historicismo: enquanto o historicismo buscou reviver um passado e construiu representações da história, inscrevendo a arquitetura moderna em um estilo antigo, o ecletismo usou elementos e sistemas da história para inventar uma arquitetura adaptada aos novos tempos” (PEDONE, 2005, p.127)

¹⁷ “A busca de legitimação no passado, mediante a cópia de formas da arquitetura antiga, inseriu o movimento arquitetônico denominado Neocolonial como um capítulo do ocaso do ecletismo no Brasil. Segundo Shramm (2015), a distinção residia na natureza do argumento nacionalista, que impregnou o pensamento brasileiro em diversas frentes: O Brasil colonial ou as formas ibéricas ancestrais eram as fontes desse passado a ser apropriado livremente” (SHRAMM, 2015, p. 90)

A expressão do ecletismo foi favorecida quando o conhecimento de história influencia de modo efetivo os arquitetos e, assim, exemplares catalogados na história da arquitetura passam a ser utilizados como repertório de projeto. Desse modo, as formas antigas foram importadas, adaptadas e amalgamadas, fazendo surgir novas composições.

Seguia-se a inspiração vinda de fora, então o estilo chegou ao País fortemente marcado pelo estrangeirismo, de caráter completamente importado, já que dependia tanto de materiais que não existiam no Brasil, quanto de profissionais habilitados a projetar e executar obras segundo os seus preceitos, cujo repertório formal relacionava-se totalmente aos estilos históricos de outros povos, principalmente europeus, como o gótico, por exemplo. De acordo com LEMOS (1989):

Nessa hora, o nosso patrimônio cultural viu-se invadido: o dinheiro do café, por exemplo, importou arquitetos, mestres de obras, pedreiros e toda sorte de material de construção – tudo, absolutamente tudo, vinha da Europa e dos Estados Unidos. Essas construções ecléticas, portanto, nada tinham a ver com o nosso elenco de elementos fornecidos naturalmente pelo meio ambiente. (LEMOS, Carlos, 1989b, p. 51)

Essa importação de formas e profusão de estilos historicistas, supostamente aplicados de forma arbitrária, é alvo de críticas de muitos autores, que consideram a produção arquitetônica do período¹⁸ marcada pela “mediocridade” e pela falta de imaginação. Na definição de Eduardo Knesse de Mello (1983), Ecletismo pode ser entendido como um:

"carnaval de estilos" ... a fantasia carnavalesca vai ser usada exclusivamente nos dias de carnaval, vai ser vestida para ser exibida no desfile da passarela do Municipal e ninguém ousaria ir ao seu consultório ou escritório com todos aqueles berloques e miçangas, num dia comum de trabalho. Nem seria permitido à aeromoça embarcar no seu Boeing 707 com sua fantasia de Maria Antonieta. Mas, na arquitetura a coisa é diferente. Tem caráter permanente, duradouro. Não se troca de casa como quem troca de roupa e o indivíduo que fantasia a sua casa, seu prédio de apartamentos, sua fábrica, sua escola vai passar o resto da vida fazendo-de-conta que está vivendo em outra época, fingindo que é outra pessoa, que viveu em outro século, em outro lugar (MELLO, 1983, p. 15)

¹⁸ Segundo Weimer, em "Anos Obscuros" (1992), a fase entre o barroco e o moderno continua a ser tido como "o período negro da arquitetura nacional", referindo-se ao senso comum que desmerece a produção arquitetônica deste recorte temporal.

Já para Bruand (1981):

... não só é difícil citar um único êxito do ponto de vista estético, como também parece que os arquitetos e construtores rivalizavam-se numa incrível competição de feiura. São bem variadas as razões deste fracasso total. Uma das causas principais era, com certeza, a falta de gosto e, na maioria dos casos, a falta de conhecimentos arqueológicos dos responsáveis... Os arquitetos, então, tinham de criar suas próprias soluções - o que evidentemente era catastrófico quando se tratava de profissionais medíocres, que não se destacavam por seu talento natural. (Bruand, 1981, 42-3)

Apesar da conhecida aceitação de tais críticas ao Ecletismo, autores como Benincasa (2003) e Weimer (1992) pontuam a relevância desse movimento para a historiografia da arquitetura nacional e põem em xeque argumentos como os de Bruand e Eduardo Knesse de Mello: "como explicar que os arquitetos nacionais, que foram tão criativos, durante os primeiros trezentos anos de nossa história e nos últimos cinquenta (...) fossem acometidos de total esterilidade de imaginação plástica?" (Weimer, 1992, p. 87).

Para Benincasa (2003), o Ecletismo foi campo fértil para a construção de casas nos mais variados estilos e formas, e seu valor reside justamente em suas múltiplas possibilidades:

O Ecletismo proporcionou a realização de casas nos mais variados estilos e formas. Apesar de ter seu repertório formal muito criticado, por ser uma releitura livre e, às vezes, superficial, de estilos consagrados do passado, foi um período muito criativo e inovador da arquitetura mundial, principalmente no tocante às inovações tecnológicas, e, mesmo tratando-se do primeiro estilo internacional, isto é, que proliferou e teve aceitação em quase todas as regiões do mundo, na época, permitiu mais contribuições e adaptações regionais do que a linguagem do modernismo, cujo repertório formal, técnicas construtivas e materiais de construção eram mais definidos. (BENINCASA, 2003. p. 221)

Reis Filho (1970), assim como os demais autores, assinala suas ressalvas quanto ao Ecletismo e o emprego de historicismo, no entanto pondera quanto à importância de se estudar as motivações e particularidades locais desse movimento para o entendimento do que estaria por vir:

[...]estamos convencidos de que somente quando se estuda o Neoclássico e o Ecletismo através de suas motivações locais é que se pode compreender de que modo, menos de quatro décadas após o final do século XIX, já era possível à arquitetura brasileira iniciar o grande avanço que a tornou conhecida mundialmente (Reis Filho, 1970. p. 187).

No que tange às habitações ecléticas, modificou-se a noção de morar da classe dominante: a casa passava a expressar não só o êxito econômico e profissional do proprietário, mas também seu grau de cosmopolitismo. Além de refúgio e privacidade, deveria proporcionar afastamento físico e certa alienação quanto às tensões e aos conflitos sociais. Assim, as camadas mais ricas procuraram viver de forma isolada (HOMEM, 1993). Foi possível observar mudanças na ornamentação externa das residências, através do uso de elementos como colunas, cornijas, faixas, frisos e outros detalhes na composição das fachadas e das platibandas, que já existiam desde o período imperial, mas, com a chegada do ecletismo, passaram a apresentar um repertório mais rico de elementos decorativos.

A elite brasileira, sempre interessada em ostentar riqueza e *status* de modernidade, de pronto adotou o estilo, de modo que suas casas eram projetadas e construídas pelos melhores profissionais estrangeiros, que instituíram também algumas mudanças no partido arquitetônico tradicional. Além da sua contribuição com a introdução de um vocabulário formal nas obras do período, no âmbito espacial residencial, o ecletismo introduziu o vestibulo, ou *hall*. De acordo com Santos (2011), esse espaço era considerado uma zona “neutra” que distribuía os fluxos, evitando-se cômodos de passagem obrigatória, como eram as salas de viver no período colonial. Desse modo, as zonas da casa eram separadas pelas afinidades dos usos, e existia independência entre elas, sendo possível transitar de uma para a outra sem a necessidade de passar pela terceira.

O variado repertório que o ecletismo abarcava favoreceu o surgimento de composições muito diversas umas das outras e, nesse cenário, ganhava espaço a tipologia do chalé¹⁹. Esse tipo de edificação já podia ser encontrado, pontualmente, durante o Segundo Império. No entanto, sua influência sobre as elites e a classe média se consolida depois da Proclamação da República, sobretudo devido ao valor dado às obras ecléticas. Santos (2011) afirma que os chalés seduziram as pessoas que os

¹⁹ “O gosto pelo pitoresco foi evidenciado nos tipos chalés e quiosques, que se impõe no último quartel do século XIX. O pitoresco se caracteriza como elemento de “novidade caprichosa”, acentuando, no nosso caso, o sensação de viver fora do Brasil. Lambrequins, estuques, ornamentos de ferro fundido são apostos a edificações tradicionais, denotando, ao lado do gosto pelo exótico, a vontade de ser moderno, proporcionado pelo uso de protótipos industriais” (FABRIS, 1993. p. 139)

escolhiam como modelo para suas moradias em função do seu caráter de modernidade combinado com a referência que faziam às habitações rurais europeias.

Já as casas das classes baixas e dos operários não conseguiam acompanhar todas as mudanças de forma efetiva, tampouco tinham condições de adquirir os produtos e bens importados necessários para a implementação do estilo eclético em suas residências. Assim, a maioria das habitações dessas classes sociais ainda apresentava forte ligação com as tradições construtivas e de organização espacial interna com aquelas do período colonial.

Urbanisticamente, os principais centros urbanos brasileiros conservaram os mesmos traçados, de origem medievo-renascentista, sem que houvesse uma atualização efetiva do traçado viário. Reis Filho (1970) pontua que nas mesmas ruas por onde circularam carroças e carruagens, circulavam agora os automóveis, os caminhões e os ônibus. As cidades recebiam uma população cada vez mais numerosa, sem que fossem atualizados os meios de transporte e de abastecimento. Em outras palavras, entravam na era industrial equipados com instrumentos obsoletos (REIS FILHO, 1970). Desse modo, as limitações sociais e econômicas eram uma realidade para uma parcela de indivíduos e contribuíram para o aparecimento de tipos precários de habitação, com padrões irrisórios de higiene e construção, na maioria dos casos dependentes de uma organização territorial ditada pelo acaso.

Industriais e operários: os novos atores sociais

O processo de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil teve início na segunda metade do século XIX, em meio a importantes acontecimentos no cenário econômico, político e social brasileiro, período em que houve a afirmação das oligarquias através do domínio do setor cafeeiro. A ascensão deste setor no Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e no Novo Oeste Paulista²⁰ significou uma fonte de capitalização para dar início ao processo de industrialização e de desenvolvimento urbano acelerado (BOMFIM, 2007).

²⁰ Região Nordeste do estado de São Paulo que, durante o período colonial, era conhecida como Novo Oeste Paulista. A região corresponde atualmente a 25 cidades, 3,8% dos 645 municípios do Estado de São Paulo. (Rocha, P. M.; Zauith, G. A formação do “Novo oeste Paulista” e o surgimento dos Primeiros impressos. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, p. 211-232, jan./jun. 2013)

Após a abolição da escravidão, surgiu a questão de onde passariam a residir estas pessoas, o que constituiu o primeiro grande problema de moradia. As senzalas foram sendo modificadas e "melhoradas" para absorver os trabalhadores livres e imigrantes estrangeiros. Os antigos escravos, sem opções dignas, criaram as palhoças e mocambos, em substituição às senzalas. Para além do problema de moradia, esse grupo social foi também alvo de toda a sorte de preconceitos e desprezo, por todas as classes da estrutura social. De acordo com Bomfim (2007):

a visão existente sobre a forma de tratamento dos escravos pode ter influenciado fortemente a visão de como os industriais tratavam os seus operários. Inclusive, a proximidade das vilas operárias das fábricas, sob o olhar vigilante do industrial, pode ser comparada, com relação à localização, à proximidade das senzalas da Casa - Grande, sob a vigilância do Senhor de Engenho (BOMFIM, 2007, p. 127).

Como consequência da proibição do tráfico negreiro em 1850²¹, a mão de obra empregada nas lavouras de café era essencialmente imigrante e livre. A produção foi parcialmente e progressivamente mecanizada, e o café passou a ser beneficiado e conservado de modo mais moderno e lucrativo. Além disso, a construção de estradas de ferro permitiu um maior e melhor escoamento do produto para cidades e portos. Segundo DECCA (1991),

A economia cafeeira, assim, passa a ter um caráter capitalista: trabalho livre, mecanização parcial da produção, moderna rede de transportes, financiamento mais eficiente da lavoura, do comércio e da exportação desse produto agrícola (DECCA, 1991 p.4).

Foi um período de expansão econômica, sobretudo quando se intensificou o estabelecimento de empresas estrangeiras e, progressivamente, um processo de substituição de importações. A crescente produção industrial era diversificada em vários ramos. Contudo, destacam-se os setores têxtil e alimentício como os mais desenvolvidos e importantes (BOMFIM, 2007).

²¹ A Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850) promulgada no Segundo Reinado extinguiu o tráfico internacional de escravos para o Brasil. Os primeiros passos para a libertação escravocrata no País tiveram forte pressão da Inglaterra, não por questões humanitárias, mas por motivações econômicas. Aquele País, potência industrial no final do século XIX, tinha interesse em expandir o mercado consumidor brasileiro e, para isso, era interessante converter os escravos em consumidores.

O desenvolvimento urbano, fator e decorrência²² da economia cafeeira, foi seguido de um crescimento industrial significativo. Os lucros obtidos com a produção e a comercialização do café propiciaram parte do capital para o desenvolvimento da indústria no Brasil, uma vez que muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais e, também, no comércio.

As atividades industriais começaram a adquirir importância nas décadas finais do século XIX, portanto, especialmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e, como consequência, surgem as primeiras associações de industriais, sugerindo a formação de uma classe trabalhadora urbana com interesses próprios, distinta daquela dos trabalhadores rurais.

Em 1882, por exemplo, uma primeira associação de industriais surge no Rio de Janeiro [...]. Em São Paulo e em outras cidades, inúmeras sociedades operárias, de variada natureza, surgiram a partir de 1889-1890 (DECCA, 1991 p.5).

Nota-se, então, o aparecimento de uma burguesia industrial e de um operariado urbano industrial desde as décadas de 1880 e 1890. Não obstante a importância do setor agrário, a sociedade brasileira passava a apresentar, a partir de então, um caráter urbano-industrial. Foi no período de construção e instalação da República que a urbanização e a industrialização se tornaram fenômenos decisivos.

No início do período republicano, podiam ser vistos, nas cidades em crescimento, diversos empreendimentos industriais e urbanos, como fábricas, pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de serviços viários etc. "Mundos de trabalho urbano se constituíam ao longo das primeiras décadas republicanas, se tornavam grandes e diversificados" (DECCA, 1991). Além dos exemplos citados, as ferrovias também constituíram grandes empreendimentos econômicos do período, pois eram uma opção que "absorvia

²² "A economia cafeeira refletiu-se no processo de urbanização pois ela estimulou e foi estimulada pelos melhoramentos urbanos. Ao passo que se desenvolvia, promovia a ocupação de terras cada vez mais interiores nos estados produtores. Além disso, a expansão das exportações gerou uma elevação na renda que, por sua vez, foi empregada na melhoria do sistema de transporte, através da implantação de um sistema ferroviário e da melhoria dos portos, especialmente Rio de Janeiro e, mais tarde, Santos" (ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207).

maciçamente ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão de obra e investimento de capital" (ARIAS NETO, 2003).

O desenvolvimento da industrialização refletiu-se nas cidades em um processo acelerado de urbanização que trouxe, paralelamente, um quadro de reivindicações sociais, dadas as condições precárias às quais grande parcela da população estava submetida. A emergente cidade industrial foi marcada pelo rápido crescimento populacional e densificação dos centros urbanos, implicando, assim, no surgimento de novos tipos de habitações coletivas para abrigar seus habitantes: os cortiços (BOMFIM, 2007).

A ausência do devido controle e planejamento na construção dessas formas de habitação resultou em condições de higiene precárias, o que contribuiu para o surto de doenças endêmicas no período. Segundo Norro (1995, p.34):

[os cortiços], que serviram de moradia para 4% da população do Rio de Janeiro por volta de 1869, chegaram a 25% no início da República Velha. O crescente número de habitantes dos cortiços começou a preocupar as autoridades da Capital do Império até que, em 1865, foi editada uma lei que proibia a construção de novos cortiços sem prévia autorização da Câmara. Mais tarde, em 1876, uma outra resolução foi mais radical com relação à questão, proibindo a construção de cortiços no centro da cidade [...].

Com efeito, desde o final do século XIX, o operariado urbano industrial, congregado nos bairros operários, populares e industriais, habitou exíguas moradias, que foram consideradas insalubres e inadequadas: caras para os limitados salários dos operários e de baixo padrão habitacional (DECCA, 1991). No caso de São Paulo, servidores do poder público municipal referiam-se à habitação da sua população operária como uma "chaga oculta no coração da cidade" e descreveram vários tipos de habitações destinadas à classe operária:

[...] Estas habitações são, de ordinário, do tipo Cortiço, no geral, bem pouco confortáveis. O cortiço ocupa uma área no interior do quarteirão; quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio, ou área livre, se abrem as portas e as janelas de pequenas casas enfileiradas. [...] Há ainda a casinha, como prédio independente, com frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga, não oferece garantia alguma pelo que respeita a higiene. O assoalho sem ventilação e assentado sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e ferido o reboco que deixa

perceber a má qualidade da alvenaria. No fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha, quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e então as condições de asseio são as mais precárias possíveis [...]. (São Paulo-município, 'Relatório da Comissão...', in Relatório do Intendente Municipal, p.46.)

Além do cortiço, descrito no relatório, aparecem também variações de habitação operária, considerados ainda piores: o "hotel-cortiço", ou seja, prédios de sobrados transformados em cortiços, as vendas e depósitos com cômodos para dormir, etc. (DECCA, 1991). Não era diferente a situação da moradia do proletariado em outros centros urbanos ou capitais dos estados brasileiros, como, por exemplo, os mocambos em Recife ou os cortiços cariocas.

Os trabalhadores brasileiros não contavam com nenhum tipo de apoio ou auxílio estatal que lhes garantisse uma moradia digna, sobretudo na transição do século XIX para o século XX. Nesse período, predominava a tese liberal de que o Estado não deveria intervir na economia, nem nos setores de atuação da economia privada. Sem condições de pagar um aluguel, os operários buscavam uma moradia que tivesse dentro das suas capacidades financeiras, restando como única opção local sem condições mínimas de habitabilidade, fora dos padrões municipais, em que não eram cumpridos os requisitos mínimos indicados pela legislação sanitária. (TIMM, 2015)

Diante do precário quadro da habitação das classes populares, os poderes públicos municipais, estaduais e federal passaram a recomendar a construção de vilas higiênicas e baratas para os operários, incentivando a iniciativa privada de várias formas. Segundo Norro (1995, p.44):

No final de 1882, o Segundo Império promulgou uma série de decretos, os quais concediam favores às empresas que construíssem habitações para seus operários. A contrapartida dessa concessão de fatores especiais a essas empresas previa a demolição às expensas das mesmas, de um número equivalente de casebres e a construção de habitações para operários dentro de padrões de higiene e conforto.

Essa concessão de favores contribuía tanto com os interesses dos industriais quanto do governo, já que, por um lado, atraía mão de obra e, por outro, eliminava potenciais focos de epidemia. Entre os favores concedidos às empresas, estava prevista a isenção de impostos para importação de materiais de construção e a concessão de terrenos públicos destinados a casas populares (BOMFIM, 2007). Para o Estado, essa iniciativa podia ser usada como bandeira política, ao demonstrar algum

interesse em melhorar a habitação da população carente, e os empreendedores particulares ficavam satisfeitos com a possibilidade de aumentar a rentabilidade de seus investimentos (TIMM, 2015). Além disso,

Problemas como a debilidade e ineficiência dos meios de transporte fizeram com que o deslocamento entre a moradia e o local de trabalho do operário fosse dificultado, resultando em atrasos, desgaste físico e conseqüente queda na produção. Assim, a construção de vilas operárias pareceu ser uma ótima opção para enfrentar esses problemas, além de solucionar outros, como a possibilidade de abrigar mão de obra estrangeira e qualificada, garantir a permanência dos trabalhadores e possibilitar a redução dos salários dos funcionários pelo fornecimento de habitação. (TIMM, 2015. p.57).

A construção de moradias populares acabou se tornando um negócio rentável para os industriais, não implicando, necessariamente, na prática, em melhorias para a grande massa de trabalhadores urbanos e industriais. Muitas vilas operárias foram, de fato, construídas junto às fábricas, mas os aluguéis cobrados permaneciam elevados para a realidade econômica dessa classe. Segundo Decca (1991):

Nas grandes cidades, eram raras as indústrias que construíam moradias vantajosas para o operariado empregado; em geral, quando essas moradias ou vilas operárias eram construídas, destinavam-se aos operários especializados, que era necessário reter e controlar junto à produção. Vilas operárias que apresentavam condições adequadas e aluguel relativamente barato eram frequentes no interior dos estados, onde era preciso fixar a mão de obra (DECCA, 1991. p.51).

É nesse contexto que surgem as primeiras vilas operárias. Sem qualquer referência urbana e arquitetônica no País, as primeiras tipologias construídas no Brasil foram baseadas em modelos e experiências europeias. O objetivo verdadeiramente almejado, frequentemente, não era proporcionar moradia digna, salubridade e dignidade para os trabalhadores urbanos (TIMM, 2015). A questão central, na prática, era a obtenção de habitações em quantidade suficiente que suprisse e fixasse a mão de obra livre qualificada próxima e disponível para os locais de trabalho.

O Art Déco e a habitação operária do Nordeste

Como já visto, ao longo da primeira metade do século XX, a construção de moradias operárias tornou-se prática comum com a expansão industrial, sobretudo de fábricas - têxteis, de papel, de vidro, siderúrgicas etc. Esse período é considerado o

apogeu da construção de vilas e núcleos fabris no Brasil que, por sua vez, assumiram formas e tamanhos diversos.

Nas décadas de 1930 e 1940 houve uma significativa produção de moradias por fábricas - sobretudo têxteis - nos estados do Nordeste do Brasil. Era comum que as casas fossem de diferentes tamanhos e padrões, distribuídas entre os operários de acordo com o tamanho da família, o tempo de trabalho do empregado na fábrica e sua posição na hierarquia fabril. A maioria era de pequenas dimensões e programa básico, que contava com sala, um ou dois quartos, cozinha, sanitário e quintal (CORREIA; ALMEIDA, 2009). No que tange à arquitetura desses conjuntos, uma característica notável é a expressiva presença de elementos vinculados ao vocabulário Art Déco:

Seguindo esta tendência, as dezenas de vilas operárias e núcleos fabris erguidos por indústrias no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 atestam a difusão do gosto Art déco no país e sua grande aceitação naquele momento por parte de industriais, muitos dos quais o empregaram na construção de instalações fabris, de equipamentos de uso coletivo, de casas para seus operários e, em casos mais raros, de moradias para gerentes e para seu uso particular. [...] Em meio a esta diversidade na paisagem de cidades brasileiras - grandes ou pequenas -, nada marcou mais estas duas décadas que a arquitetura proposta pela iniciativa privada associada à linguagem Art déco. Em construções novas ou em fachadas reformadas, foi a expressão de modernização da arquitetura de maior alcance junto à população no período (CORREIA; ALMEIDA, 2009, p. 4).

O movimento *Art Déco*²³ surgiu na Europa na década de 1920 e teve como marco a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, ocorrida em 1925 em Paris. De caráter decorativo, o estilo esteve presente em outras áreas além da arquitetura, como na moda, no design gráfico etc. Esse movimento estético surge em meio ao desejo da sociedade do pós- Primeira Guerra por uma

²³ Na arquitetura, a designação *art déco* começou a disseminar-se apenas na década de 1960, a partir da exposição *Les Années 25*, realizada no Museu de Artes Decorativas de Paris, em 1966. O uso do termo remete à Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, ocorrida em Paris, em 1925, que marcou a consolidação dessa tendência, que encontraria expressões múltiplas na Europa e teria ampla difusão nas Américas. Entretanto, na época em que surgiram e ao longo das décadas seguintes, as manifestações arquitetônicas hoje associadas ao *Art déco* eram referidas através de outras designações, como *jazz modern*, *estilo moderno*, *streamlined modern*, *zigzag modern*, 'arte decorativa moderna' etc. Ver Maria Lúcia Bressan Pinheiro (1997).

modernidade representativa da era industrial, mas que não fosse tão asséptica em sua forma, como as propostas das vanguardas do início do século XX. Neste sentido, o *Art Déco*; “mais do que um movimento integrado ou alternativo às vanguardas dos anos 1920, é uma tendência que estabelece uma ponte entre o ecletismo, já carente de vitalidade própria, e o radicalismo explosivo do racionalismo europeu” (SEGRE, 1991, p. 109).

Na década de 1930 o estilo ganha força no Brasil, manifestado inicialmente em projetos que objetivavam imprimir uma noção de modernidade atrelada a novos programas, como aqueles de “lojas de departamento, que introduziam um novo conceito de comércio, e de cinemas, clubes e emissoras de rádio que difundiam formas novas de diversão, cultura e lazer” (CORREIA, 2010, p. 16), além de ser frequente também nos arranha-céus e nos edifícios institucionais. Entretanto, rapidamente o estilo foi difundido e aplicado em igrejas, lojas, fábricas e moradias de pequeno porte. Com base na figura 1.12 é possível observar algumas das principais características²⁴ do Art Déco na arquitetura: geometrização, escalonamento, intersecção/desconstrução de planos e linhas, verticalização e simplicidade ornamental.

A geometrização presente no estilo justifica-se em seu contexto de surgimento, no período entreguerras, com o claro objetivo da “modernização, entendida como vontade e desejo coletivos de recuperar o tempo perdido e escapar do atraso... Metaforicamente, isto significa encurtar caminhos, simplificar, retificar, racionalizar e geometrizar” (CONDE, 1997, p. 69). Além disso, suas formas eram referenciadas na estética da máquina²⁵, apesar de conservar os princípios de composição das belas-

²⁴ “Entre os recursos que integraram o repertório formal do art déco na arquitetura situam-se: marquises; balcões em balanço; colunas, frontões, óculos, capitéis, pilastras, platibandas e volutas de formas simplificadas; gradis e caixilhos de metal, inclusive do tipo basculante; ornatos em alto ou baixo relevo representando formas geométricas, temas florais simplificados ou linhas retas ou em ziguezague; uso cenográfico da luz através do néon ou de vitrais; texturas nas superfícies; padrões esquemáticos de cores; volumes, vãos e superfícies escalonadas. A construção pode estruturar-se através de uma composição volumétrica integrando formas geométricas, como prismas retangulares, elementos cilíndricos, volumes arredondados ou planos verticais ou horizontais” (CORREIA, 2010, p. 16)

²⁵ Segundo Conde (1997), “o *Art Déco* também encontra inspiração na geometria presente na arquitetura e nos artefatos de culturas antigas, como a egípcia (em evidência, na época, pela descoberta do tumba de Tutancâmon, em 1922, pelo arqueologista inglês Howard Carter), a maia, a asteca e, no Brasil, a marajoara” (CONDE, 1997, p. 71)

artes, notadamente a simetria. Nota-se, ainda, a permanência da priorização dos aspectos formais em detrimento dos aspectos funcionais - quadro que só se inverterá a posteriori, com o modernismo, além da utilização da ornamentação, não profusa e opulenta, mas de maneira depurada e simplificada.



Fonte: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/17>



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/pb42872.jpg>



Fonte: <https://revistafactual.com.br/goias/goiania/2019/05/07/simbolo-do-art-deco-de-goiania-estacao-ferroviaria-tem-obra-de-restauracao-concluida/>



Fonte: <https://revistaazul.voeazul.com.br/destinos/7-curiosidades-sobre-o-cristo-redentor/>

Figura 1.12: Exemplos de manifestações *Art Déco* no Brasil: Elevador Lacerda (Salvador), Biblioteca Municipal Félix Araújo (Campina Grande), Estação Ferroviária de Goiânia e o Cristo Redentor. Fontes indicadas.

O escalonamento, ou zigzague, resulta da manipulação de planos e formas geométricas com o intento de se obter um efeito semelhante ao de uma escada em perfil. Segundo Correia (2010), o escalonamento de platibanda foi um dos recursos mais mobilizados pelo *Art Déco* no Brasil, sobretudo em casas populares.

Pode-se constatar que no Brasil o gosto *Déco* se expressou, sobretudo, através de volumes, platibandas e ornatos de formas escalonadas, coerentes com a tendência conhecida como *Zig-Zag Modern*. Casos mais raros adotam formas arredondadas que remetem à tendência *Streamlined* (CORREIA, 2010, p. 16).

A intersecção ou desconstrução de planos e linhas é resultado da redução de formas aos seus elementos estruturais e sua utilização como instrumento de retórica

visual: um exemplo disso foi a recorrente utilização de linhas e elementos longitudinais nas fachadas de edifícios altos, na tentativa de acentuar ainda mais sua dimensão vertical.

A aderência ao vocabulário *Art Déco* no Brasil foi tão expressiva em tantos contextos sociais e realidades econômicas que, seguindo essa tendência, dezenas de núcleos fabris e vilas operárias foram erguidos nesse estilo, atestando sua aceitação também entre os industriais.

Dentre os edifícios industriais que se encaixam no referido recorte geográfico e espacial, pode-se citar: A vila operária da Companhia de Tecidos Paraibana, na cidade de Santa Rita (PB); O núcleo fabril criado pela Fábrica da Passagem em Neópolis, Sergipe; a fábrica e a vila operária criadas pela Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna, em Pernambuco, erguidas em 1937; e, em Fortaleza, o parque industrial da fábrica de tecidos São José²⁶ (Figuras 1.13 a 1.16).

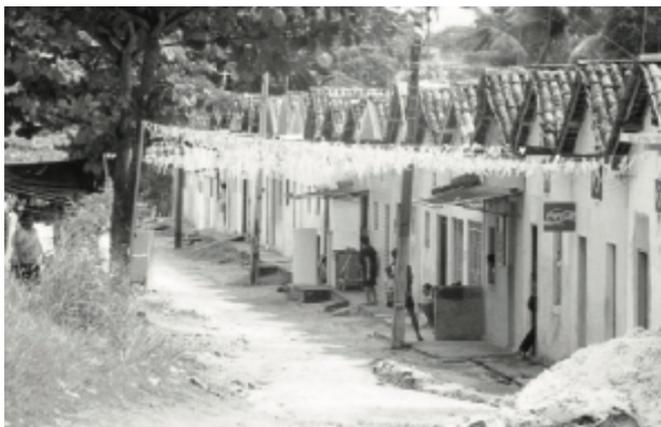


Figura 1.13: Vila operária da Cia. de Tecidos Paraibana em Santa Rita, Paraíba. Fonte: CORREIA *et al*, 2006



Figura 1.14: Vila operária da Fábrica de Passagem, Neópolis, Sergipe. Fonte: CORREIA *et al*, 2006

²⁶ Ver capítulo 4

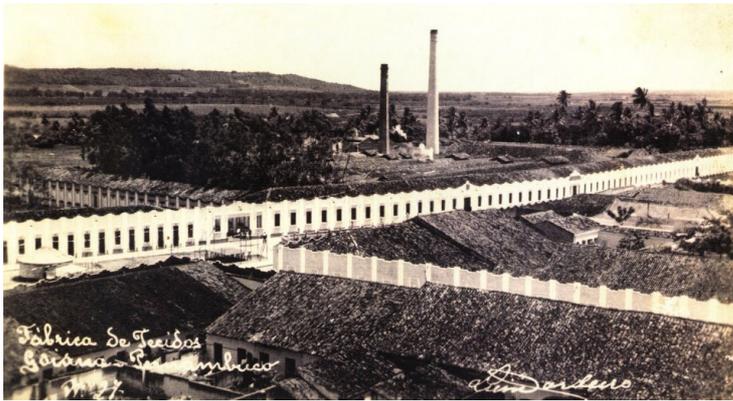


Figura 1.15: Fábrica de Tecidos Goyanna, em Pernambuco. Fonte: <http://goianadoscaboclinhos.com.br/acervo>

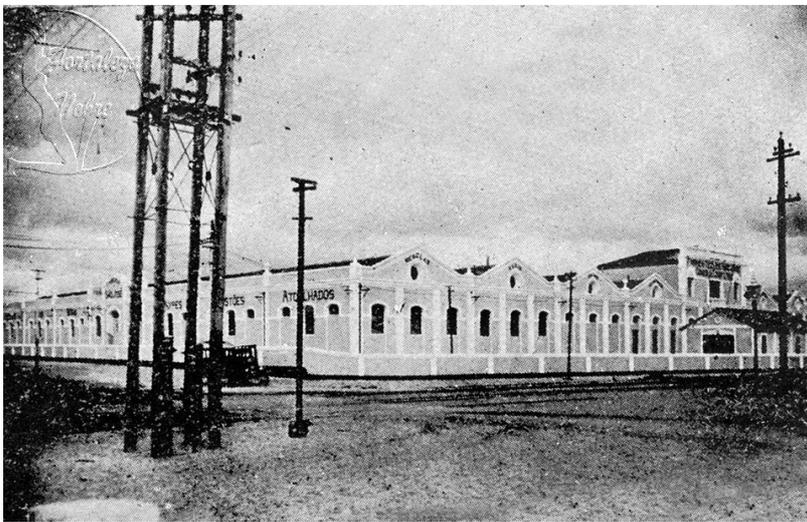


Figura 1.16: Fábrica de tecidos São José, em Fortaleza. Fonte: Acervo Fortaleza Nobre.

Na primeira parte desta pesquisa, que corresponde ao capítulo 1, buscou-se entender como a tipologia residencial urbana no Brasil sofreu modificações no decorrer do tempo, e foi possível identificar na habitação não apenas a miscelânea cultural inerente à nossa formação, mas também heranças de uma sociedade escravocrata, patriarcal, agroexportadora e colonizada. Além disso, abordou-se alguns autores que estudam a casa sob diferentes perspectivas, assim como evolução do Tipo como método de análise que, para além da investigação formal e funcional, considera a dinâmica das relações sociais inseridas em determinado tempo (contexto histórico) e espaço (contexto urbano).

Após contextualizar, de maneira geral, as transformações urbanas e sociais no Brasil decorrentes da industrialização no limiar entre os séculos XIX e XX, o próximo capítulo vai abordar especificamente a cidade de Fortaleza e as modificações que levaram à expansão urbana a oeste da Cidade e a formação do bairro Jacarecanga.

02

**Transformações urbanas e sociais
do final dos oitocentos a 1940 em
Fortaleza**

No presente capítulo, pretende-se aprofundar o contexto histórico e urbanístico de Fortaleza para entendermos como se deu a expansão da Cidade a oeste no período estudado (1910 - 1940), seus antecedentes, e também o papel das diretrizes urbanísticas e arquitetônicas da legislação municipal, à época influenciadas pelo urbanismo cientificista e pela euforia da modernidade.

Panorama geral: modernidade, urbanismo cientificista e *Belle Époque*

Antes de analisarmos as transformações urbanas e sociais ocorridas em Fortaleza ao longo do recorte temporal proposto, convém a explanação de um panorama geral do Brasil, com o intento de estabelecer um quadro de condicionantes históricas, sociais e políticas no contexto nacional para, então, compreendermos os processos de produção do espaço na Capital.

O século XIX sedimentou uma mudança que já acontecia desde o início do século XVI na Europa: a modernidade que, por sua vez, teve como marco a Revolução Industrial e suscitou mudanças e transformações em todos os aspectos, inclusive na vida urbana (BERMAN, 1986, p.16).

As novas práticas socioespaciais impactaram diretamente a paisagem urbana, onde se passava a notar o surgimento gradual de fábricas, ferrovias, novas zonas industriais e, claro, uma ocupação desordenada do espaço urbano que, via de regra, expandia-se sem o devido planejamento, e áreas insalubres coexistiam com a cidade pré-industrial.

Tal ocupação desordenada suscitou a problemática urbana e, pela primeira vez, a cidade se encontra problematizada enquanto questão técnica (BRESCIANI, 1992). Assim, surge o urbanismo como disciplina cientificista, resultante da conjugação das ciências médicas²⁷ com a engenharia urbana e materializado, sobretudo, nos planos urbanísticos higienistas²⁸ do século XIX. Estes encontravam endosso na chamada "teoria dos miasmas":

²⁷ “Os médicos higienistas que criticavam a falta de salubridade nas cidades acusavam como responsáveis as condições de vida e trabalho, o amontoamento da população, a desordem do espaço urbano e apontavam e localizavam os focos produtores de miasmas os espaços que deveriam sofrer intervenções” (COSTA, 2017, p. 23)

²⁸ O planejamento urbano de cunho cientificista teve seu marco, no Brasil, com a construção de Belo Horizonte (1896), projeto de Aarão Reis (1853 - 1936)

A teoria miasmática exigia a adoção de medidas de saneamento, uma higiene total, uma limpeza profunda do meio físico e social, pois onde reinasse a sujeira, a concentração e o amontoamento criava-se um ambiente propício à formação de miasmas e de doenças, fatores decisivos na mortalidade e morbidade dos habitantes. O espaço urbano foi considerado como o meio mais perigoso para a população. Cemitérios, matadouros, hospitais, cadeias, fábricas, lixões etc. foram transferidos para a periferia da cidade. Construíram-se redes de água e esgoto e passaram a fazer um controle das fontes, dos rios e dos chafarizes (COSTA, 2017, p 19).

Nesse contexto, intensificam-se as obras de infraestrutura viária, de saneamento e os planos de arborização, tentando aliar estética urbana e salubridade, além de favorecer, claro, o escoamento da produção industrial. Logo, pode-se dizer que a imagem das cidades na modernidade foi pautada por ações sanitaristas e de infraestrutura, por ações de embelezamento e por uma racionalidade cientificista.

Faz-se necessário destacar que, devido à extensão territorial do Brasil, essas transformações ocorreram de maneira heterogênea nas diversas cidades, manifestando-se, principalmente, após a proclamação da República (1889). Ademais, percebe-se que os efeitos da modernidade coexistiam com as recentes heranças da colonização (economia baseada na agroexportação e um regime escravagista recém-abolido); "uma modernização suscitada pela industrialização dos países hegemônicos" (PAIVA, 2011, p. 19).

A segunda metade do século XIX, em Fortaleza, foi marcada por transformações decorrentes da economia, sobretudo do algodão, que era exportado ao mercado externo. Mas é a partir de 1860, com a Guerra de Secessão Americana²⁹, que a produção nordestina de algodão destaca-se mundialmente, em consequência da interrupção da exportação do produto pelos Estados Unidos (ANDRADE; DUARTE JUNIOR, 2015). De acordo com Farias (2012), o algodão foi responsável por dinamizar a economia e, também,

²⁹ Entre 1861 e 1865, a Guerra da Secessão parou a cultura algodoeira americana, refletindo com grandes baixas na produção mundial e, ao mesmo tempo, elevando seu preço no mercado. No Brasil, tal situação impulsionou grande procura pelo algodão cearense. Valorizando ainda mais a importância de Fortaleza devido ao seu papel na comercialização do algodão e outros produtos de exportação. (VIANA, Flávio Gondim. A cidade de Fortaleza e suas raízes industriais: ensaios sobre formação urbana e patrimônio industrial. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.)

[provocou] mudanças políticas e sociais. Os lucros da venda algodoeira deram prestígio e enriqueceram alguns fazendeiros e comerciantes, possibilitando um crescimento da importação de artigos variados (roupas, móveis, materiais de construção, etc.) e um maior apuro no vestir, alimentar-se e morar dessa elite em relação ao grosso da população, o que, contudo, não pode ser exagerado. O Ceará continuava uma terra pobre e rústica. (FARIAS, 2012, p.49)

Fortaleza crescia e se modernizava na virada do século XIX para o XX. A população, de 42.458 habitantes em 1872 passou para 48.369 em 1900 (OLIVEIRA, 2013). Com o sucesso da economia algodoeira, endossada pela reestruturação urbana e pela circulação de pessoas e mercadorias no porto, passaram a viver na capital não só as elites agroexportadoras, mas prósperos negociantes, técnicos, profissionais diversos e uma gama de trabalhadores, agentes sociais deste processo, que exerciam suas atividades na Cidade em expansão (OLIVEIRA, 2013).

A melhoria do sistema de transporte³⁰ otimizou a circulação, aliada à abertura de novas vias que interligavam bairros e à implantação de serviços urbanos foram elementos que favoreceram a expansão de Fortaleza, que crescia nos sentidos sul e oeste, no sentido contrário ao litoral, já que na virada do século ainda não havia uma valorização das áreas de praia, fosse para lazer ou moradia. O rio Pajeú era um obstáculo natural à expansão da cidade a leste, então Fortaleza cresceu acompanhando as antigas estradas de Jacarecanga, Soure, Arronches e de Aquiraz (COSTA, 2017).

Ao passo que se industrializava, Fortaleza tornava-se atrativa para um contingente de migrantes sertanejos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Segundo Jucá (2002), o inchaço populacional em Fortaleza foi alimentado, sobretudo, pela abolição do trabalho compulsório e pela existência de secas periódicas (1877 a 1879 e 1888). Os retirantes que chegavam na Capital formaram um excedente de força de trabalho, deslocável para o "capital industrial emergente" (BLAY, 1985, p.75).

Estes imigrantes, desassistidos e invisibilizados pelo poder público e pelas classes dominantes, improvisaram suas moradias em áreas ambientalmente vulneráveis e desprezadas pelo mercado imobiliário formal, como as margens do

³⁰ A instalação dos serviços de transporte urbano pela companhia de tramways Ferro Carril Cearense favoreceu o crescimento da Cidade em direção aos arrabaldes e "liberou" os moradores de viverem no núcleo central

riacho Jacarecanga e as dunas fixas. Assim surgiram, por exemplo, o Arraial Moura Brasil e o Pirambu- hoje a maior favela do Estado e a sétima maior do país (O POVO, 2011).

Foi no início do século XX que Fortaleza consolidou-se como principal centro econômico da região e modificou a hierarquia urbana cearense. A centralização e dinamismo das atividades administrativas, do comércio e de exportação/importação favoreceu o crescimento urbano, uma vez que a Cidade atraía investimentos públicos e privados que financiaram a implantação de infraestrutura e serviços urbanos, de espaços de lazer, de moradias luxuosas (COSTA, 2017).

Todos esses fatores contribuíram com as ações de ordenamento e aformoseamento³¹ da Cidade ocorridos em fins dos oitocentos até o início do século XX, cenário comum a algumas cidades brasileiras e denominado por Ponte (1999) de *Belle Époque*. Esses feitos urbanos iam ao encontro do ideal de progresso modernizante existente no País, principalmente após a Proclamação da República.

Foi nesse período, conhecido como República Velha (1889-1930), que a maioria dessas ações foram executadas em Fortaleza, durante a gestão do governador Nogueira Accioly e do intendente Guilherme Rocha, ainda que já existissem espaços públicos voltados para o lazer desde o Período Imperial, como o Passeio Público (Miyazaki, 2020).

Ponte (1999), em seu estudo acerca do processo de modernização em Fortaleza, descreve suas reformas urbanas que resultaram em *boulevares*, praças e ruas alinhadas, encabeçadas pelo engenheiro arquiteto Adolfo Herbster (Figura 2.1), que também ampliou, em 1875, o plano urbanístico municipal³² de 1813 (de autoria de Silva Paulet, na época do Governador Sampaio). Segundo o autor, esse aformoseamento foi uma tentativa de transformar Fortaleza em uma cidade cosmopolita e de sintonizá-la com o "progresso", que se traduzia em adotar costumes de países considerados civilizados. O discurso liberal da *Belle Époque* tornou-se a

³¹ Aformoseamento: "o que significa dizer o ajardinamento de praças e aparência urbana" (CASTRO, 1987, p. 216)

³² O Plano de Expansão de 1875, de autoria do Engenheiro Adolfo Herbster (1826-1893), que na época era denominado simplesmente de "Planta", não rompeu com o traçado xadrez imposto anteriormente por Silva Paulet, porém apresentou contribuições modernizantes ao traçado da cidade, propondo a abertura de largos boulevards inspirados nas realizações de Haussmann em Paris

ideologia maior das elites e foi aplicado, na prática, sob a forma de um falso "embelezamento", que foi seguido à risca por aqueles que detinham o poder.

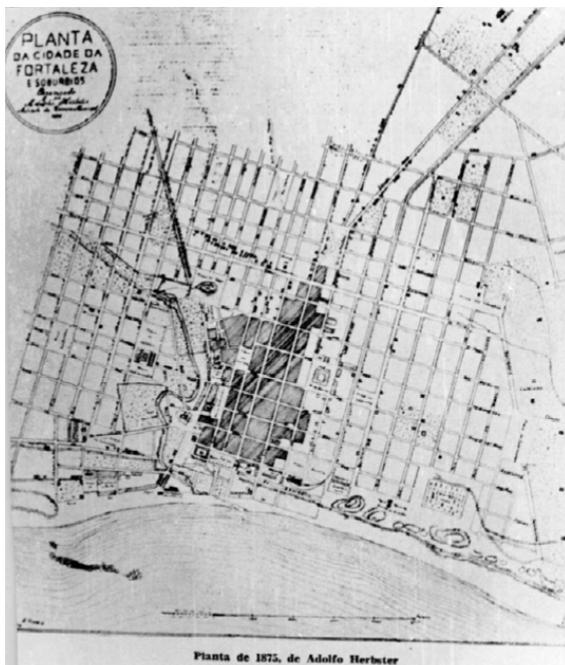


Figura 2.1: Planta de Fortaleza, de 1875, por Adolfo Herbster. Fonte: Acervo Virtual do Museu da Imagem e do Som do Ceará

Jeffrey Needeel (1993), ao estudar o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, afirma que "a *Belle Époque* fora o período áureo da civilização". Considerando-se que tal afirmação soa um tanto exagerada, pode-se antagonizá-la com Mônica Pimenta Velloso (1988), que, em seu trabalho sobre europeização do Rio de Janeiro, aponta inúmeras práticas de controle social que foram instrumentalizadas por uma *Belle Époque*, de estética eminentemente burguesa, que padronizava a cultura "popular" e a encarava a partir de um olhar cientificista, coercitivo e, sobretudo, civilizatório.

José Ernesto Pimentel (1995), em seu trabalho sobre a aristocratização provinciana em Fortaleza considera uma "ilusão moderna" experimentada por estes "aristocratas provincianos", pois, enquanto liam os últimos periódicos franceses, *Revue des Deux Mondes*, como forma de se considerarem "civilizados" e sintonizados com a *Belle Époque*, a Cidade se enchia de levas de retirantes e miseráveis que "vendiam sua força de trabalho, carregando pesadas pedras para a construção do Porto do Mucuripe, trocando-a por um prato de comida" (COSTA, 2017).

A população marginalizada não aceitou passivamente, com razão, a nova ordem urbana hierárquica que se instaurava. Seu descontentamento foi um dos

fatores que levou à revolta urbana de 1912 descrita por Ponte (1999), quando esses indivíduos depredaram praças, quebraram postes de iluminação, saquearam lojas e viraram bondes, durante o governo Nogueira Accioly³³.

Em suma, pode-se afirmar que todo o processo de reformas urbanas ocorrido em Fortaleza, visando seu aformoseamento e modernização no contexto da *Belle Époque*, foi feito referenciando-se em valores externos e, apesar do intento progressista, o que existia era uma sociedade ainda conservadora, marcada pela hierarquia e pela exclusão social.

Diretrizes urbanísticas e arquitetônicas em Fortaleza

Para o entendimento do processo de urbanização e de ordenamento do espaço urbano da Capital e seu reflexo no Bairro em estudo, é importante reconhecer o papel das diretrizes urbanísticas como agentes modeladores do território, já que atuam diretamente na organização do espaço da Cidade, por meio da normatização³⁴ dos espaços urbanos e das edificações, como é possível verificar nos levantamentos de 1875 e 1888, e nos Códigos de Posturas de 1865, 1870, 1879, 1893 e 1932.

O Código de Posturas de 1865 (Resolução nº 1.161, de 3 de julho de 1865, aprovado na administração do governador bacharel Francisco Ignácio Homem de Mello) surgiu como resposta à expansão crescente da cidade a partir da década de 1860 e revelava um perfil higienista, mediante obrigações impostas aos proprietários urbanos. Além de disciplinar o espaço público quanto à limpeza, alinhamento e destino do lixo (art. 33 e 34), este código regulamentou as edificações quanto a dimensões³⁵ (portas, janelas e passeios), materiais de construção (art. 126) e zoneamento de atividades insalubres³⁶ (art. 42 ao 48). Segundo Costa (2017),

³³ Nogueira Accioly (1840-1921), oligarca, foi presidente do Ceará no quadriênio de 1896-1900 e, logo depois, por dois mandatos consecutivos, de 1904 a 1912

³⁴ “A normatização urbana visava garantir a qualidade de vida da população através do controle do meio natural, ou seja, dos elementos da natureza (ar, água e solo) e do meio construído pelo homem” (COSTA, 2017, p. 27)

³⁵ “A determinação da altura das edificações, as dimensões de portas e janelas demonstravam as preocupações com insolação e ventilação mencionadas na tese do Dr. Gabriel Raposo Câmara e nos tratados de higiene pública. Estas dimensões eram dadas em metros e centímetros, de acordo com o sistema métrico decimal que, desde 1862, foi adotado na província do Ceará, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas” (COSTA, 2017, p. 35)

³⁶ Os locais destinados às atividades mais insalubres como curtumes, salgadeiras, açougues e fábricas de qualquer natureza exigiam uma prévia licença da Câmara, que designava áreas longe do centro para sua instalação

Todos estes produtores de miasmas eram regulados e expulsos da área central, juntamente com a população pobre que não tinha condições de construir casas de materiais duráveis: tijolos e telhas [...] a obediência às normas de higiene era fundamental para garantir a salubridade de uma zona privilegiada da cidade de Fortaleza (COSTA, 2017, p. 38)

O artigo 2 ditava especificamente o aspecto externo da edificação: as casas deveriam ter "4m84 d'altura, desde a soleira até a base da cornija; portas de 3m08 de altura, janelas de 2m20, tendo umas e outras 1m30 de largura", além disso, as frentes das casas seriam guarnecidas de azulejo ou de cal, "coloridas menos de preto". Os canos de escoamento de águas pluviais deveriam ser embutidos na parede e passariam por baixo das calçadas que, por sua vez, teriam 2 metros de largura, elevadas a mais de 22 centímetros do nível da rua. Já as vergas, deveriam ser góticas ou semicirculares, abertas ou fechadas (art. 2). O código proibia, ainda, a construção de "sótãos, trapeiras ou águas-furtadas sobre a parte dos telhados das casas térreas, cujas águas despejarem nas ruas" (art. 8) e qualquer edificação dentro da cidade deveria ser previamente alinhada pelo arquiteto da Câmara.

Já no Código de Posturas de 1870 (Resolução nº1.365, de 20 de novembro de 1870, aprovada durante a administração de João Antônio de Araújo Freitas Henrique) foi publicado após as epidemias de cólera (1862 e 1864) e febre amarela (1851 - 1855) e dos recorrentes surtos de varíola, o que levou à designação de um sítio específico para a lavagem de roupas de enfermos: a foz do riacho Jacarecanga, localizado a sota-vento e distante da área de central (art. 47). Nesse contexto de propagação de doenças, percebe-se uma legislação urbana marcada pelo discurso médico-higienista: regras mais definidas disciplinavam a Cidade e os assentamentos humanos.

Assim como o Código anterior, este documento indicava as dimensões (altura, portas, janelas, calçadas, soleiras, cornijas, platibandas) a serem seguidas pelos construtores. O artigo primeiro determina que as ruas e travessas deveriam ter "a direcção e largura indicadas na planta respectiva, ou determinadas pela Câmara, observando-se o mais perfeito alinhamento e conveniente nivelamento". Já na área que compreendia a planta da cidade, ordenava-se a construção de cercas e o alinhamento das edificações. No caso das casas de palha, exigia-se, também, um

afastamento especial de um metro em relação aos edifícios lindeiros (art. 2 e 3). As calçadas das casas deveriam ser de pedras ou tijolos vermelhos e mantidas em perfeito estado pelos proprietários (art. 11 e 12). Os alicerces, por sua vez, seriam de “tijolos ou pedra com argamassa de cal e areia, traçada na proporção estabelecida pela repartição das obras públicas” (art. 12).

Outro ponto desta lei que merece destaque é o Regulamento dos Empregados da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza, o qual continha as incumbências do arquiteto, dentre as quais pode-se destacar:

§. 1 – Alinhar as ruas, praças, casas, cercas, estradas e qualquer obra de architectura, dar os seus nivelamentos e planos de desaguamento, attestando os actos, que praticar, quando lhe for ordenado por despacho da Câmara...;

§. 5 – Observar se são guardadas as disposições das posturas, relativas à edificação, reparo, construcção, reconstrucção e calçamento, fabrico de materiaes...; (CEARÁ, 1870)

O Código de Posturas de 1879 (Resolução nº1.818, de 01 de fevereiro de 1879) apresentou-se como uma versão melhorada dos códigos anteriores (1865 e 1870), mas, como novidade, surge a figura do encarregado da limpeza pública - atividade que até então era realizada pelos próprios moradores e passou a ser realizada por empresa privada. Seu papel é remover e destinar adequadamente, através de carroças, todo o lixo (orgânico ou inorgânico) “suscetível de se corromper e de viciar o ar ambiente pela exalação de miasmas ou de incomodar as pessoas que transitam e de impedir o trânsito público” (art. 22).

Outra inovação dessa lei foi o zoneamento da Cidade em quatro distritos ou seções, e cada zona era fiscalizada pela Comissão de Salubridade Pública. Destaca-se aqui a fiscalização das moradias que, em período de epidemia, preteria inclusive o direito de propriedade: "os moradores das cazas permitirão a entrada da commissão, que a Câmara nomear para visitar os quintaes e verificar o estado de asseio; pela negativa soffrerá o infractor a multa..." (art. 75). Nesse período, a Cidade inicia a ocupação territorial definida pelo plano de Adolfo Herbster, em consonância com sua condição de centro exportador de algodão, fato que subsidia maiores investimentos na política higienista em curso.

No fim do século XIX, o perímetro urbano de Fortaleza, definido pela Décima Urbana de 1890 (Figura 2.2), continha um total de seis *boulevards* (Jacarecanga,

Visconde do Cauípe, Conceição [Dom Manuel], Livramento [Duque de Caxias], Imperador, Visconde do Rio Branco); 50 ruas; seis travessas; uma avenida (Senador Jaguaribe); 19 praças; duas estradas (Pacatuba - atual rua Marechal Deodoro - e do Soure - av. Bezerra de Menezes); uma povoação denominada Mucuripe; e o arraial Moura Brasil (ANDRADE, 2012). A oeste, o *boulevard* Jacarecanga era o limite da área urbana, onde já havia a praça Fernandes Vieira (atual praça do Liceu), cujo acesso principal se dava através da rua Municipal (atual Guilherme Rocha).

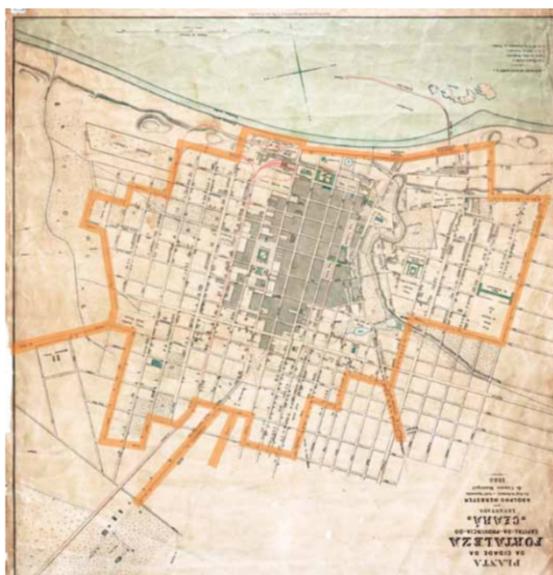


Figura 2.2: Espacialização do perímetro urbano de Fortaleza, segundo a Décima Urbana de 1890. Fonte: Décima Urbana de 1890.

O Código de 1893, já no contexto da República Velha, determinava que palhoças e casas de taipa fossem erguidas fora do perímetro urbano: "É proibido, dentro da circunscrição urbana, edificar casas de palha ou de taipa [...]. Multa de 30\$000 ao infrator" (art. 2). Ademais, essa lei ratificou a prática da invasão de moradias em nome da saúde e da limpeza, defendendo tal prática como uma garantia da reprodução das relações sociais: "as casas e seus quintais serão vistoriados quando a intendência julgar conveniente, a bem da salubridade, ou por intermédio de comissões nomeadas para dito fim" (art. 91). A inspeção sanitária de habitações particulares e coletivas tornou-se uma prática tão recorrente que, em 1918, as normas concernentes ao Serviço Sanitário passaram a ser de competência da Diretoria Geral de Higiene, regidas por regulamento³⁷. Tais normas de controle das habitações

³⁷ "O Regulamento da Directoria Geral de Hygiene do Ceará, aprovado pelo decreto legislativo no 1.643, de 8.11.1918, de certa forma foi a aplicação dos tratados de higiene pública

reforçavam o escopo do Código de 1863: "todas as casas novas ou reparadas [...] serão visitadas pelo Inspetor sanitário que verificará se oferecem ou não as condições indispensáveis de higiene e asseio..." (art. 303). Já sobre as casas de travessas³⁸, ditava que "não será permitida a habitação em casas ou cômodos chamados de travessa, sem área livre ou quintal e sem instalação sanitária" (art. 312).

Já o Código Municipal de 1932 (Decreto nº 70, de 18 de dezembro de 1932) surgiu quando o então Prefeito Municipal de Fortaleza, major Tibúrcio Cavalcante, ponderou acerca das limitações do Código anterior (1893), considerando-o aquém das "necessidades gerais dos munícipes e da Municipalidade, por sobremodo omissa e antiquado".

Essa lei traz a divisão da Cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural e condiciona todo tipo de loteamento, construções, reformas e demolições à licença prévia da Prefeitura (art. 25 e art. 70). Além disso, dispõe acerca dos recuos e afastamentos de edifícios residenciais em relação aos limites do lote (art. 108), e também versa sobre a altura dos edifícios, induzindo o processo de verticalização da zona central e da zona comercial com a construção de prédios de dois ou mais pavimentos (ANDRADE, 2019).

Outro diferencial do Código de 1932 foi a destinação de um capítulo específico às habitações populares, no qual é possível notar a clara política de segregação social: tais habitações só poderiam ser erguidas no perímetro suburbano "a uma distância nunca inferior a cem metros da zona urbana" (art. 345), com afastamento lateral mínimo de 1,50 m. O capítulo XI determinava que "os grupos de habitações denominados 'vilas' somente poderão ser construídos fora da zona urbana" (art. 346). Ainda em seu artigo 345, exigia para as casas populares três compartimentos, um dos quais com 12m² no mínimo, e os outros dois destinados à cozinha e ao banheiro.

Como percebido, a legislação vigente, sob o viés sanitário, influenciou diretamente as habitações no tamanho dos lotes e as taxas de ocupação, as tecnologias construtivas conhecidas, os padrões estéticos de valor no período, a visão de mundo dos seus usuários e as preocupações climáticas, entre outras.

européus. Ele sintetizou as ideias higienistas do século XIX e reproduziu as normas adotadas pela legislação francesa de 1902" (COSTA, 2017, p. 46)

³⁸ Casas implantadas em ruas de travessas (leste-oeste), que passaram a ser comuns em Fortaleza a partir de 1872

No que tange às tipologias residenciais, consoante admite Castro (1987), as obras construídas na Cidade entre o fim do século XIX e o começo do século XX possuíam feição colonial de expressão mais simples. Somente a partir de 1850 é que as edificações foram caracterizadas por novas influências. Ainda conforme o mesmo autor, a totalidade da arquitetura antiga do Ceará procede do século XIX, evidenciando um caráter popular e utilitário. Quanto aos materiais, “com raras exceções, eram executadas em alvenaria de tijolos, como, aliás, no restante do País, usando-se a madeira para o travejamento das cobertas, forros e pisos” (DIÓGENES, 2010. p.101). Tal quadro modificou-se com a integração do Ceará ao mercado internacional e, assim, Fortaleza teve acesso às inovações tecnológicas advindas da Revolução Industrial.

Através da figura 2.3, é possível notar que até 1850 as tipologias habitacionais existentes eram casas térreas, sobrados³⁹, sobretudo ao longo da Rua Nova (atual Barão do Rio Branco) e da Rua da Palma (atual Major Facundo) e palhoças, sítios e chácaras no perímetro não urbanizado. As casas térreas compunham maioria e



Figura 2.3: Espacialização das tipologias residenciais existentes em Fortaleza (1850). Fonte: ANDRADE (2019).

³⁹ Em 1850, dos 1.418 imóveis existentes, apenas 28 (1,9%) eram sobrados (ANDRADE, 2019, p.1070)

normalmente estavam implantadas sob divisão fundiária colonial típica, com lotes estreitos e profundos, desprovidas de recuos frontais e laterais.

Nesta parte do trabalho, procurou-se destacar o contexto histórico da Capital, a relevância da Câmara Municipal, bem como a legislação urbanística vigente durante o recorte temporal estabelecido, objetivando construir uma narrativa e uma periodização didática do processo que levou à expansão da Cidade a oeste e à consequente formação da Jacarecanga. Nos próximos tópicos, pretende-se discorrer acerca dos agentes modeladores e pontos de inflexão no espaço intraurbano do Bairro, a partir da década de 1910, quando este se tornou oficialmente um bairro residencial, até a década de 1940, período em que se consolida o processo de expansão a leste (rumo ao bairro Aldeota).

A expansão urbana a oeste (1910 - 1940) e o novo bairro residencial, Jacarecanga

No início do século XX, a população crescia e a estrutura social urbana se modificou, gerando uma nova espacialização, o que pode ser notado quando as famílias mais abastadas passaram a instalar suas residências nas franjas urbanas (como Benfica e Jacarecanga). Usufruindo de meios materiais, os membros das classes dominantes da época deslocaram-se do centro da Cidade em busca de uma tranquilidade que o Bairro já não oferecia mais, devido ao incremento da atividade comercial e, assim, se autossegregaram nas franjas urbanas. Essa expansão urbana foi favorecida pelo aparecimento dos novos meios de transporte, que facilitavam o ir e vir, mas também porque a área central:

[...] passa a perder o brilho que tinha no início do século. As ruas aos poucos vão perdendo sua formosura, deixando de ser um espaço residencial, se tornando eminentemente comercial. O fluxo interno de pedestres e carros tira a tranquilidade do centro. A elite que residia no local acaba se transferindo para os bairros do Benfica e de Jacarecanga. (ANDRADE, 2019, p.183).

Percebe-se, então, que a elite local começava a se aglutinar segundo seus interesses e *status* social em bairros mais seguros e confortáveis, longe dos tumultos urbanos. Por conta disso, houve uma tendência de valorização das chácaras distantes, localizadas na periferia na área urbanizada, principalmente junto às estradas de Soure, Parangaba e Messejana, "prenunciando a origem dos bairros de

Alagadiço, Benfica e Joaquim Távora" (DIÓGENES, 2005, p. 33). Essas estradas foram um pouco preteridas, já que eram caminhos que conduziam ao interior do Estado e possuíam, então, uma dinâmica urbana peculiar e menos bucólica do que aquelas que as famílias da elite buscavam para morar. Assim, a fixação da burguesia nas áreas oeste e leste ocasionou o nascimento do bairro Jacarecanga, primeiramente e, na sequência, Praia de Iracema e Aldeota.

No final da década de 1920, acelera-se o parcelamento do solo (Figura 2.4) junto à avenida Tomaz Pompeu (antigo *boulevard* Jacarecanga e atual Av. Filomeno Gomes), na avenida Demóstenes Rockert (5 de julho e atual Francisco Sá) e entre a praça e o riacho Jacarecanga (ANDRADE, 2019), compondo “um conjunto que se destacava dos demais bairros da cidade, constituído por edificações elaboradas consoante as inúmeras variações formais do ecletismo arquitetônico” (CASTRO, 1987.p.235). Segundo Diógenes (2005):

Jacarecanga constituiu, dessa forma, o primeiro bairro dito "elegante" da cidade, onde habitavam as famílias mais ricas, a burguesia comercial e agrária, que mantinham domicílio na Capital e dominavam politicamente o Estado. Observou-se, então, no bairro, nas primeiras décadas do século XX, o surgimento de um conjunto de palacetes, situados entre a praça da Lagoinha e a praça Fernandes Vieira (hoje praça Gustavo Barroso). (DIÓGENES, 2005, p. 33).

Na recém-aberta avenida Demóstenes Rockert⁴⁰ encontravam-se as residências dos industriais do setor têxtil Pedro Filomeno Gomes e José Pinto do Carmo e do engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho, do empresário de ônibus Oscar Pedreira, do ex-prefeito Raimundo Girão e de Luis de Moraes Correia, entre outros (ANDRADE, 2019). As famílias mais tradicionais de Fortaleza, que passam a residir nos palacetes da Jacarecanga marcam profundamente a história política, econômica e cultural desse bairro nas décadas de 1920 e 1930 (OLIVEIRA, 2013).

⁴⁰ Antigo Caminho do Urubu, foi construída em 1928, durante a administração do prefeito Godofredo Maciel, e liga o núcleo central de Fortaleza à Barra do Ceará, onde se localizava o hidropuerto

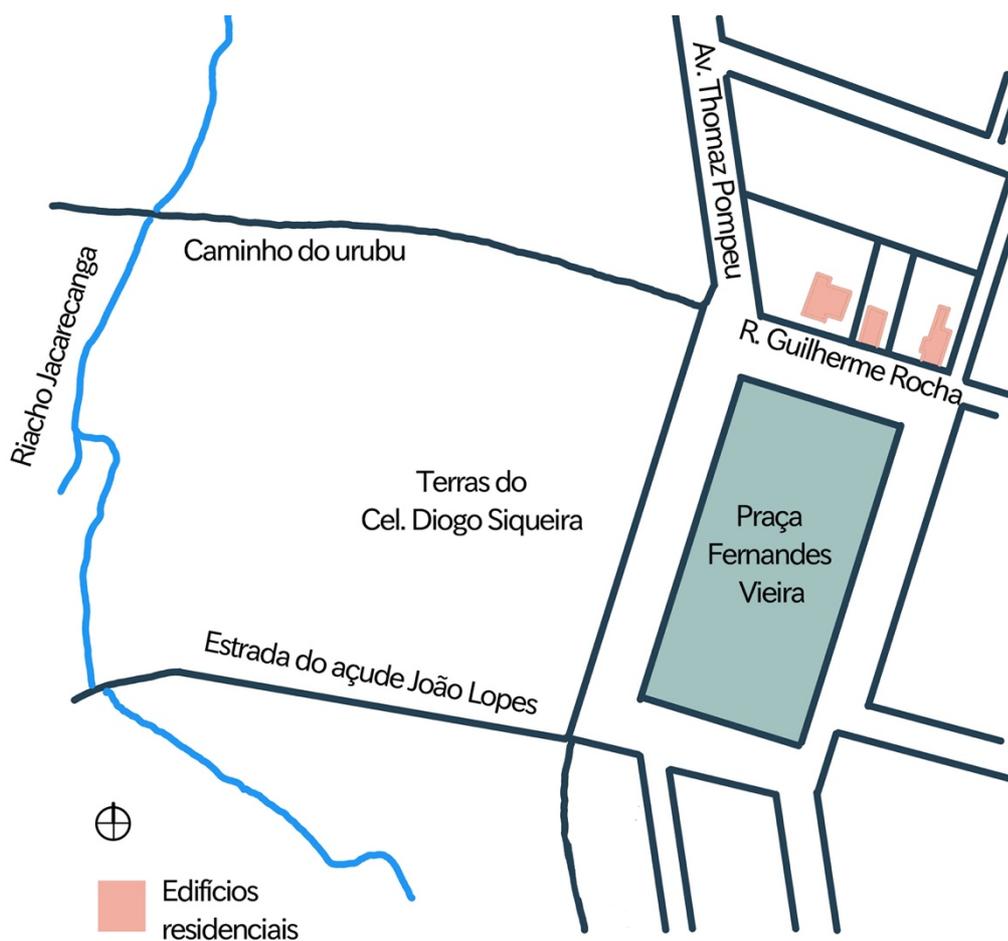


Figura 2.4: Fortaleza 1922: As terras que estavam junto ao riacho Jacarecanga, no entorno da Praça Fernandes Vieira (atual praça do Liceu), ao longo av. Rockert (estrada do urubu) e da av. Thomaz pompeu, antes chácaras, foram loteadas e vendidas para os proprietários dos palacetes que começavam a ser construídos no Bairro. Reconstituição cartográfica elaborada pelo autor (2021) com base em Andrade (2019). Fonte: Imposto Predial de 1922.

Analisando-se o perímetro urbano de Fortaleza em 1922 (Figura 2.5), percebe-se que a expansão a oeste não ultrapassava a praça Fernandes Vieira (Jacarecanga). Contudo, nota-se a ampliação de novos bairros ao longo das antigas estradas, então transformadas em vias radiais - Av. João Pessoa (Arronches), Visconde do Rio Branco (estrada de Messejana) - bem como uma ocupação mais efetiva dos bairros Matadouro, Fernandes Vieira (Jacarecanga) e Outeiro.

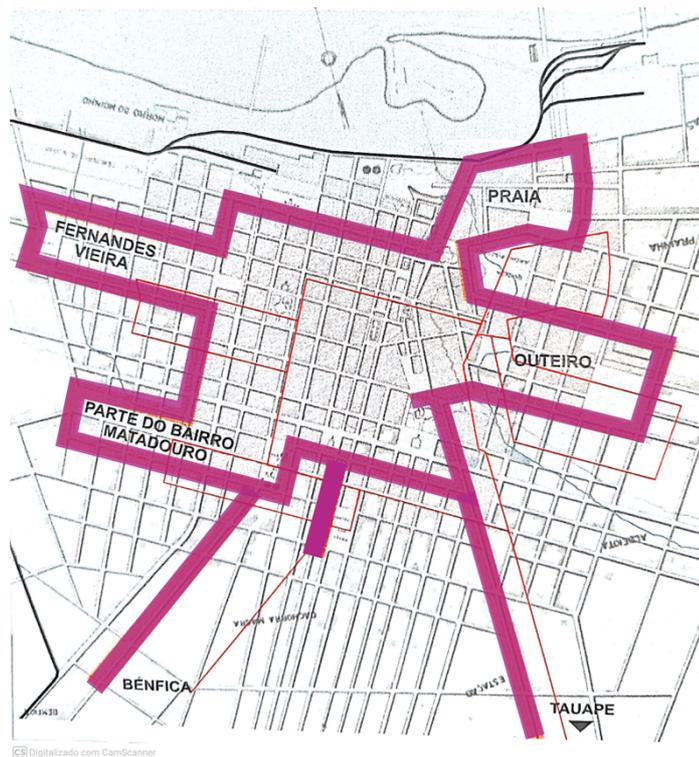


Figura 2.5: Perímetro urbano de Fortaleza (1922). Destaca-se a expansão urbana a oeste com a formação do bairro Fernandes Vieira (atual Jacarecanga). Fonte: Imposto Predial de 1922 editado pelo autor a partir de Andrade (2019).

Ainda na década de 1920, nota-se a mudança dos proprietários das duas antigas chácaras na face oeste da Praça Fernandes Vieira. A chacara do intendente Cel. Guilherme Cezar da Rocha é adquirida pelo industrial Cel. Antônio Diogo de Siqueira e o antigo sítio São Luiz passa a pertencer ao Dr. Luiz de M. Costa, posteriormente também adquirida pelo Cel. Diogo para construir o Asilo de Mendicidade (ANDRADE, 2019). Já na face norte da praça, notam-se três imóveis pertencentes respectivamente ao Dr. Nestor Leite Barbosa (nº 570), Vicente Ferreira de Ponte (nº 584) e Zacarias Bayman (nº 594). Os lados leste e sul da praça ainda não estavam ocupados. A Rua Guilherme Rocha (antiga Municipal), que servia de acesso ao bairro, totalizava nessa data 53 imóveis - 16 no lado par e 37 no ímpar (ANDRADE, 2019), entre os quais se encontravam alguns palacetes e algumas residências que “se apresentavam à imitação de chalés, outras com torreões pontiagudos ou com vãos de esquadrias em circunferência, marcas residuais do floreal” (CASTRO, 1987. p.235).

Um dos vetores que serviu como elemento indutor do primeiro processo de ocupação nas proximidades do eixo ferroviário por parte das primeiras indústrias e de

algumas vilas operárias (Vila Diogo e Vila Pompeu, por exemplo) foi, sem dúvida, o advento da malha ferroviária urbana⁴¹. A ferrovia, cujo início da construção deu-se na década de 1870 pela Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, ligava inicialmente Fortaleza a Pacatuba com ramal até Maranguape. A linha saía da praça da estação na direção sul, subindo pela Av. Tristão Gonçalves (rua do Trilho), na altura da Av. Domingos Olímpio (rua Coelho), inclinando no sentido sudoeste pela Av. Carapinima, cruzando o riacho Tauape, passando pela Lagoa da Parangaba rumo ao Sudeste (ANDRADE, 2019).

Um ponto de inflexão que contribuiu para a expansão do bairro Jacarecanga ocorreu em 1919, quando este percurso da ferrovia foi alterado, transferindo o ramal oeste, que antes encontrava-se na av. Tristão Gonçalves, para fora da área central, ao longo da Av. Francisco Sá. A ferrovia intensificou a atividade comercial e, por consequência, aumentou o número de comerciantes na região. A alteração do referido trajeto permitiu a ampliação da zona oeste da cidade e o surgimento de uma área onde, posteriormente, foi implantado um parque industrial.

Outro evento relacionado à mobilidade, que também contribuiu com a dinamização do Bairro, foi o Bonde Elétrico. Tendo iniciado suas atividades em 1914, manteve, a princípio, os mesmos itinerários do bonde puxado por burro, expandindo aos poucos sua rede, como no caso do prolongamento, em 1925, da linha de bonde Fernandes Vieira pelo *Boulevard* Jacarecanga até o canto do cemitério, próximo à Escola de Aprendizes Marinheiros (ANDRADE, 2019). Assim, a ampliação das linhas de bonde em áreas já urbanizadas, ou em vias de ser loteadas pelos empreendimentos particulares que dirigiam o crescimento da Cidade, numa ocupação seletiva, favoreceu o deslocamento rumo à zona oeste.

A otimização do acesso à região e do escoamento de mercadorias, propiciada pela expansão dos sistemas de transporte, bem como a proximidade do Centro e do mar, contribuíram não só com a implantação de residências de alto padrão pertencentes à elite comercial, política e industrial da época, como também atraiu a indústria têxtil:

A ocupação intensiva para sudoeste deve-se à localização das fábricas têxteis no bairro de Jacarecanga, próxima à linha férrea sul, no cruzamento com a avenida Demóstenes Rockert, seguida de

⁴¹ A malha viária resultou do contrato entre o Governo Provincial e a Cia Cearense da Via Férrea de Baturité

outras indústrias. Estas, por sua vez, atraíram um grande contingente de migrantes do interior do Estado, condicionando inclusive a expansão do Arraial do Moura Brasil e do Arraial do Pirambu, consolidando-se a periferia sudoeste (ANDRADE, 2019. p.252).

A instalação dessas indústrias na zona oeste de Fortaleza acelera o processo de ocupação operária da área próxima às unidades fabris. Ainda na década de 1920 inicia-se a construção de vilas para os operários, por iniciativa das empresas ligadas à indústria têxtil (como a São José). A proximidade domicílio-trabalho permite um controle sobre a mão de obra, através da imposição de regras, atitudes e valores adequados à perspectiva capitalista de desempenho de trabalho livre (DUARTE JUNIOR; ANDRADE, 2015). De acordo com Andrade, 1990:

[...] o setor de fiação e tecelagem implantou-se no fim do século XIX, mas é somente a partir de 1920 que surgem as vilas operárias. Isso se explica pelo fato de que é nesse momento que o setor busca sua expansão e a organização de sua produção de forma mais sistemática e contínua (ANDRADE, 1990, p. 283).

Pode-se afirmar, assim, que se inicia, a partir da década de 1920, uma segregação socioespacial na Jacarecanga, através de espaços específicos para cada grupo social: de um lado, os palacetes de prósperos políticos e empresários, principalmente em torno da praça Fernandes Vieira, que conferiram ao Bairro o título de primeiro bairro “chique” da Capital. De outro, as vilas onde residiam os operários ao longo da Av. Rockert (atual Francisco Sá). No final da década de 1920, a área urbanizada espalha-se até as margens do riacho Jacarecanga, ao longo da Av. Filomeno Gomes (antigo *Boulevard* Jacarecanga). Segundo Castro (1987):

a expansão da cidade [...] começava a evidenciar uma organização social fortemente diferenciada, com o aparecimento dos bairros dos ricos, dos remediados, dos pobres e dos muito pobres, iniciando-se um processo de segregação hoje tão marcado (CASTRO, 1987, p. 232).

Na planta de 1932 (Figura 2.6) evidencia-se o início de novos loteamentos ao longo da radial av. Rockert (antigo caminho do Urubu, atual Francisco Sá). Nessa década, identifica-se um crescimento de edificações residenciais em torno da Praça Fernandes Vieira (Jacarecanga). Enquanto isso, num processo tímido, a população mais pobre se estabelece nas proximidades da linha férrea, consolidando uma tendência já observada no sentido sudoeste.

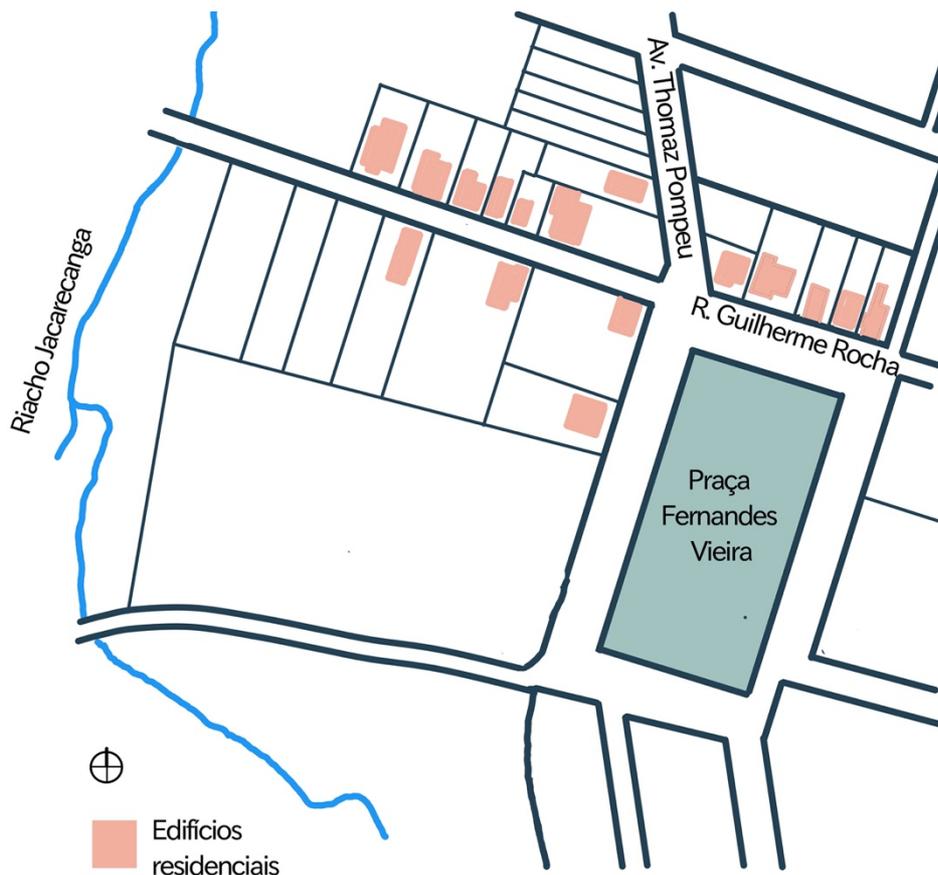


Figura 2.6: Fortaleza, 1932, Destaque para o aumento da ocupação residencial nas proximidades da praça Fernandes Vieira (atual Praça do Liceu). Reconstituição cartográfica elaborada pelo autor (2021), com base em Andrade (2019). Fonte: Código Municipal, Decreto 70/13.12,1932.

A proximidade da via férrea trouxe consigo o ruído dos trens e atraiu as primeiras indústrias para zona oeste da Cidade. A constatação do início de uma paisagem operária, bem como o afluxo de migrantes vindo do interior em decorrência da seca de 1932, inibiram o crescimento da elite no Bairro. Seus habitantes ricos foram em busca de outros locais para residir, longe do proletariado indesejado. Cenário que se consolida na década de 1940, com a expansão rumo à zona leste, como será visto mais adiante.

Aqui convém pontuar que, entre o final dos oitocentos e as primeiras décadas do século XX, essa dinâmica urbana que envolve o surgimento de novas espacialidades burguesas permeadas por habitações operárias, indústrias e ferrovias ocorreu também em outras cidades brasileiras, como no caso dos Campos Elíseos em São Paulo.

O caso dos Campos Elíseos (SP)

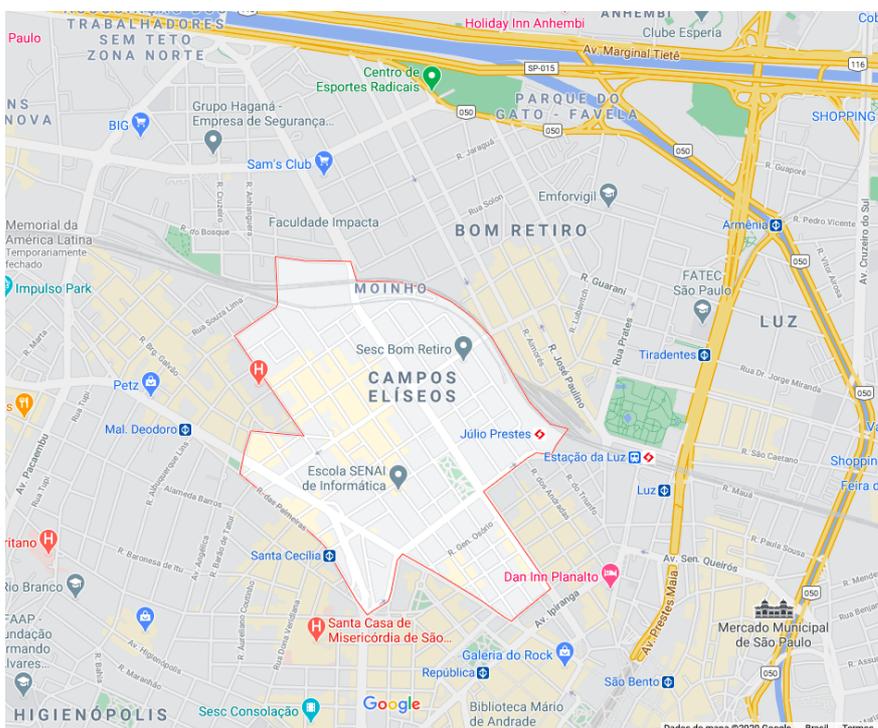


Figura 2.7: Bairro Campos Elíseos (SP) e entorno. Fonte: Google maps.

O traçado urbano do bairro Campos Elíseos (Figura 2.7) em São Paulo, reticulado e regular, surgiu de loteamento feito pelo suíço Frederico Glete e pelo alemão Victor Nothmann, a oeste do centro tradicional. O Bairro é considerado uma das primeiras implantações organizadas na expansão da Cidade, e sua ocupação original, a partir do final do século XIX, se deu sobretudo pela elite enriquecida com a cafeicultura, por meio da construção de residências luxuosas, que seguiam os padrões estéticos e técnicos dominantes na arquitetura eclética paulista desse período (Figura 2.8).

A respeito das diferenças existentes na estruturação e na apropriação da Cidade, Petrone (apud AMADIO, 2004, p. 25) afirma que, a partir da década de 1880, passou a haver uma diversificação de funções com o crescimento, próximo ao centro, de bairros operários e de bairros residenciais para a classe abastada. Segundo o autor,

Os primeiros bairros operários se localizaram nas terras baixas vizinhas ao Tamanduateí, próximas à colina e nas proximidades das estações ferroviárias e ao longo das vias férreas (a SPR e posteriormente a São Paulo-Rio de Janeiro), estruturando os bairros do Brás, Luz e Bom Retiro. Por outro lado, os primeiros bairros residenciais da elite se instalaram nas terras mais altas situadas além

Anhangabaú, a oeste, onde foram abertas ruas largas, como foi o caso de Campos Elísios



Figura 2.8: Palacetes ecléticos existentes nos Campos Elísios tombados pelo CONDEPHAAT SP. Canto superior esquerdo: Rua Guaianases, 1050; Canto inferior esquerdo: Rua Conselheiro Nébias, 1295; Canto superior direito: Alameda Glette, 44; Canto inferior direito: Rua Conselheiro Nébias, 1283. Fonte: condephaat.sp.gov.br

No início do século XX, os Campos Elísios eram reconhecidamente um bairro aristocrático, abrigando as mansões e residências dos barões do café e a residência oficial do Presidente do Estado de São Paulo (atual governador do Estado): o chamado Palácio dos Campos Elísios⁴² (Figura 2.9), na Avenida Rio Branco, uma de suas vias mais importantes.

Apesar do status elitista que ostentava, sua ocupação, em algumas áreas, foi marcada pela construção, ao lado de grandes mansões, de edificações representativas de outras camadas da população (residências de profissionais liberais, moradias e estabelecimentos modestos de operários e de pequenos comerciantes). Independente da camada social dos moradores, foi marcante a

⁴² Palácio Campos Elísios: foi residência do cafeicultor e político Elias Chaves até 1917, e depois Palácio do Governo do Estado até 1967. Atualmente abriga o Centro Nacional de Referência e Empreendedorismo, Tecnologia e Economia Criativa do Sebrae

presença e influência dos mestres e artesãos europeus imigrados (italianos, espanhóis e portugueses) nos canteiros de obra.



Figura 2.9: Palácio dos Campos Elíseos, atual Centro Nacional de Referência e Empreendedorismo, Tecnologia e Economia Criativa do Sebrae. Fonte: saopaulosao.com.br

A partir da década de 1930, quando houve crise no mercado cafeeiro, as famílias mais abastadas, que até então residiam na área, passaram a vender seus palacetes, que foram paulatinamente sendo transformados em pensões, cortiços e moradias coletivas precárias, e optaram por residir em outros bairros, como Higienópolis, a região da Avenida Paulista e em bairros construídos pela empresa inglesa de urbanização *Cia City*. Estabelecia-se, então, na Cidade, um novo vetor de crescimento na direção sudoeste.

No entanto, a crise nas exportações do café não foi o único fator que alterou a dinâmica urbana do Bairro. Outro aspecto igualmente relevante foi a crescente ocupação das áreas de várzea do Rio Tietê (Barra Funda e Bom Retiro) pela população operária que, por sua vez, passou a usar os Campos Elíseos como rota para chegar até o Centro. Soma-se a isso a dinâmica do bairro vizinho, Luz, cuja ocupação diversificada de instituições como o presídio e o quartel, aliados às desvantagens apresentadas pela proximidade da ferrovia⁴³ e das estações, contribuiu com a mudança gradativa da população mais abastada para outros setores da cidade. Segundo Toledo (2004, p. 108), “...um dos fatores condicionantes do surgimento do

⁴³ Villaça (2011) pontua que a ferrovia foi um dos fatores que freou a expansão de bairros residenciais nobres para o oeste e a redirecionou para o sudoeste

bairro, a proximidade com a estação, acabou, aos poucos, contribuindo para sua decadência, dado o ruído e a intensa movimentação de veículos de carga local”.

Ao nos debruçarmos brevemente sobre o caso dos Campos Elíseos no presente tópico, foi possível notar algumas similaridades entre este Bairro e a Jacarecanga, apesar do hiato temporal de algumas décadas. Isso ocorre porque tal dinâmica, suscitada pela atividade industrial, foi recorrente em cidades brasileiras que tiveram suas economias alavancadas pelo setor secundário entre o final dos oitocentos e as primeiras décadas do século XX. Homem (1996), ao comparar Rio de Janeiro e São Paulo, destaca esta "coincidência" com os fatos ocorridos entre as duas cidades no mesmo período:

Definiram-se os tipos de habitação. Num extremo passou a existir a chamada casa operária e o cortiço e, no outro, o palacete. A diferença principal entre elas residia no fato de que na casa de luxo não havia superposição de funções. Destinou-se um cômodo para cada função ou atividade, o que resultou em espaços específicos (HOMEM, 1996, p.35)

Neste segundo capítulo, objetivou-se entender as principais transformações urbanas e sociais ocorridas no Brasil e em Fortaleza em fins do século XIX e começo do século XX, o surgimento do bairro Jacarecanga e, também, suas similaridades com o bairro Campos Elíseos, em São Paulo. Nos capítulos subsequentes, pretende-se abordar o reflexo de tais transformações na habitação proletária e da elite no recorte geográfico aqui proposto.

03
O PALACETE

Neste capítulo, pretende-se apresentar, de maneira geral, alguns palacetes que foram erguidos no bairro Jacarecanga no período em que era considerado nobre e, de maneira específica, analisar a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho enquanto palacete eclético. Como será visto adiante, o edifício não tem mais função residencial, e seus espaços foram adaptados para acomodar uma escola de conservação e restauro. Logo, para a análise pretendida, recorreu-se a levantamento elaborado em 1998⁴⁴, ano em que o edifício foi adquirido pelo Estado, o qual é o registro mais fiel dos seus espaços e usos originais.

Palacetes ecléticos no bairro Jacarecanga

Neste trabalho, denominamos de palacete, tomando-se a definição de Homem (1994, p.31) em seu trabalho sobre palacetes paulistanos, "a casa urbana mais rica e ampla, construída com apuro estilístico, isolada das divisas do lote e implantada em meio a jardins". Segundo a autora, tal implantação é "condição *sine qua non* do palacete", sendo este um dos primeiros tipos residenciais a se desvencilhar do lote tradicional urbano estreito e alongado.

Em Fortaleza, o surgimento dos jardins laterais se deve à expansão da função residencial da área central para áreas próximas, como Jacarecanga e Visconde do Rio Branco, atendidas pelo transporte urbano. Com a ampliação dos novos bairros elitizados (Figura 3.1), as tipologias residenciais iam desprendendo-se dos limites do lote, dotadas de jardins laterais. Assim, a uniformidade característica das edificações coloniais vai cedendo espaço a uma diversidade de elementos, retirados dos mais diversos estilos arquitetônicos. Sobre o ecletismo em Fortaleza⁴⁵, Castro (2013) afirma:

Os primeiros decênios do século XX vão corresponder a uma grande transformação na fisionomia fortalezense, talvez iniciada em 1894, com a inauguração do novo prédio do Liceu do Ceará, na praça dos Voluntários. De modo lento e, logo depois, já rápido, a Cidade se envolveria no mesmo processo renovador de abrangência nacional e internacional, embora compreensivelmente concretizado em nível mais modesto. As mutações, conquanto em boa parte, fossem meramente epidérmicas, restritas à remodelação de velhas fachadas oitocentistas, havia, porém, intervenções mais profundas, que punham

⁴⁴ Levantamento elaborado por Oficina de Projetos S/C LTDA (1998).

⁴⁵ "As manifestações da arquitetura eclética no Ceará, de certo modo restritas à Capital, compreendem o período que corresponde às três primeiras décadas do século XX" (CASTRO, 1987, p. 217).

a capital cearense em passo aproximado com as novidades acolhidas pelas cidades maiores, destacadamente com o Rio de Janeiro. Desponta, assim, em Fortaleza, um ciclo de realizações ligadas ao ecletismo arquitetônico, que se inicia logo depois da Proclamação da República e dura até a Revolução de 1930, praticamente encerrado com a inauguração do Excelsior Hotel (CASTRO, 2013, p. 88).

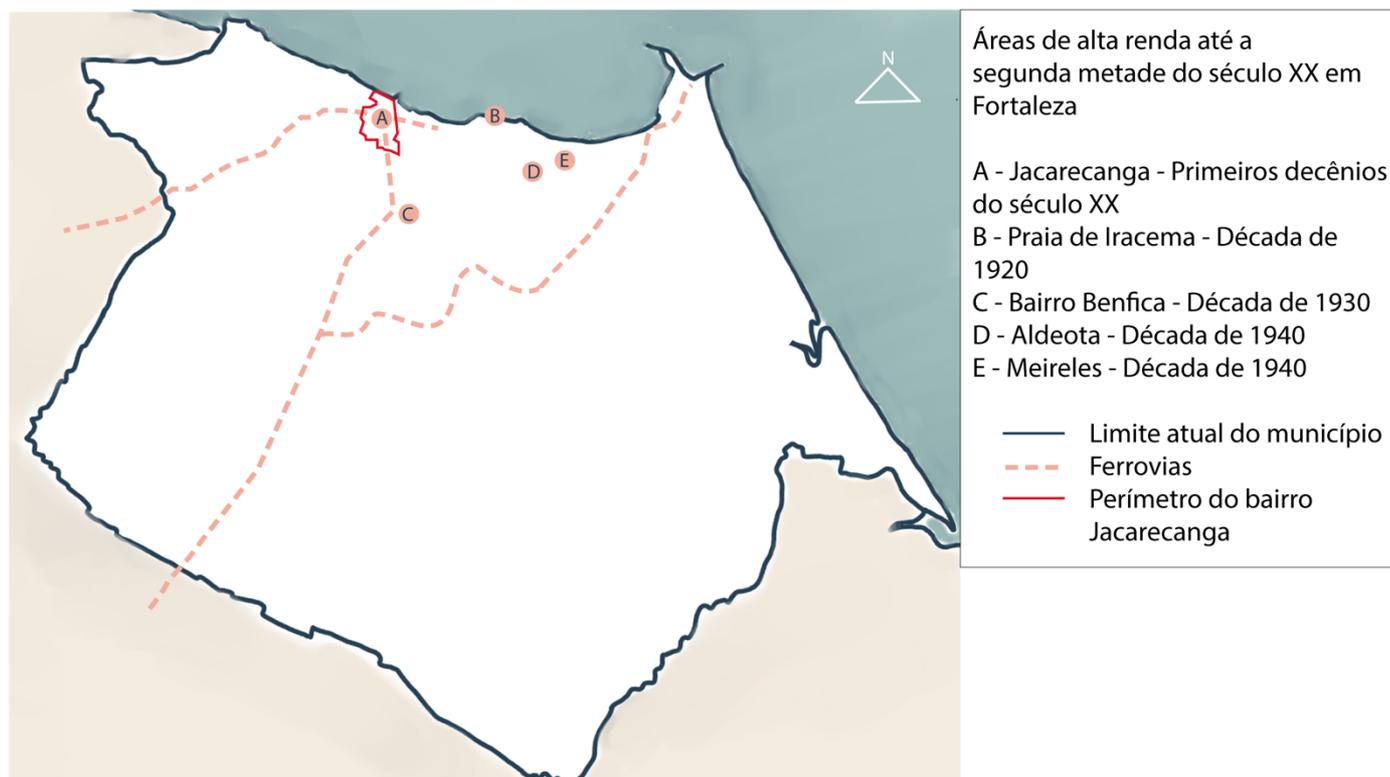


Figura 3.1: Áreas de alta renda em Fortaleza até a segunda metade do século XX. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Sydrião (2017).

Dentre os primeiros exemplares residenciais de arquitetura consoante os ditames do ecletismo em Fortaleza, Castro (1987) destaca a relevância do Palacete Carvalho Motta (Figura 3.2). Construído no Centro em 1907, o edifício conta com porão habitável e andar "nobre" com acesso lateral, ainda que sem recuos. As fachadas ostentam

uma grande variedade estilística, misturando, no reboco externo, imitações de *châines de pierre* com elementos decorativos à Luís XVI. Exibia um terraço envidraçado [...], resolvido com peças de ferro e amplas bandeiras de vidros coloridos, forro metálico e piso de grês cerâmica sobre abobadilhas (CASTRO, 1987, p. 220)



Figura 3.2: Foto atual e do começo do século XX, respectivamente, do Palacete Carvalho Motta no Centro de Fortaleza, CE. Fontes: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br> e Acervo Fortaleza em Fatos e Fotos, respectivamente.

É nesse contexto de diversidade, acumulação e evocação que a arquitetura é entendida e apreciada⁴⁶. Assim, a casa burguesa passa a ser um "centro de consumo", repertório de toda sorte de elementos, sobretudo aqueles que geram conforto - motor do consumo doméstico (SÁ, 2004). Tudo isso de modo a retratar a "individualidade do proprietário por meio do inédito e do exótico e, simultaneamente, de usar as referências do passado como forma de criar símbolos de tradição" (SÁ, 2004, p. 46). Sobre essa expressão da individualidade, Homem (1996) considera que

a casa burguesa tornou-se a expressão da individualidade do proprietário que, doravante, passou a ter valor por si mesmo e não mais pelos títulos de nobreza herdados de seus antepassados (HOMEM, 1996, p. 27).

No bairro Jacarecanga, os palacetes surgiram em lotes de amplas dimensões, obtidos do desmembramento das chácaras situadas a oeste da Cidade, a priori consideradas como arrabaldes. Lá, como foi visto, nas primeiras décadas do século XX residia a classe dominante econômica e política do Estado, o que lhe conferiu a alcunha de primeiro bairro "elegante" de Fortaleza. Sobre o fenômeno de autossegregação da elite nas franjas urbanas, CORRÊA (1989) pontua que:

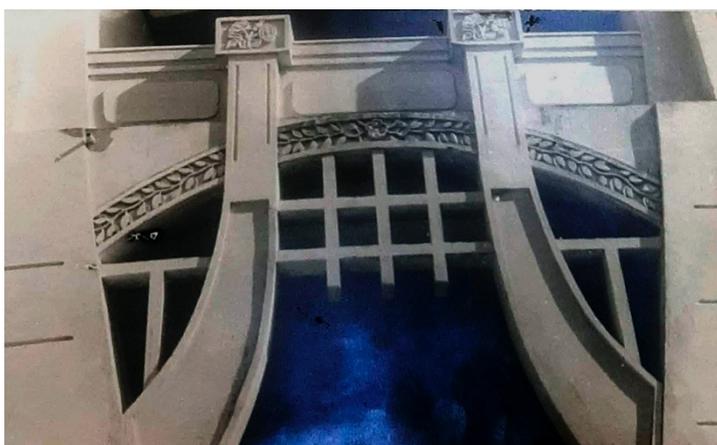
Estas terras da periferia de amenidades são destinadas à população de *status*. Como se trata de uma demanda solvável, é possível aos proprietários fundiários tornarem-se também promotores imobiliários; loteiam, vendem e constroem casas de luxo. Criam-se bairros seletivos em setores de amenidades: como a palavra "periferia" tem sentido pejorativo, estes bairros fisicamente periféricos não são mais

⁴⁶ Acumulam-se na casa abastada objetos evocativos de cultura, de padrão social, de prestígio, com o objetivo de atender à demanda burguesa por quantidade e acumulação, como instrumento de afirmação social

percebidos como estando localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de *status* não são socialmente periféricos (CORRÊA, 1989, p.18).

Nas edificações surgidas na paisagem do bairro à época é possível observar ornamentos como, por exemplo, o pórtico estilizado encimando a entrada principal da residência (figura 3.3); as janelas com bandeiras circulares, venezianas separadas e vitrais (Figura 3.4); lambrequim composto por ripas de madeira, formando treliças (Figura 3.5). Segundo Castro (1987), quase todas as casas do Bairro, à época, ostentavam nomes identificadores, como a "Itapuca Villa" (Figura 3.6),

Outras casas ornavam-se de dísticos no alto dos portões, em francês ou até em latim, como *Festina Lente*, de Francisco Salgado [...]. Algumas casas se apresentavam à imitação de chalés, outras torreões pontiagudos ou com vãos de esquadrias em circunferência, marcas residuais do floreal (CASTRO, 1987, p. 235).

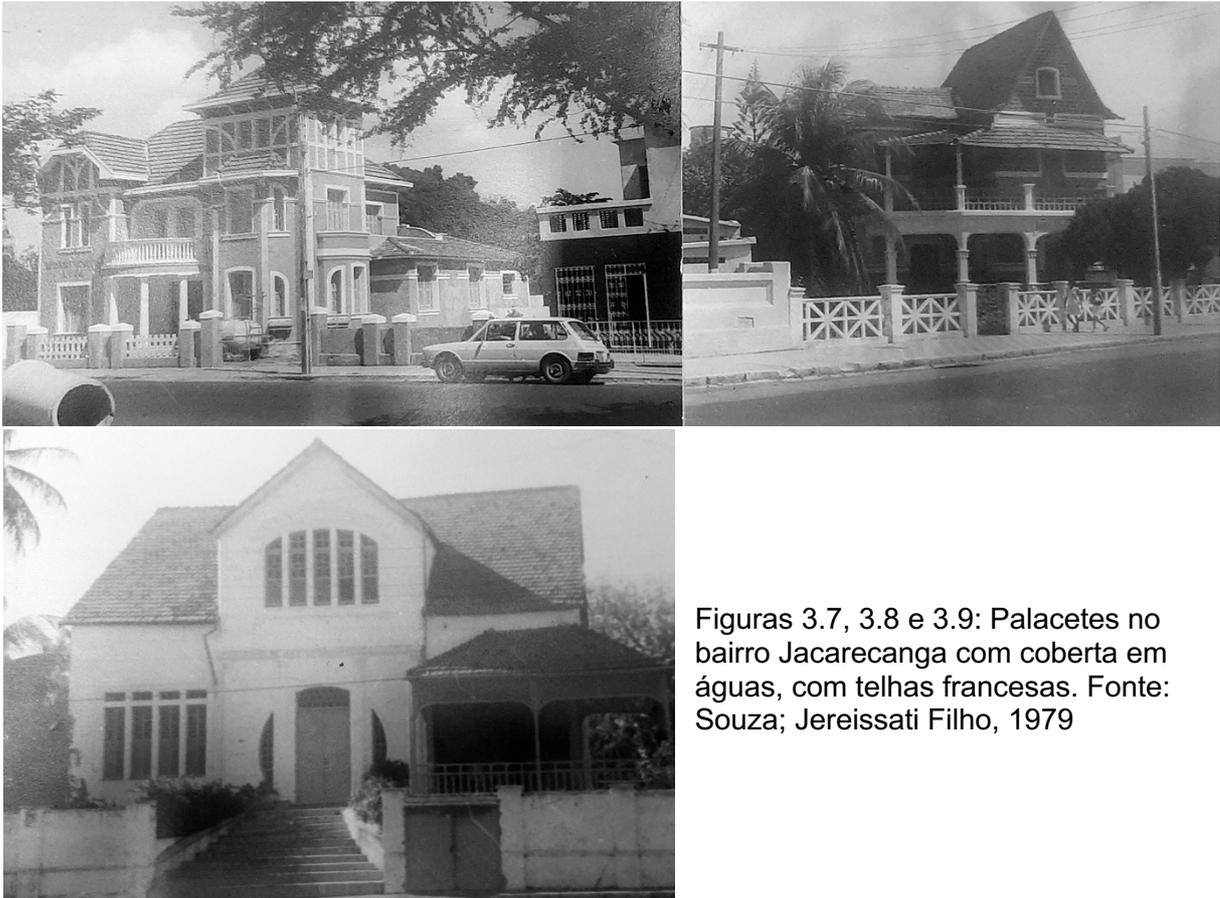


Figuras 3.3, 3.4 e 3.5: Detalhes em fachadas de residências ecléticas no bairro Jacarecanga nos primeiros decênios do século XX. Fonte: Souza; Jereissati Filho (1979).



Figura 3.6: Itapuca Villa – Construída pelo empresário abolicionista Alfredo Salgado, foi inspirada em uma mansão da Índia Inglesa. Ocupava a quadra da rua Guilherme Rocha entre as ruas Santa Isabel e Tereza Cristina. Fonte: Arquivo Nirez.

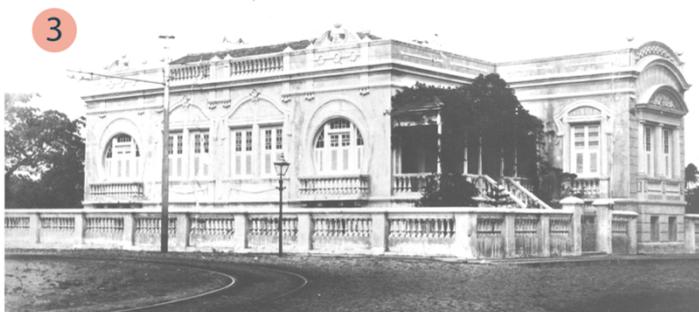
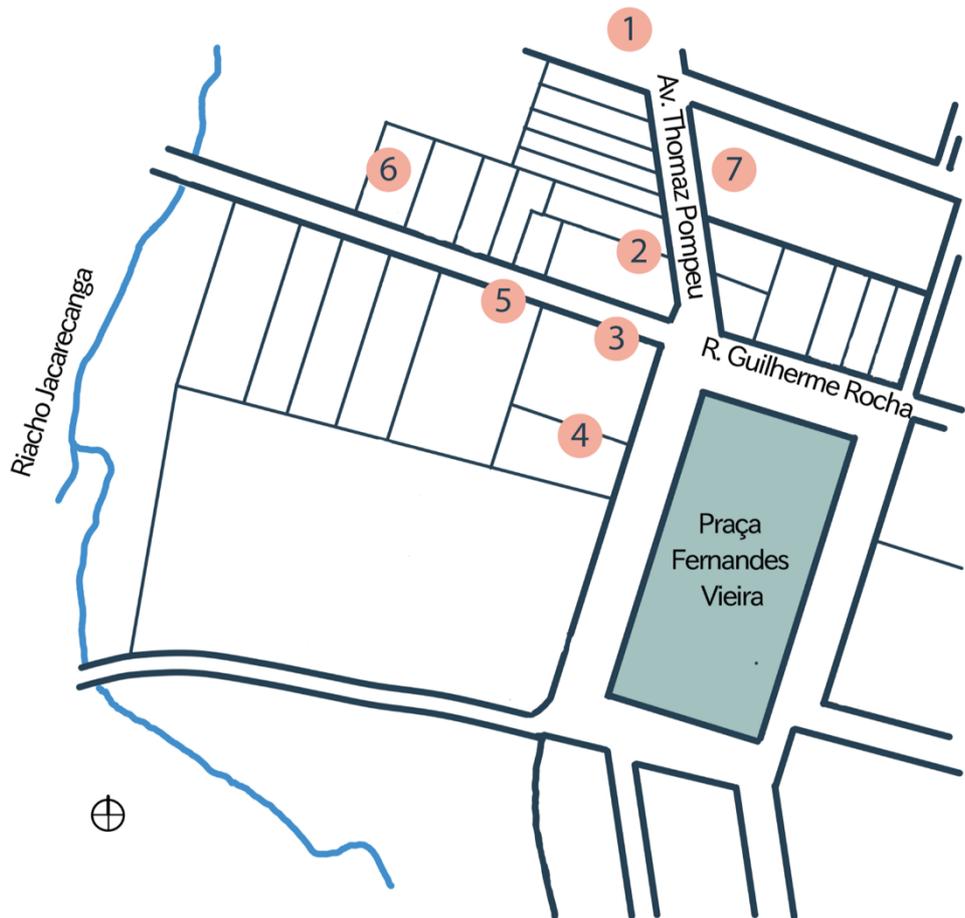
Além da importação de estilos, a limitada tecnologia nacional favorecia também a importação de materiais, como as coberturas em telha Marselha (ou francesa) e suas inclinações pronunciadas, já que, a princípio, seu uso é destinado a lugares onde há neve (Figuras 3.7, 3.8 e 3.9). Nota-se que o afastamento dos edifícios em relação aos limites do lote, além de favorecer a salubridade e resguardar a privacidade, garantia liberdade volumétrica. Assim, passou-se a propor tratamentos especiais aos telhados e coroamentos e, por esse motivo, tais elementos ganharam tanta relevância no partido arquitetônico dos palacetes (SÁ, 2004).



Figuras 3.7, 3.8 e 3.9: Palacetes no bairro Jacarecanga com coberta em águas, com telhas francesas. Fonte: Souza; Jereissati Filho, 1979

Os palacetes erguidos durante o período "chique" do bairro Jacarecanga (entre as décadas de 1920 e 1930) são a materialização do *modus vivendi* de uma parcela da população, privilegiada economicamente, que o transformou em um reduto de luxo e ostentação em contexto de anseios modernizantes na Capital (Figura 3.10). Hoje, a maioria dessas construções encontra-se demolida ou abandonada, sendo a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho o único dos palacetes remanescentes que passou por uma obra de restauro⁴⁷. Desta forma, justifica-se a sua escolha como exemplar representante da habitação burguesa na análise que será feita a seguir.

⁴⁷ Empresa autora do projeto de restauro: Oficina de Projetos S/C LTDA. Arquitetos: José Capelo Filho e Lúcia Sarmiento



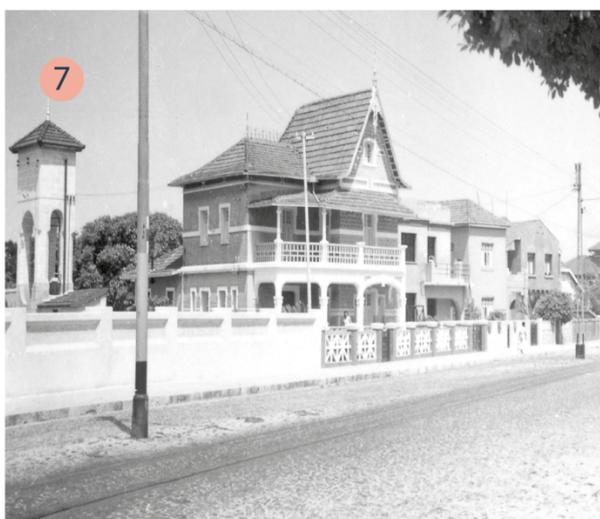


Figura 3.10: Localização de alguns Palacetes no bairro Jacarecanga. Desses 7 exemplares, restam apenas 2: Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho e Casa de Aristides Capibaribe (em estado de abandono, aguardando tombamento). Mapa elaborado pelo autor (2021). Fotos: Arquivo Nirez.

1. Casa de Aristides Capibaribe
2. Casa de Filomeno Gomes
3. Casa de Morais Correia
4. Mansão dos Gadelha
5. Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho
6. Casa de José Pinto do Carmo
7. Casa da família Pinheiro

A casa que virou escola

No final da década de 1990, a casa de Thomaz Pompeu Sobrinho é posta à venda pela família proprietária, e o Governo do Estado do Ceará a adquire. O secretário de Cultura do Estado - SECULT, à época, Paulo Linhares, inicia um projeto para a utilização do espaço. É daí que surge a proposta de uma escola que trabalhe com artes e ofícios na conservação e restauração do patrimônio material e, além disso, que se ocupe dos ofícios da tradição cearense (OLIVEIRA, 2019).

Ainda na gestão de Paulo Linhares como Secretário de Cultura, criou-se a organização social Instituto de Arte e Cultura do Ceará – IACC (Lei Estadual de nº 12.781). Idealizado em 1997, mas em exercício no ano seguinte de sua criação, o IACC é uma instituição sem fins lucrativos que promove a difusão do conhecimento e informação na área de arte e cultura. Com nome fantasia de Instituto Dragão do Mar, o IACC, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, é o órgão que gerencia e mantém a EAOTPS (Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho), além de outros equipamentos culturais no Ceará⁴⁸.

No início dos anos 2000, o edifício passou por uma obra de restauro, resultado de parceria com o IPHAN-CE, a Secretaria de Infraestrutura do Estado, o Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial – SENAI – CE, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil – SINDUSCON - CE, arquitetos, como Robledo Duarte e José Capelo Filho, e alunos da primeira turma do curso de restauro da escola.

Como resultado de toda essa articulação, em dezembro de 2002 foi inaugurado o Centro de Restauro do Ceará (Figura 3.11), que passa a ser sediado no local. Apesar do processo de restauração, a Casa Thomaz Pompeu Sobrinho não é

⁴⁸ O Instituto Dragão do Mar é a primeira Organização Social (OS) de Cultura do Brasil. A instituição atua promovendo o acesso democrático a todas as formas de expressão artística, bem como incentivando a produção e formação de atores culturais. A Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho (EAOTPS) é um dos equipamentos gerenciados pelo Instituto. Além dela, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o Porto Iracema das Artes, o Centro Cultural Bom Jardim, a Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, a Escola Vila Da Música (Crato), a Casa do Saber Cego Aderaldo (Quixadá), o Cineteatro São Luís e o Teatro José de Alencar, também são equipamentos gerenciados pelo Instituto.

tombada⁴⁹. No ano de 2012, a escola ganhou o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em Educação Patrimonial⁵⁰.

A EAOTPS tem suas atividades pedagógicas setorizadas de acordo com os espaços da edificação: no térreo estão localizadas a recepção, biblioteca, sala de informática/Ilha Digital, refeitório e salas de exposições. No primeiro andar, o auditório, as salas de aula, a coordenação pedagógica, gestão geral, e secretaria. No subsolo tem-se, atualmente, sala de exposições, sala de costura e bordado, e almoxarifado. No ambiente externo, por sua vez, há três ateliês para aulas práticas, junto ao jardim.



Figura 3.11: Folder da EAOTPS de 2002. Fonte: Acervo EAOTPS

⁴⁹ É recorrente a confusão entre a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho, de que trata o presente trabalho, com a Casa de Thomaz Pompeu de Souza Brasil Filho, edifício homônimo localizado na av. Imperador nº498. Esta última, sim, foi tombada no âmbito estadual em 2004, no governo de Lúcio Alcântara

⁵⁰ Fonte: [Ceará: Escola de Artes e Ofícios vence maior prêmio em Educação Patrimonial do Brasil](#)

O proprietário

Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho (Fortaleza, 16 de novembro de 1880 - Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1967) (Figura 3.12) era filho de Ambrosina Pompeu e Antônio Pompeu de Souza Brasil (médico, empresário, escritor e político brasileiro, patrono da cadeira nº 6 da Academia Cearense de Letras e filho de Senador Pompeu) e casado com Maria Alice Pompeu de Souza Brasil.



Figura 3.12: Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: <http://eao.org.br/aescola/#thomaz>

Como intelectual e articulista relevante, existem muitos trabalhos de pesquisas e livros acerca de sua vida e obra. Ele escreveu vasto material bibliográfico⁵¹ e documental sobre as secas no Ceará. Ademais, Thomaz Pompeu publicou nas áreas de geografia, engenharia, arqueologia, história, linguística, sociologia e cultura indígena (Figura 3.13).

como estudioso dos idiomas indígenas nordestinos, indiscutível também é a autoridade do prof. Thomaz Pompeu Sobrinho sendo, por

⁵¹ Açude Quixeramobim, Memória justificativa apresentada ao Ex.mo Sr. Inspetor das Obras Contra as Seccas, publicado na "Revista do Instituto do Ceará", ano de 1912; Projecto do Açude "Riacho do Sangue" e Memória Justificativa (publicação oficial da Inspectoria de Obras Contra as Seccas, 1912); Projecto do Açude "Poço dos Paos" e Memória Justificativa (publicação oficial da Inspectoria de Obras Contra as Seccas); O Nosso Problema Econômico (série de artigos) 1914; A Cultura Secca e o Ceará (série de artigos) 1914; O Ensino Agrícola, 1914; Meios de Desenvolver a Indústria Pastoril no Ceará,

isso mesmo, valiosas as suas pesquisas sobre o Cariri e outras línguas tapuias desta parte do Brasil (ANDRADE, SD, p.69)

Thomaz Pompeu concluiu seus estudos no Liceu do Ceará e fez faculdade na Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais. Formou-se engenheiro civil em 1903, retornando ao Ceará aos 22 anos de idade para atuar no serviço público, na Inspetoria de Obras contra Seca, atualmente Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Trabalhou também na pesquisa e na construção de açudes do Ceará como, por exemplo, o açude Quixadá e o açude de Orós (ANDRADE, SD).



Figura 3.13: Fotografia de Thomaz Pompeu Sobrinho com indígenas. Fonte: Acervo EAOTPS

No ano de 1918 é fundada a Escola de Agronomia do Ceará, hoje Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, e Thomaz Pompeu Sobrinho, além de participar da construção, também se torna professor e diretor da escola. Além disso, integrou a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará (foi presidente de 1938 a 1967), atualmente Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, onde criou, na década de 1950, o Serviço de Antropologia Física e Cultural - SAFC, órgão que buscava realizar pesquisas de campo no Ceará e promover o conhecimento científico sobre as diversas regiões do Estado (OLIVEIRA, 2019).

Em 1924 Thomaz Pompeu Sobrinho iniciou a construção de sua moradia, um palacete eclético, com ornamentação marcada pelo *Art Nouveau* italiano⁵² (*Italian Liberty Style*) (Figura 3.14), no bairro Jacarecanga, que ficou pronto em 1929. O proprietário, e também autor do projeto, teve inspiração em um palacete português que o avô havia admirado. O imóvel, que conta com um mirante, era uma das edificações mais altas do Bairro à época, e foi a residência de Thomaz Pompeu até o ano de sua morte (1967).



Figura 3.14: Villa Conti (1910), Civitanova Marche, no estilo *Italian Liberty*. Projeto de Paolo Sironi. A forma de conjugar os elementos cria uma coincidência de composição, que denuncia a possibilidade de influência do estilo na definição de um partido similar para a casa de Thomaz Pompeu Sobrinho. Foto de Enrico Lattanzi. Fonte: <http://www.italialiberty.it/scheda/villaconti/>

O edifício encontra-se protegido pela lei estadual nº 9.109, de 1968, desde que foi adquirido pelo Governo do Estado do Ceará. Situado na avenida Francisco Sá nº

⁵² "construída pelo erudito engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho, [a casa] exibia inconfundível traço *Art nouveau*, ou melhor, *Liberty*, tais as linhas que a irmanavam às versões italianas" (CASTRO, 1987, p. 235).

1801, abriga as atividades da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho (EAOTPS), em atividade até hoje (Figura 3.15).



Figura 3.15: Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: Acervo do autor (2021).

O palacete de Thomaz Pompeu Sobrinho

Área construída	850 m ²
Autor do projeto	Thomaz Pompeu Sobrinho
Influências estilísticas	<i>Liberty style</i> italiano
Estrutura	Paredes autoportantes
Estrutura da cobertura	Madeira com forro de madeira

Tabela 3.1: Ficha técnica da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: elaborado pelo autor.

Com um gabarito de 16 m em relação ao nível do passeio, o palacete (Tabela 3.1) eclético ergue-se isolado no lote, cercado por jardins (Figura 3.16), sobre um porão elevado. Nota-se que os recuos favoreceram certa liberdade volumétrica da cobertura, esta com três e quatro águas de telhas francesas planas.

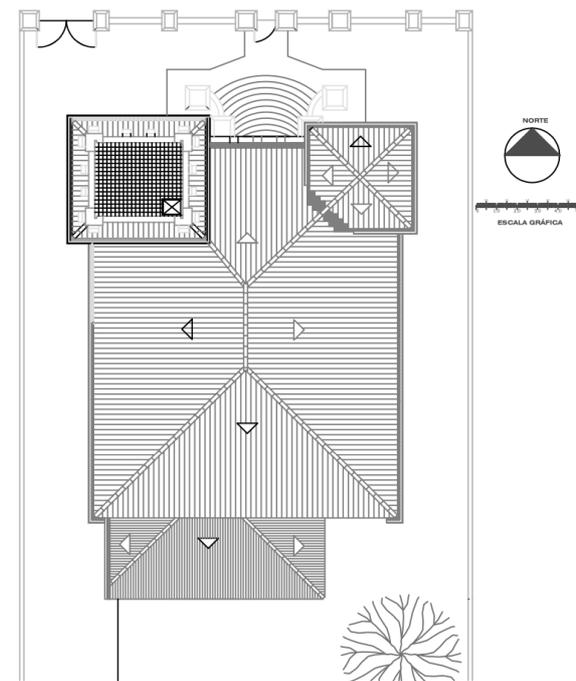


Figura 3.16: Implantação da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: Acervo EAOTPS

A fachada frontal/norte (Figuras 3.17 e 3.18) revela o número de pavimentos da edificação: o porão, que se eleva a aproximadamente 2 m do nível do jardim; o 1º pavimento, cujo acesso se dá por escadaria de degraus semicirculares centralizada na fachada; o 2º pavimento e a torre de acesso ao mirante⁵³. Nessa fachada, ainda, nota-se o compromisso burguês de utilizar a arquitetura como instrumento de afirmação social, através de procedimentos que garantam uma expressão palaciana de imponência e monumentalidade, como por exemplo: ornamentação profusa, escalonamento vertical dos dois volumes laterais e o porão como um embasamento que eleva a construção, como um "patamar".

⁵³ Originalmente, o mirante contava com uma cobertura de telhas francesas em quatro águas, elemento que se perdeu com o tempo e não existem registros fotográficos.



Figuras 3.17 e 3.18: Fachada norte. Fonte: Acervo do autor (2021) e acervo EAOTPS, respectivamente.

Os ornatos são apliques em argamassa, com detalhes que variam entre o geométrico e o floreal, e estendem-se até os beirais. Estes, por sua vez, possuem mãos francesas de concreto decorado e conferem coroamento aos volumes verticais escalonados, ou pavilhões⁵⁴. Quanto às aberturas, chamam a atenção as janelas tripartidas, tendência eclética da época, e o pórtico estilizado, com verga em arco e uma "grelha" de concreto, que encima a entrada principal da residência e a conecta visualmente com o peitoril do 2º pavimento (Figuras 3.19, 3.20 e 3.21).

As fachadas laterais (Figuras 3.22 a 3.27) conectam-se com a fachada frontal através dos pavilhões, o que garante um aspecto de continuidade. No entanto, estas são menos profusas e exuberantes em ornamentos, assim como a fachada posterior (Figura 3.28), na qual sobressai o puxado que abriga as áreas de serviço e por onde

⁵⁴ “Pavilhão: trecho do corpo do edifício que sobressai por sua altura, ornamentação ou pequenos avanços em relação ao plano geral da fachada. Podem situar-se nas laterais da edificação ou no seu centro ou, ainda, simultaneamente, em ambos os locais” (SÁ, 2004, p. 44).

se acessa em nível o porão. Sobre antagonismo entre fachadas em palacetes ecléticos, Sá (2004) conjectura que essa característica pode ser resquício do sistema projetual da casa tradicional que, como visto anteriormente, implantava-se no alinhamento da rua e tinha a fachada frontal como única superfície disponível para aplicação de ornatos.



Figuras 3.19, 3.20 e 3.21: Detalhes da fachada norte. Fonte: Acervo do autor



Figuras 3.22, 3.23 e 3.24: Fachada leste. Fontes: Acervo EAOTPS e acervo do autor (2021)





Figuras 3.25, 3.26 e 3.27: Fachada oeste. Fonte: Acervo do autor (2021).



Figura 3.28: Fachada posterior. Fonte: Acervo do autor (2021).

A atmosfera de exuberância e afirmação social suscitada pela fachada frontal é levada, também, para os ambientes internos dos pavimentos 1 e 2. Esses espaços são setorizados a partir do tratamento que é dado, sobretudo, aos pisos e paredes ⁵⁵, construindo assim um universo cenográfico e evocativo. Segundo Homem (1996):

O estilo arquitetônico e a decoração interna deveriam sugerir o poder econômico, o gosto, o grau de instrução e o cosmopolitismo dos proprietários [...]. Nos interiores, acumulou-se uma massa de objetos caros, de prata, bronze, porcelana e cristal, frequentemente misturados ao excesso de tecidos que revestiam as paredes: cortinas, reposteiros e toldos de renda e seda, além de papéis ou pintura nas paredes (HOMEM, 1996, p. 29).

As pinturas murais originais da Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho, encontradas frequentemente sob diversas camadas de tinta posteriormente aplicadas às paredes, são um capítulo à parte desse universo. Elas variam de acordo com a notabilidade dos ambientes e simulam papéis de parede, pedras e até madeira (Figura 3.29). Aqui, destacam-se as pinturas do salão nobre (Figura 3.30), do balcão e do vestíbulo da escada de acesso ao segundo pavimento que, pelo grau de refinamento, sugerem que esses espaços ocupavam uma hierarquia superior em relação aos demais.

⁵⁵ No pavimento 1, o piso predominante é ladrilho hidráulico, de diversas padronagens, com exceção do salão nobre, que é de assoalho. No pavimento 2, o piso predominante é de assoalho, excetuando-se banheiro e varanda. Já no porão, o piso varia entre cimento queimado, ladrilho hidráulico e piso morto de tijolo maciço. Neste último, destacam-se também as grades de serralheria protegidas por janelas de madeira e o teto em abobadilhas de trilhos (de trem) e tijolos.



Figura 3.29: Pinturas murais.
Fonte: Acervo do autor.



Figura 3.30: Salão nobre. Fonte: Acervo EAOTPS.

Ao observar o princípio de composição em planta, (Figura 3.31) nota-se que é formada por um núcleo retangular (A), ao qual se conjuga frontalmente um quadrado (B) e, posteriormente, um segundo retângulo (C), que delimita a área de serviços e o acesso ao porão. A composição é arrematada pela varanda em "L" (D), que envolve os ambientes nas fachadas norte e leste. Pode-se afirmar que, a despeito de sua assimetria, esse arranjo se insere dentro das composições acadêmicas, uma vez que é composta por um somatório de partes (SÁ, 2004).

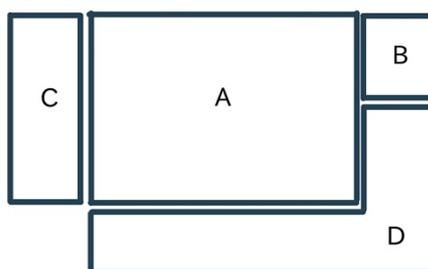


Figura 3.31: Princípio de composição em planta. Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No que concerne à distribuição dos espaços, o primeiro pavimento (Figura 3.32) dispõe de quartos⁵⁶, cozinha em puxado, sala de jantar, banheiro, salão nobre - protegido da insolação oeste por balcão, varanda⁵⁷ e vestíbulos de distribuição (ou *hall*). Nesse pavimento, merecem destaque o salão nobre, a varanda e os vestíbulos.

A hierarquia do salão nobre em relação aos demais ambientes, já sugerida pelos ornatos, é endossada em planta quando se verifica que, além de sua função aglutinadora, enquanto espaço de sociabilidade, também atua como centro distribuidor da residência, pois, a partir dele, é possível acessar quartos, varanda, escada que leva ao segundo pavimento e vestíbulo que conecta à cozinha, banheiro e sala de jantar. A varanda em "L", por seu turno, além de ser um espaço flexível quanto aos usos, atua também como alternativa para circulação, já que permite o acesso à área externa sem que se passe pela área social. O vestíbulo⁵⁸ (Figura 3.33), que aparece em todos os pavimentos do palacete em estudo foi uma contribuição espacial do ecletismo no âmbito residencial, conforme dito na primeira parte deste

⁵⁶ A palavra "quarto" não define, necessariamente, uma utilização apenas como dormitório. Poderiam ser gabinete, sala de jogos, depósito de malas, entre outros fins, mas também podiam ser dormitórios. "Quarto era, antigamente, o nome de qualquer aposento ou repartição de uma casa" (CORONA; LEMOS, 1972, p. 396).

⁵⁷ A diferença entre balcão e varanda deve-se ao grau de formalidade: varandas são espaços informais, ao passo que balcões são espaços formais.

⁵⁸ "A distribuição espacial a partir do vestíbulo foi uma inovação devida ao arquiteto François Blondel (1705-1774) no século XVIII e retomada no século seguinte pelos professores da Escola de Belas-Artes e da Politécnica de Paris" (HOMEM, 1996, p.25).

trabalho, que se relaciona diretamente à busca de privacidade⁵⁹ e independência dos cômodos. De acordo com Homem (1996):

A privacidade torna-se cada vez mais importante dentro do conceito de morar. Cada cômodo passa a apresentar identidade própria e aparecem elementos até então inexistentes, como os banheiros incorporados ao corpo da casa e, especialmente, o vestíbulo, uma invenção francesa do século XVIII que viabilizou uma melhor distribuição dos compartimentos e separação em zonas. Cada compartimento passa, assim, a apresentar uma utilização específica, o que evita a superposição de funções num mesmo ambiente. Eles eram caracterizados por sua localização na planta, pelos acessos independentes, pelos acabamentos de paredes e tetos e por seu tratamento decorativo (HOMEM, 1996, p. 85)

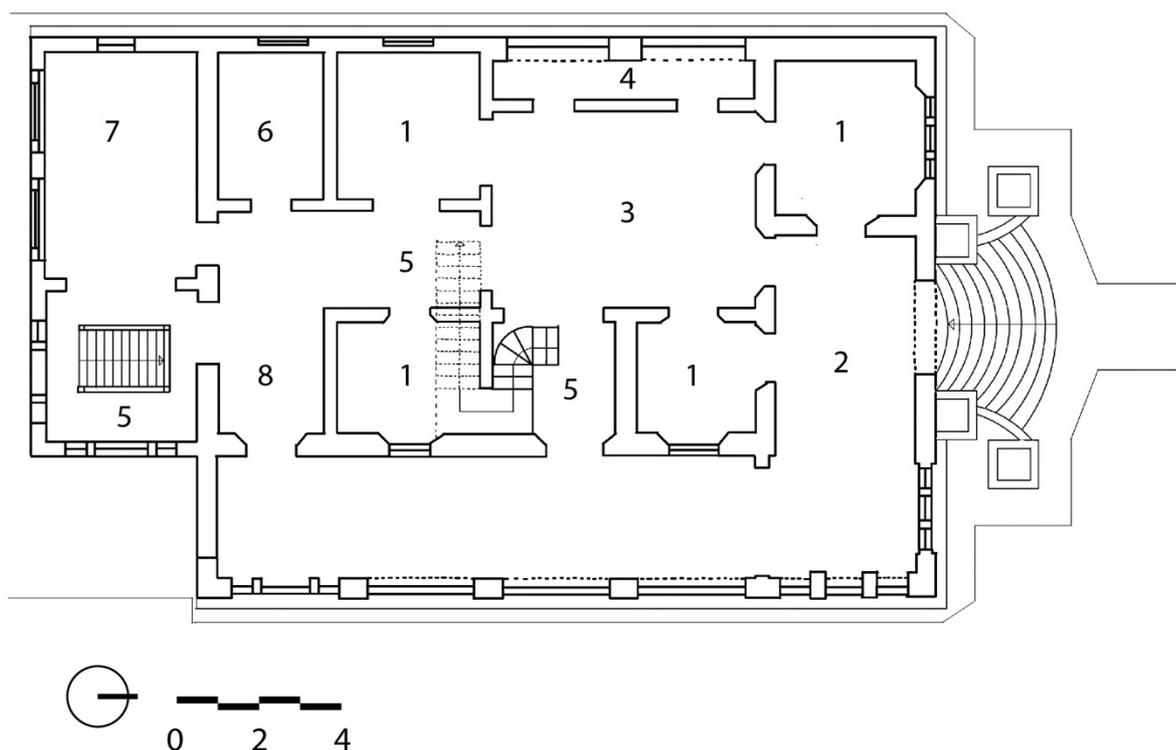


Figura 3.32: Planta do primeiro pavimento. 1- Quarto; 2- Varanda; 3- Salão nobre; 4- Balcão; 5- Vestíbulo; 6- Banheiro; 7- Cozinha; 8- Sala de jantar. Elaborado pelo autor (2021).

⁵⁹ “Nas residências de elite, a disposição interna dos cômodos, distribuídos a partir daquele reservado à recepção - *hall*, vestíbulo etc. - também demonstrava a necessidade de maior preservação da intimidade do lar” (BRITO; REIS, 2001, p. 81).

O segundo pavimento (Figura 3.34), destinado a abrigar a vida privativa do núcleo familiar da família de Thomaz Pompeu, conta com quartos, um banheiro que se sobrepõe ao do térreo, varanda, e acesso à torre, a partir da qual é possível chegar ao mirante e ao sótão (não habitável) da cobertura (Figuras 3.35 e 3.36).



Figura 3.33: Vestíbulo da escada de acesso ao pavimento 2. Fonte: Acervo do autor (2021).

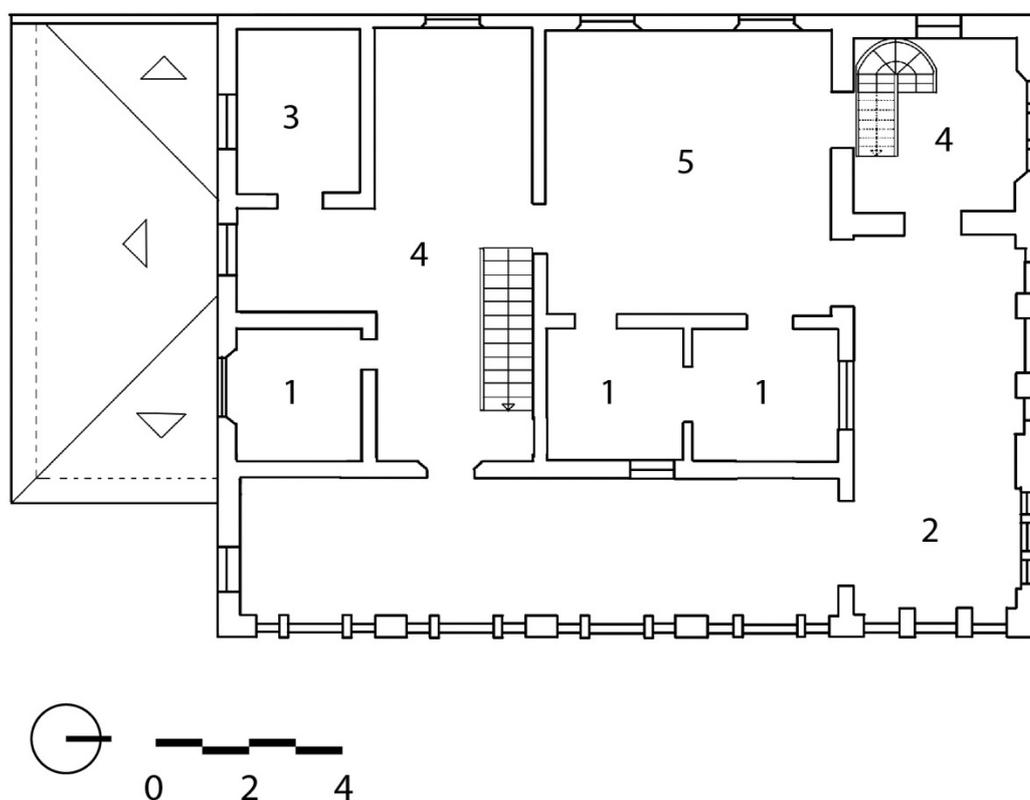


Figura 3.34: Planta do segundo pavimento. 1- Quarto; 2- Varanda; 3- Banheiro; 4- Vestíbulo; 5- Estar íntimo. Elaborado pelo autor (2021).



Figura 3.35: Escada de acesso ao mirante e, logo abaixo, porta de acesso ao sótão.
Figura 3.36: Sótão da coberta. Fonte: Acervo do autor (2021).

Já o porão (Figura 3.37), cujo acesso externo se dá em nível e, internamente, através de escada situada junto à cozinha, era destinado à acomodação de empregados e também contava com banheiro, alinhado verticalmente aos banheiros dos pavimentos superiores e à lavanderia. Atualmente, funciona como área de exposições e oficinas, na qual é possível observar os sistemas de abobadilhas sobre trilhos de trem (Figura 3.38). Esse espaço, que a princípio surgiu nas habitações como recurso contra a umidade ascendente do solo, no ecletismo tornou-se habitável e "passou a receber tudo que fugia aos programas originais" (HOMEM, 1996, p. 250).

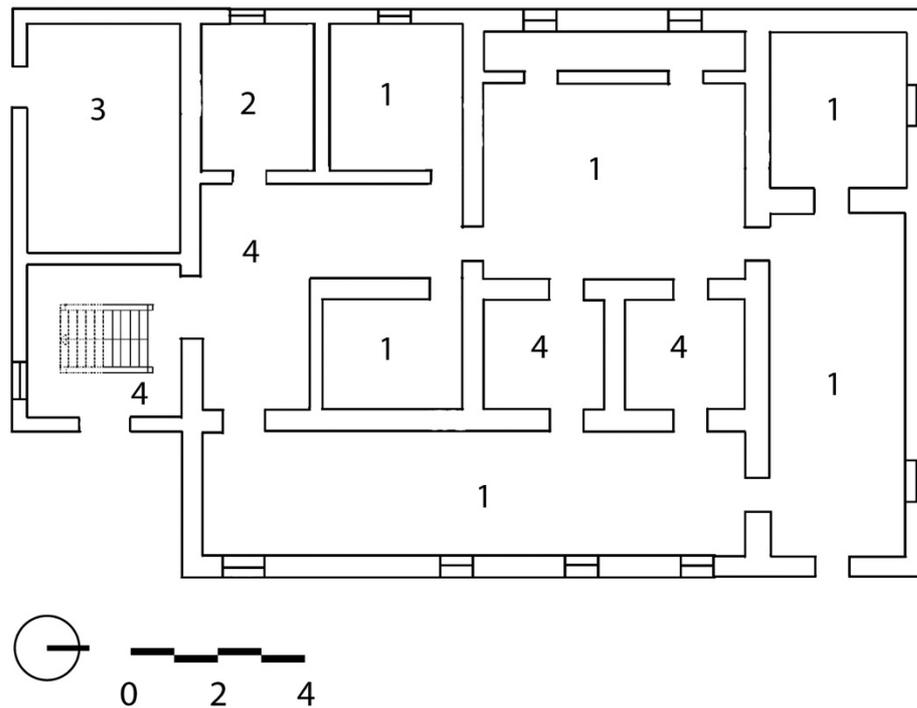


Figura 3.37: Planta do porão. 1- Quarto; 2- banheiro; 3- Lavanderia; 4- Vestíbulo. Elaborado pelo autor (2021).



Figura 3.38: Foto do porão, sala onde funcionam as oficinas de bordado. Fonte: Acervo do autor (2021).

A partir dessas observações, percebe-se que a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho serviu aos princípios burgueses suscitados pelo ecletismo no que se refere à habitação dessa classe social (privacidade, evocação, acumulação, exuberância). Seu programa revela o ideário elitista que estabelecia o uso da arquitetura como forma de afirmação social, tanto externamente quanto em seu interior.

04

A vila operária

Como já mencionado, ao longo do seu processo de formação o bairro Jacarecanga foi marcado pela segregação espacial: de um lado, os palacetes de prósperos políticos e empresários, que conferiram ao lugar o título de primeiro bairro “chique” da Capital e, de outro, as vilas onde residiam os operários.

Dentre as edificações situadas no Bairro que permanecem como testemunhos físicos do processo de urbanização e industrialização de Fortaleza, apesar da pressão do mercado imobiliário na região, pode-se citar a Vila Operária São José (Figura 4.1), uma das formas de habitar da força de trabalho assalariada no contexto da industrialização da Cidade.



Figura 4.1: Panorâmica da implantação do parque fabril São José junto à ferrovia. Fonte: Acervo Fortaleza Nobre

Patrimônio Industrial e Vilas Operárias

O interesse pelo patrimônio industrial é recente. Nas primeiras definições de patrimônio, tais edifícios sequer eram mencionados. A preocupação com exemplares industriais começa timidamente na década de 1950, época em que foi cunhada a expressão "arqueologia industrial" (KÜHL, 2006), destacando-se sua multidisciplinaridade:

A arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento [...], estando ligada à antropologia, à sociologia e à história - social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc. Pode ser entendida como esforço multidisciplinar [...] para se estudar as manifestações físicas, sociais e culturais de formas de industrialização do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las, preservá-las e valorizá-las (KÜHL, 2006, p.2).

O assunto ganhou maior relevância em 1978, no contexto da III Conferência Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial, que foi realizada na Suécia,

quando se constituiu oficialmente o TICCIH - The *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (Comissão Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial). O TICCIH elaborou em 2003, durante conferência realizada na Rússia, a carta de Nizhny Tagil (2003); um documento internacional que ratifica significados, formas de valoração e proteção, definindo patrimônio industrial como:

Os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TAGIL, 2003).

No Brasil, o interesse por exemplares desse tipo só foi possível a partir da redemocratização, quando a noção de patrimônio cultural se ampliou, contemplando bens outrora preteridos. Desse modo, arquiteturas antes consideradas "ordinárias" foram sendo incluídas na lista de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Bens culturais que há pouco sequer eram mencionados, hoje são considerados monumentos. Segundo DUARTE; ANDRADE (2015), o patrimônio cultural edificado atravessa, em todo mundo, uma "expansão de seus campos tipológico, cronológico e geográfico". Em contrapartida, o interesse relacionado ao patrimônio cultural também cresceu. Nota-se, cada vez mais, o envolvimento das comunidades e populações nas questões da preservação "como itens de uma agenda de consolidação da cidadania" (DUARTE; ANDRADE, 2015, p. 19)

Atualmente, o patrimônio industrial permeia e interfere na esfera da dinâmica urbana: em decorrência do processo de desindustrialização e obsolescência de instalações físicas, muitos exemplares encontram-se vulneráveis, sujeitos ao abandono - formando grandes vazios urbanos - e à demolição, sobretudo em áreas que despertam o interesse do capital imobiliário.

Considerando-se que as formas históricas de morar são exemplos dos processos de transformação na dinâmica das cidades de diferentes períodos econômicos - inclusive do período industrial, as vilas operárias encontradas nas cidades brasileiras revelam modificações espaciais e sociais na virada do século XIX para o XX (Nexo Jornal, 2019), uma vez que sua recorrência relaciona-se diretamente

ao crescimento da população de trabalhadores fabris, e legitima-se nas questões de salubridade e higienismo urbanos.

Segundo Calabi (2012), na maioria das vezes o complexo fábrica/vila operária caracteriza-se por situar-se próximo a córregos e linhas ferroviárias. O primeiro garante força motriz e o segundo facilita o trânsito de mercadorias e matéria prima. A indústria, por sua vez, apresentava-se como elemento de destaque na malha urbana, contornada pelo conjunto de casas padronizadas e geminadas.

A construção de vilas pelos próprios industriais surge como alternativa econômica viável, já que resolvem o custo da reprodução da força de trabalho, ou seja, suprem as necessidades gerais para reter seus trabalhadores (casa, equipamentos, infraestrutura) constituindo, também, uma forma de investimento imobiliário. Desse modo, a tipologia vila operária é inserida no tecido urbano pela prática higienista de produção da cidade, como uma maneira da classe industrial suprir a manutenção do operariado fabril, e ainda como uma fonte de negócios (MIRANDA et. al., 2019).

Em alguns casos, as unidades correspondiam ao conceito de "moradia econômica", ou seja, dotada de instalações sanitárias, cômodos arejados e ventilados, embora com dimensões reduzidas. Em outros casos, o resultado eram casas diminutas e claustrofóbicas, reproduzidas em bairros operários insalubres, caóticos e inabitáveis denominados de "cidade liberal" (BENÉVOLO, 2009).

As vilas operárias brasileiras possuíam características morfológicas urbanas e habitacionais semelhantes, resguardadas as peculiaridades regionais, e podem ser consideradas como a primeira manifestação de conjuntos habitacionais no país, produzidos, neste caso, pelo setor privado (BONDUKI, 2011). Em entrevista ao Nexo Jornal (2019), Telma de Barros Correia afirma que:

A desvantagem para o morador é que a fábrica costumava usar a casa para interferir na vida familiar – criando regulamentos sobre festas, hóspedes – ou para melhor sujeitar o operário às condições de trabalho e à remuneração oferecida, já que, ao perder o emprego, o trabalhador também perdia a moradia (Nexo Jornal, 2019).

A pesquisadora pondera, ainda, que conjuntos de casas disponibilizadas por padrões já existiam desde o Período Colonial no Brasil, mas foi com a expansão da indústria moderna que a prática se difundiu no campo e nas cidades, ao lado de

fábricas de tecidos, de vidro, de alimentos e outras. Nesse contexto, a tipologia edilícia das vilas operárias contribuiu para a modificação da paisagem urbana⁶⁰.

Em Fortaleza, o processo de modernização urbana inicia-se no final do século XIX, como já dito, quando o capital acumulado proporcionado pelo cultivo e exportação de algodão, juntamente com a implementação dos primeiros modais de transporte público e o surgimento das primeiras indústrias (têxteis), promovem uma série de ordenamentos e obras de aformoseamento da Cidade, ocorridas sobretudo durante a República Velha (1889-1930) (LEITE et al., 2018).

O parque industrial São José no contexto da indústria têxtil cearense

Objetivando o melhor entendimento da inserção urbana do complexo industrial São José, convém uma breve introdução acerca do desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará. Na segunda metade do século XIX, quando a economia cearense deixava de ser exclusivamente pastoril, o comércio algodoeiro no Estado foi favorecido pela Guerra de Secessão, em consequência da interrupção da exportação deste produto pelos Estados Unidos. Assim, entre os anos de 1861 e 1870, verifica-se o surgimento de culturas de algodão cultivadas no sertão e em serras próximas a Fortaleza.

O comércio exportador do algodão impulsionou o processo de industrialização local, sobretudo de empreendimentos têxteis, fator que contribuiu com a construção da hegemonia de Fortaleza. Aqui deve-se destacar, como pontua Aragão (2002), que não é apenas o excedente não exportado de algodão que determina a implantação das primeiras indústrias, mas também a existência de uma infraestrutura capaz de dar apoio logístico à sua produção e comercialização.

Nobre (1989) considera que, com a inauguração da Fábrica Progresso⁶¹ em 1882 (Grupo Pompeu & Irmãos), a primeira fábrica de fiação e tecidos cearense, inicia-se o período dito "proto-industrial", quando as primeiras indústrias eram fundadas com

⁶⁰ A associação de várias unidades, que formam uma tipologia edilícia, conduz a uma compreensão da arquitetura inserida em um tecido urbano. Assim, o estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana é um importante meio para leitura da paisagem (PANERAI, 2006)

⁶¹ Localizava-se entre as atuais Rua Princesa Isabel e Avenida Tristão Gonçalves, no Centro de Fortaleza

o capital dos próprios investidores, fruto de excedentes do comércio, e sem qualquer incentivo do Estado.

Segundo periodização de Andrade (1990), que relaciona a estruturação urbana de Fortaleza à dinâmica da indústria têxtil cearense, considera-se o período entre 1880 e 1920 "como o das tentativas iniciais do setor têxtil, sem nenhum investimento imobiliário, ao tempo que a Cidade não apresenta uma estrutura espacial estratificada mais rígida" (ANDRADE, 1990, p. 13). De 1920 a 1945, por sua vez, é a fase em que a indústria se consolida e constrói suas vilas operárias⁶², fruto do processo de acumulação de capital, de modernização da estrutura dos empreendimentos e de implantação de novos métodos de tecelagem.

Contemporânea à segunda fase (Tabela 4.1), a fábrica São José, fundada em 1926, era considerada uma das mais completas organizações industriais de Fortaleza, dotada de máquinas modernas de fabricação inglesa, alemã e norte-americana, com várias seções automatizadas (DUARTE; ANDRADE, 2015). Em 1930, a fábrica produzia diferentes tipos e marcas de tecidos sendo, segundo Viana (2008), mesclas, brins, atoalho, zefires, riscados e cáquis:

[...] a Fábrica São José está aparelhada com 9.000 fusos e 300 teares, que produzem, diariamente, 15.000m de tecidos diversos, 33 sacos de fios em novelo e 100kg de trancelim; e, mensalmente, 2.500 dúzias de toalhas felpudas e de 8 a 10.000 redes de tipos diversos (VIANA, 2008, p. 222)

Dada a crescente demanda por habitação, o Estado passa a oferecer subsídios fiscais aos industriais que construíssem vilas operárias para seus trabalhadores⁶³. São exemplos: a Lei nº 2022 de 26 de outubro de 1922, que concedia a "isenção de todos os impostos, inclusive prediais e municipais para empresas que fornecessem "casas populares de sólida construção com acomodações amplas e higiênicas" (art.1, item 3); e a Lei 2266 de 03 de setembro de 1925, que isentava da décima urbana e de

⁶² No Ceará, essa tipologia residencial está intrinsecamente ligada à história do algodão, sendo esta a mercadoria responsável pela dinamização do comércio e pelo aparecimento das primeiras indústrias têxteis, especificamente o setor de fiação e tecelagem, principal responsável pela implantação de vilas operárias (ANDRADE, 1990)

⁶³ Outras indústrias cearenses que construíram vilas operárias: Baturité, Santa Thereza, Santa Cecília, Sobral, Progresso, Grupo A.D. Siqueira

todos os impostos estaduais por um período de 15 anos a quem construísse vilas operárias de 10 ou mais casas (ANDRADE, 1990).

Empresa	Nome das fábricas	Data de fundação
A.D. Siqueira	Ceará Industrial Sta Elisa Usina Gurgel Sto Antônio São Luiz	1894 1904 1919 1925 1925
Pompeu & Cia	Progresso	1899
Manoel José de Lima	Sta Maria	1918
Frota Siqueira F. Gomes & Cia. Ltda.	S. José	1926
José P. do Carmo & Filho Ltda.	Baturité	1927
M.L. Barbosa	Sta Cecília	1945

Tabela 4.1: Estabelecimentos industriais existentes em Fortaleza entre 1920-1945. Fonte: Andrade (1990), adaptado pelo autor.

Pedro Filomeno Gomes, proprietário do parque São José, foi um dos industriais que desfrutou desses benefícios fiscais quando, em 1928, expandiu a estrutura primitiva do complexo e começou a construir casas para o uso dos seus empregados. Seu crescimento se deu através de etapas, até o fim da década de 1940. Pode-se afirmar, então, que o surgimento das vilas operárias (Tabela 4.2) nesse contexto é consequência, sobretudo:

- da necessidade de captar e manter a mão-de-obra, como garantia da continuidade do processo produtivo;
- do desenvolvimento urbano de Fortaleza decorrente do processo de consolidação dos grupos têxteis e, também,
- da ação do Estado por meio da isenção de impostos.

Tais fatores estimularam as empresas cearenses a diversificarem o capital industrial, aplicando-o em investimentos imobiliários.

Fábricas	Construtor	Vila	Nº de unidades	Data de fundação
Progresso	Pompeu&Cia	Pompeu	-	1926
Sta Elisa Sto Antônio Us. Gurgel S. Luiz Ce. industrial	A. Diogo Siqueira	Diogo Arken Gurgel	66 20 42	1922 1932 -
Baturité	J. Pinto do Carmo	J. Pinto Baturité	27 51	1934 1942
São José	F. Gomes	S. José	247	1928-1945
Sta Cecília	M.L. Barbosa	Sta Cecília	-	1945

Tabela 4.2: relação das vilas operárias ligadas à indústria têxtil de Fortaleza 1920-1945. Fonte: Andrade (1990), adaptado pelo autor.

A fábrica São José encerrou suas atividades em 1983, sobretudo devido à alta competitividade e à obsolescência do maquinário. A criação do Distrito Industrial de Maracanaú, ainda na década de 1960, no governo Virgílio Távora, estimulou a transferência do setor secundário para aquela que seria a nova zona industrial da Metrópole. Enquanto isso, na paisagem da Jacarecanga, assistia-se o surgimento de vazios urbanos onde antes havia fábricas e oficinas ferroviárias. O terreno que abrigava a São José, por exemplo, ficou em estado de ruínas (figura 4.2) até 2015, quando iniciaram-se no local as obras do empreendimento Centro *Fashion* Fortaleza (figura 4.3).



Figura 4.2: Ruínas da fábrica São José em 2014. Fonte: Viana, 2014

Destinado a receber os feirantes da rua José Avelino, o equipamento resultou de uma Parceria Público Privada entre a Prefeitura de Fortaleza e as construtoras Marquise e Preferencial, esta última tendo como diretor Francisco Filomeno Gomes Neto. As obras duraram dois anos e, quando inaugurado, em 2017, o shopping contou com 4.500 boxes, 90 lojas e 36 megalojas, além de praça de alimentação, salão de beleza, lotérica, caixas eletrônicos, lojas de aviamentos etc., em uma área de 70 mil m2. O investimento total para a construção foi de R\$ 120 milhões (SOUZA, 2019).



Figura 4.3: Fachada do Centro *Fashion* atualmente e a fachada da fábrica São José.
Fonte:Souza, 2019

O industrial Pedro Filomeno



Figura 4.4: Pedro Filomeno. Fonte: Acervo Fortaleza Nobre

Pedro Filomeno Ferreira Gomes (Figura 4.4), nascido em Sobral no ano de 1888, destaca-se nas diferentes fases da indústria cearense. Como empresário, investiu inicialmente no setor de cigarros - Fábrica Iracema, localizada no centro da Cidade, e depois passou pelo setor de óleos, sabão e alimentícios até chegar ao ramo têxtil, em 1926. Além disso, investiu também no setor imobiliário: em 1956, construiu o Lord Hotel (Figura 4.5), no Centro, o Iracema Plaza Hotel, na orla de Fortaleza, casas de aluguel e a vila São José. Ademais, foi vereador da cidade de Fortaleza (1916 – 1920), representando o Partido Republicano Conservador Cearense – PRCC.



Figura 4.5: Fachada do Lord Hotel em 1950 e atualmente. Fonte:Souza, 2019

Em meados de 1922, a fábrica de cigarros que mantinha em sociedade com o pai, Francisco Filomeno, passou a produzir também óleos vegetais e sabão. Já em 1924, a firma associa-se às empresas de Joaquim Markan e Caminha, Diogo & Cia. Ltda., resultando na Filomeno, Markan & Caminha Ltda., responsável pela fabricação do antisséptico Aseptol (VIANA, 2008).

Já como industrial do ramo têxtil, Pedro Filomeno “[...] instala a primeira usina termoelétrica privada do Ceará, para suprir de energia elétrica a Fábrica S. José” (VIANA, 2008, p. 216). Tal usina foi tão importante que Pedro Filomeno passou a vender energia para a cidade de Fortaleza. Seu parque industrial era considerado uma das organizações mais completas de Fortaleza e, de acordo com Andrade (1990), a Fábrica São José

inicia produzindo tecidos grossos, porém, com a crise de 1929, começa a diversificar sua produção para brins de diferentes padronagens. Posteriormente, por volta de 1937/38, [...] começa a fabricar redes finas e toalhas. Alcança gradativamente uma extensa linha de produtos, consumidos em parte no Ceará, e cerca de $\frac{2}{3}$ são distribuídos para outros estados (ANDRADE, 1990, p. 173)

De acordo com Aragão (2002), em 1943 Pedro Filomeno comprou um terreno em Pacajus chamando-o de Fazenda Guarany. As árvores desse sítio foram utilizadas como lenha para a fábrica e, por esse motivo, o proprietário decidiu fazer o reflorestamento da área, no qual cada árvore derrubada seria substituída por um cajueiro. Com um vulto inicial de 100 mil pés de caju plantados, Pedro Filomeno decidiu criar a empresa agroindustrial Caju do Brasil S/A, sendo a primeira do gênero no Brasil (SOUZA, 2019). O empresário faleceu aos 95 anos na cidade de Fortaleza, em 1983, ano em que a Fábrica São José parou suas atividades.

Jacarecanga: de área nobre a bairro operário

Como já citado anteriormente, em 1919, o *status* elitista do Bairro Jacarecanga começaria a ser ameaçado, em decorrência da realocação da via férrea. O ramal oeste foi transferido para fora da área central, situando-se ao longo da Avenida José Bastos. Tal equipamento comprometeu a tranquilidade dos moradores e, principalmente, atraiu a implantação de indústrias pois, além das vantagens logísticas proporcionadas pela infraestrutura ferroviária, a região era próxima ao porto e contava com um corpo hídrico, o riacho Jacarecanga. De acordo com Pequeno (2009), a instalação das primeiras fábricas em Fortaleza ocorreu de forma dispersa na Cidade, ocupando majoritariamente três centralidades: Jacarecanga/Francisco Sá, Parangaba e Mucuripe, caracterizadas por serem próximas a grandes eixos rodoferroviários, como a via férrea, a estrada do Urubu (atual Francisco Sá) e a CE-021; ou perto de encostas litorâneas, como a zona portuária do Mucuripe.

Se, por um lado, a realocação da via férrea foi um indutor de expansão urbana no sentido oeste, por outro, a abertura da Avenida Demosthenes Rockert, atual Francisco Sá e antigo caminho do Urubu, contribuiu com a desvalorização dos terrenos lindeiros, uma vez que as indústrias foram instaladas principalmente ao longo do seu eixo, formando assim o que seria o primeiro polo industrial da cidade (BENTO, 2010). O jornal Diário do Nordeste destaca, em uma série de reportagens lançadas em 2012, os motivos para implantação do setor secundário ali:

- Proximidade do Centro da Cidade, onde seria possível acessar serviços complementares ao segmento;
- Oferta de mão de obra barata residente nos arredores;

- Lotes grandes com baixo custo;
- Presença da via férrea e da estrada do Urubu, eixos estruturantes para rápido escoamento das mercadorias (Diário do Nordeste, 2012).

De acordo com Lima (2014), as primeiras indústrias instaladas nos domínios da Avenida Francisco Sá foram: a fábrica de Pedro Filomeno Ferreira Gomes (1926), a indústria Têxtil José Pinto do Carmo (1927) e as oficinas do Urubu da Rede Viação Cearense - RVC (1928). A indústria de Filomeno Gomes foi construída junto ao riacho Jacarecanga, onde estabeleceu um parque têxtil (Fábrica de Tecidos e Vila Operária São José) e de manufatura de cigarro (Markan) (Figura 4.6).

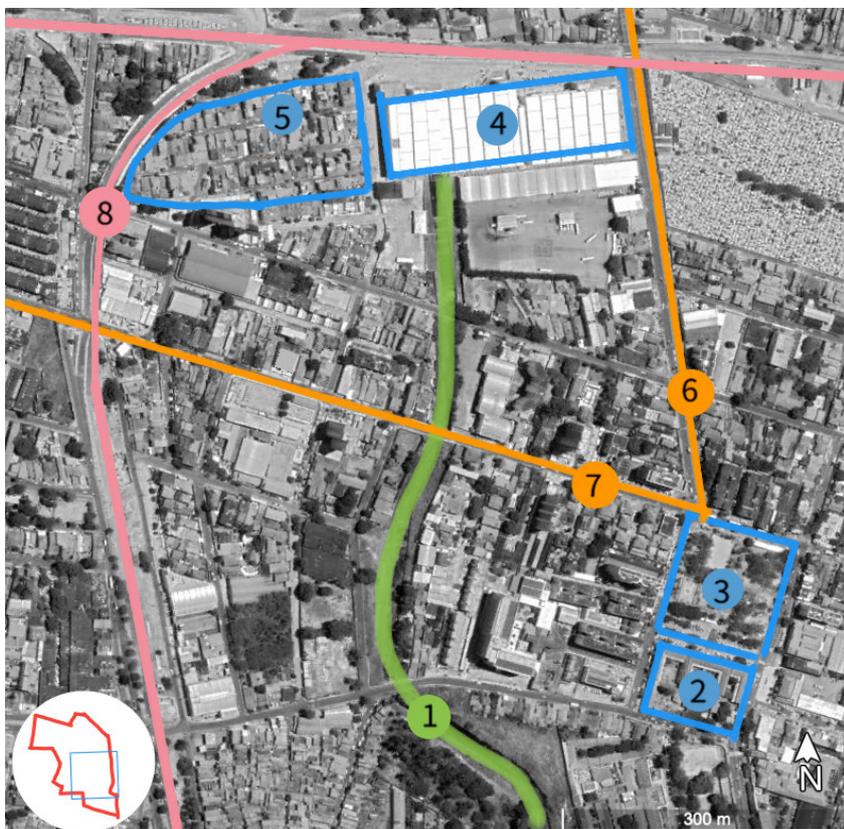


Figura 4.6: Mapa síntese. 1- Riacho Jacarecanga; 2- Liceu do Ceará; 3- Praça do Liceu (Gustavo Barroso); 4- Terreno da antiga fábrica São José, onde atualmente funciona o Centro Fashion. 5- Vila Operária São José; 6- Av. Filomeno Gomes (antigo Boulevard Jacarecanga); 7- Av. Francisco Sá (antiga estrada do Urubu); 8- Percurso da via férrea após a realocação do ramal oeste em 1919. Fonte: Google Earth editado pelo autor.

Atraídos pela oferta de emprego, mas sem local adequado para morar, os retirantes ocupavam os terrenos preteridos pelo mercado imobiliário formal e naturalmente vulneráveis, como as margens do riacho Jacarecanga, as dunas do Pirambu e as proximidades da via férrea (Figura 4.7).

Durante o surgimento das primeiras indústrias, a população era atraída vagarosamente e os próprios industriais construíam as moradias dos seus operários mais permanentes, devido à escassez

da mão de obra. Assim nasceram a Vila São José (Filomeno Gomes), em Jacarecanga; o conjunto J. Pinto do Carmo, na Rua José Bastos; a vila dos Ferroviários, junto às oficinas dos Urubus. Os operários não especializados levantavam seus barracos nos areais do atual Pirambu, servindo-se de palhas de coqueiro e caixões das embalagens de máquinas vindas da Inglaterra para as indústrias de então [...] (LIMA, 2014, p. 51).

A demanda habitacional cresceu nas mesmas proporções do desenvolvimento industrial. A elite, que até então residia na Jacarecanga, resolveu deixar seus casarões em busca de áreas mais tranquilas, dessa vez na zona leste da cidade, distantes da parcela miserável e proletária da população, e também da feição industrial que o Bairro adquirira. Nesse contexto, o bairro Aldeota passa a ser o novo bairro das classes abastadas de Fortaleza (DIÓGENES, 2005). Este processo de ocupação espacial desigual trouxe consequências negativas que até hoje marcam a paisagem, provocando desequilíbrios urbanos, econômicos, ambientais e sociais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012)

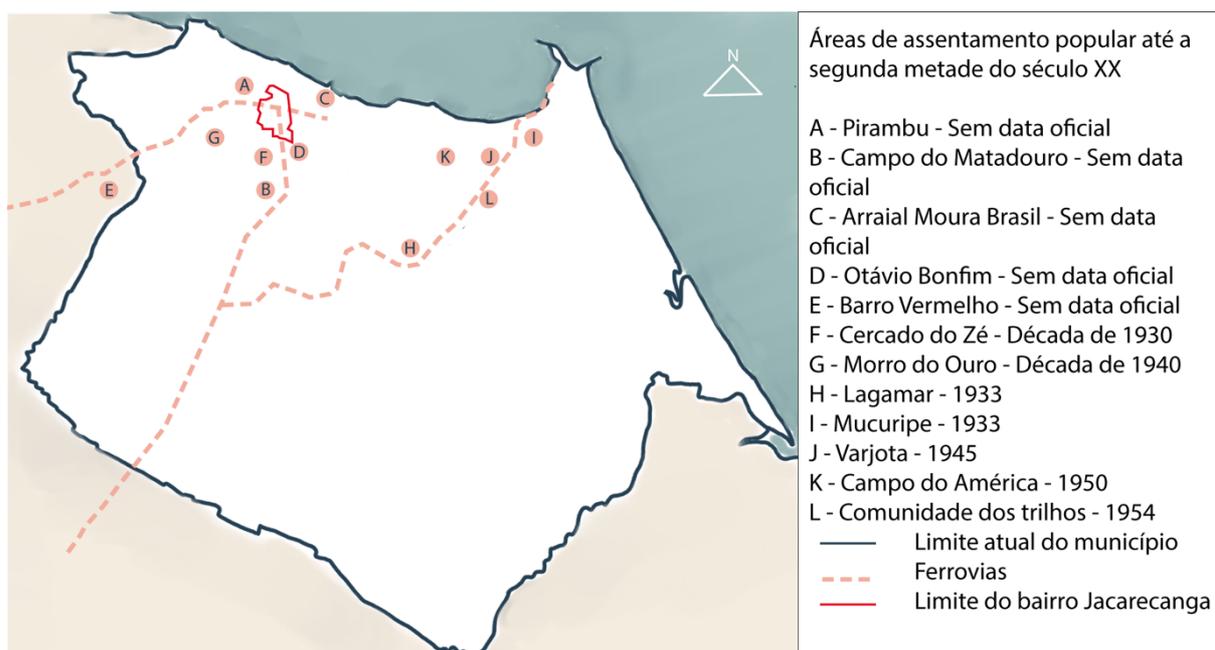


Figura 4.7: Áreas de assentamento popular em Fortaleza até a segunda metade do século XX. Fonte: Sydrião (2017) editado pelo autor (2021).

O desenvolvimento da nova estrutura industrial, em decorrência do processo de consolidação dos grupos têxteis, estabelece a necessidade de captar e controlar mão de obra por meio da oferta de espaços próprios para a habitação operária. Assim, na década de 1920, inicia-se o surgimento da construção das vilas para trabalhadores,

período em que a indústria se consolida e a Cidade apresenta uma estrutura espacial mais definida. (ANDRADE, 1990).

A Vila Operária São José e suas etapas de expansão

A construção da Vila São José, conforme foi visto, se deu em etapas, entre 1926 e 1940 e sua implantação ocupa 15 quadras, contando com lotes de pouca profundidade e de tamanhos variados. Ao fim de sua construção, dispunha de 247 habitações (casas térreas e apartamentos), edificadas em alvenaria de tijolo e cobertura em telha colonial, além de equipamentos como escola primária, clube, praça e escola de ofício.

A ocupação inicial (1) deu-se na extremidade oeste do terreno da fábrica, com 6 pequenas casas tipo quarto-e-sala para seus mestres. As residências foram demolidas a posteriori, quando da expansão do complexo fabril. As ocupações subsequentes se deram em etapas (Figura 4.8) e foram implantadas em uma área irregular limitada entre fábrica, ferrovia e riacho. A etapa seguinte (2) se deu no centro do terreno no sentido leste/oeste, com quatro quadras, totalizando 42 lotes e agrupando as casas que possuíam área lateral. Posteriormente (3), de forma simétrica, são implantadas duas quadras no sentido norte/sul, cada uma com 8 lotes. Simultaneamente, 19 lotes são inseridos na extremidade sul do terreno, com o mesmo tipo de casa, mas de tamanhos diferentes.

Posteriormente, na área onde duas as caixas d'água foram simetricamente localizadas (4), criaram-se duas áreas coletivas, com seis lotes em cada quadra. Em uma dessas quadras foi construída a escola de ofício, para aprendizado dos operários, além de associação recreativa, campos de esporte, escola primária, restaurante, praça etc.

[...] as casas tinham banheiro, sistema hidráulico e esgoto, com fossas sépticas, com caixa d'água. Na época foi uma revolução, vinha gente de longe visitar. Tinha escola primária funcionando em três turnos [...], tinha restaurante para comidas rápidas [...]" (filho do sócio fundador da Fábrica São José, em 05/10/1983, NUDOC/UFC).

É na década de 1940 que se dará as últimas etapas de expansão, a partir de uma ocupação simétrica de duas quadras com apartamentos multifamiliares de dois andares, totalizando 247 unidades habitacionais, como será visto no tópico a seguir.

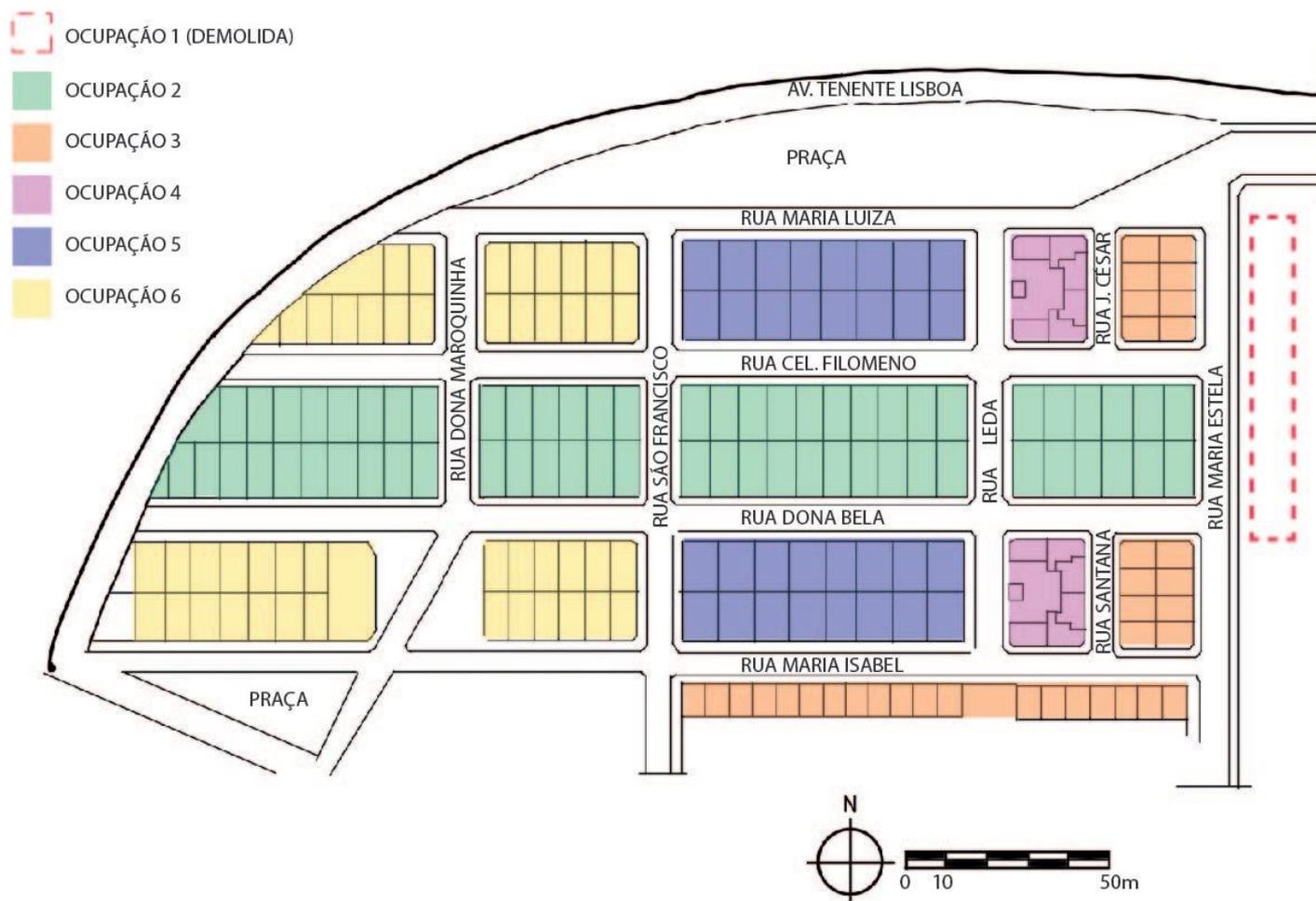


Figura 4.8: Planta de situação e etapas de ocupação da Vila São José entre 1926 e 1940. Elaborado pelo autor (2021).

No tocante à relação entre a vila e seu entorno, é possível perceber que sua implantação, em um terreno irregular, circundado pela ferrovia, pela fábrica e pelo riacho, foi um fator limitador no que se refere à sua integração à malha ortogonal. As casas eram afastadas da via pública, e o único acesso se dava pela Avenida Tenente Lisboa. Dada a situação de isolamento, os equipamentos coletivos ofertados (escola para os filhos, escola de ofício, campo de futebol, associação recreativa) ganham ainda mais relevância, tanto como dispositivos estratégicos de controle dos operários,

quanto "para estabelecer laços de cumplicidade e de gratidão entre esta e o patrão" (ANDRADE, 1990, p. 249).

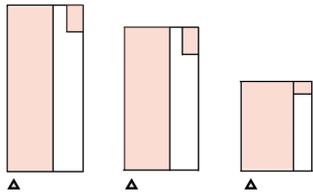
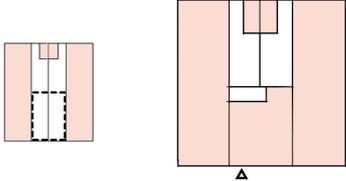
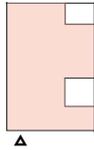
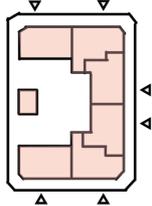
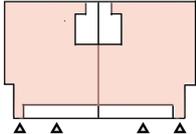
Atualmente, muitos dos moradores da Vila são filhos ou netos de ex-operários, e o conjunto se encontra em tombamento provisório no âmbito municipal. O seu entorno segue os seguintes padrões urbanísticos:

- I - A altura máxima das edificações não poderá exceder o limite de 8 (oito metros) equivalente a 02(dois) pavimentos;
- II - Os imóveis da área deverão manter a volumetria e o ritmo dos elementos históricos característicos afim de valorizar o perfil urbano da área. Será permitido o remanejamento interno desde de que não altere a volumetria, as alterações externas deverão contemplar o resgate as características originais e a eliminação de elementos espúrios. Não será permitida a retirada de elementos externos como as escadas de acesso, as telhas de barro ou as áreas de frontais em jardim com muros baixos;
- III – As edificações presentes são de fachadas estreitas, esta modulação deverá ser respeitada nas novas construções;
- IV – Todos os lotes deverão manter o afastamento de 3 metros e muro de até 1,50 metro de altura;
- V – Nas novas construções nessa área nos casos em que a demolição for autorizada deverão ser obedecidos os mesmos parâmetros de ocupação da edificação demolida mantendo os mesmos recuos e gabarito.

(Instrução Técnica para Declaração de Relevante Interesse Cultural do Conjunto Urbano do Bairro Jacarecanga /CPHC/SECULTFOR N. 01/2012, p.15)

Tipos de casa na Vila Operária São José

São cinco os tipos de casa encontrados na Vila São José ao longo de sua expansão, conforme tabela 4.3.

TIPO	DESCRIÇÃO	ESQUEMA GRÁFICO EM PLANTA
1A	Casas com área lateral; 3 variações de tamanho (61 m ² , 52 m ² e 34 m ²)	
1B	Casas surgidas da ocupação lateral de dois tipos 1A	
2	Casas sem corredor, nas quais as áreas privativas funcionam também como circulação	
3	Casas com área coletiva e implantação em quadra aberta	
4	Apartamentos, introdução da verticalidade, uso do concreto armado, mudanças no programa de necessidades	

Legenda: ■ - área construída; □ - área livre; △ - acesso

Tabela 4.3: Tipos de casa encontrados na Vila São José. Elaborado pelo autor (2021).

O tipo 1A (Figura 4.9), surgido ao longo da ocupação no sentido leste/oeste, possui habitações que variam entre 34,5, 52 e 61 m², a depender da quantidade de quartos. A característica inovadora dessa tipologia foi a presença do quintal, não nos fundos do lote, como era de praxe, mas na sua lateral.

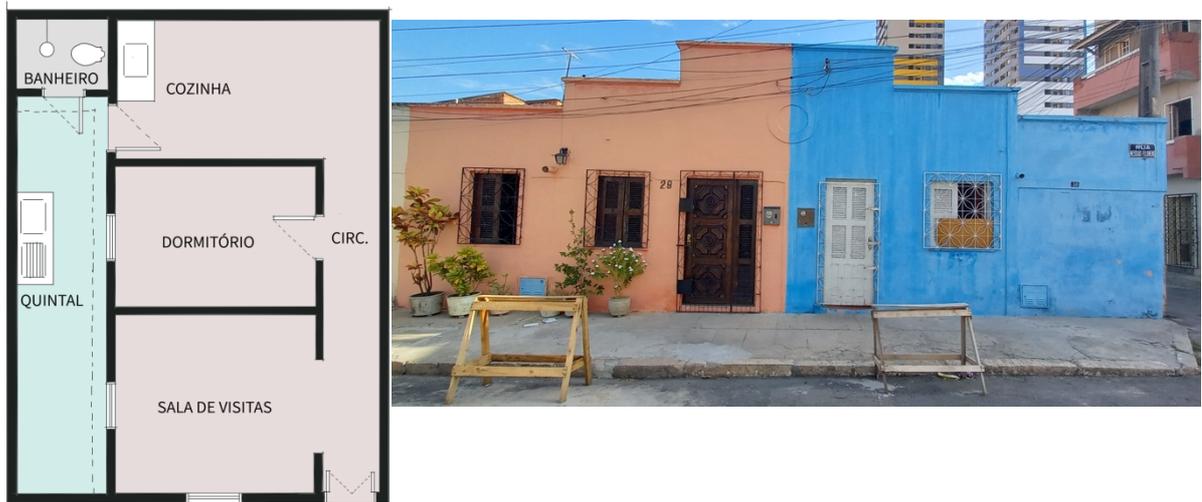


Figura 4.9: Planta e fachada de uma das variações da tipologia com quintal lateral. Desenho elaborado pelo autor. Foto: acervo do autor (2021)

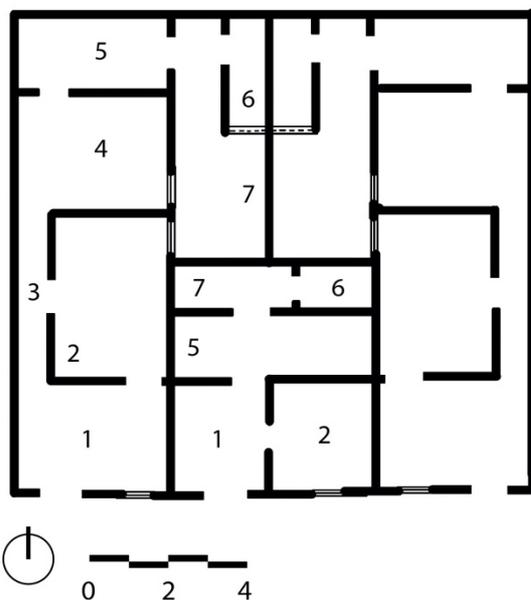


Figura 4.10: Sub tipo (1B) de habitação gerada a partir da ocupação de parte do quintal de unidades vizinhas (1A). 1- Sala de visita; 2- Quarto; 3- Corredor; 4- Sala de jantar; 5- Cozinha; 6- Banheiro; 7- Quintal. Desenho elaborado pelo autor (2021).

Essa estratégia favoreceu a melhoria das condições de ventilação e iluminação, pois todos os cômodos dão diretamente para a área lateral e também permitiu a ocupação de parte dessa área livre, a posteriori, por unidades habitacionais menores (Figuras 4.10 e 4.11), já que permitiu a multiplicação de lotes ao longo do

tempo na mesma área de terreno, utilizando inclusive a mesma infraestrutura existente. Desse acréscimo, surge o tipo que aqui classifica-se de 1B.

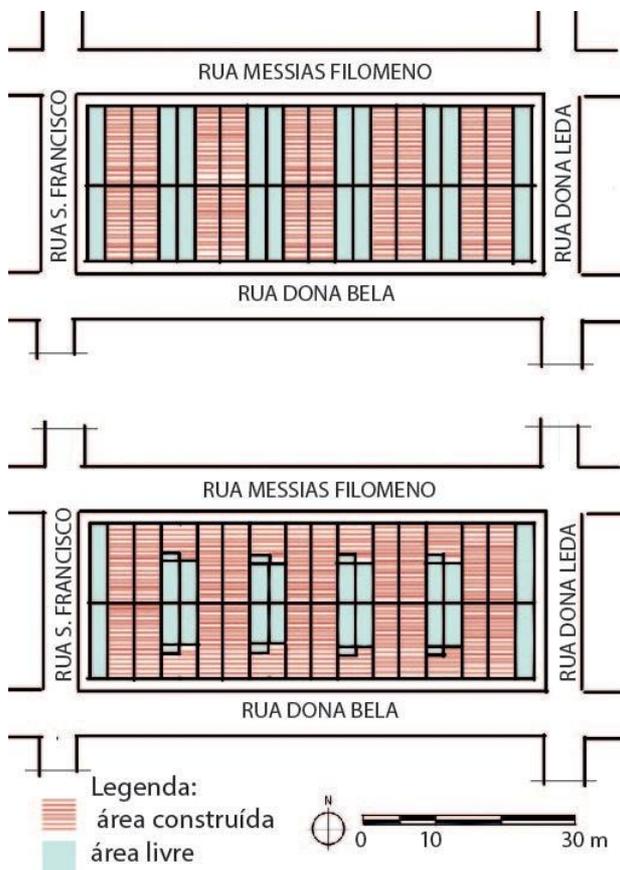


Figura 4.11: Implantação antes (acima) e depois (abaixo) da ocupação da área lateral. Desenho elaborado pelo autor (2121).

O corredor longitudinal continua a agenciar a ligação entre os compartimentos da casa, porém, deixa de conectar a porta da frente com o quintal (como visto desde o Período Colonial), já que este se encontra disposto lateralmente. Nota-se, ainda, que as paredes divisórias das casas geminadas são utilizadas como elemento de sustentação para o telhado de duas águas, permitindo uma economia nos materiais construtivos.

A casa tipo 2, construída na terceira fase de expansão com 27 lotes ao todo, possui um padrão mais enrijecido em comparação ao anterior, pois não permite ampliações. Além disso, chama a atenção a ausência do corredor longitudinal: os ambientes intermediários funcionam também como espaços de circulação (Figura 4.12), indicando haver sobreposição de funções e, por consequência, prejuízo quanto à privacidade. Assim, enquanto o tipo 1A dispunha de qualidades quanto à implantação e à privacidade da zona íntima, o tipo 2 sugere certo "anacronismo" nessas características.



Figura 4.12: Planta e fachada do tipo 2. Desenho elaborado pelo autor (2021).

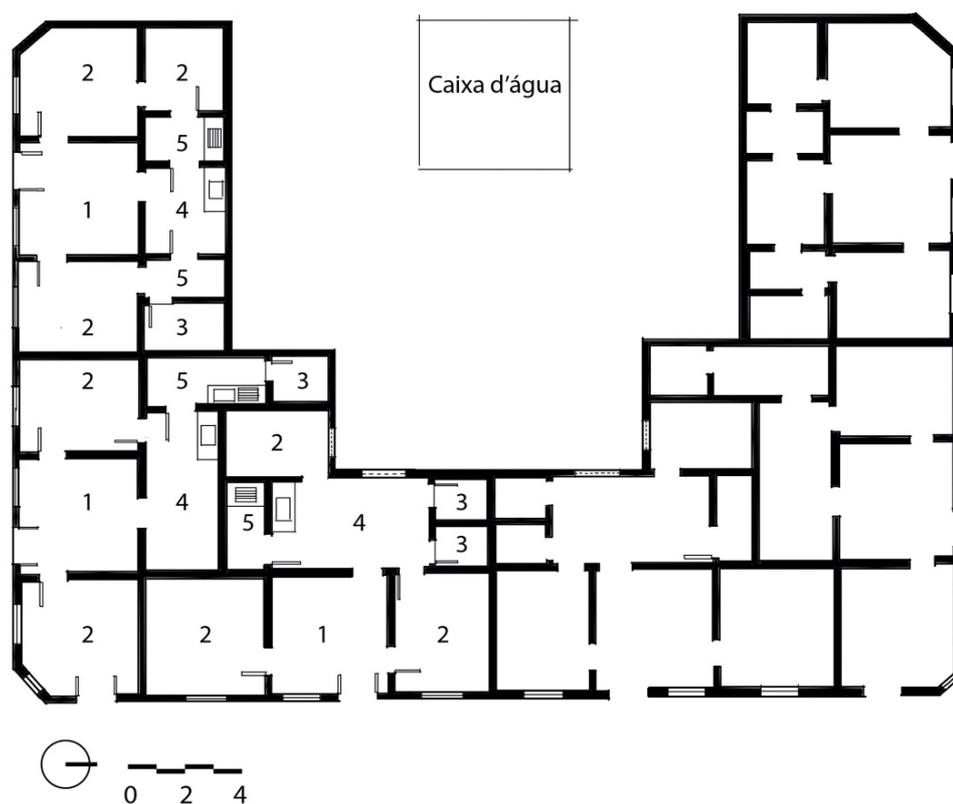


Figura 4.13: Planta do tipo 3. 1- Sala de visitas; 2- Dormitório; 3- Banheiro; 4- Cozinha; 5- Serviço. Desenho elaborado pelo autor (2021).

O tipo 3 chama atenção sobretudo por sua implantação em quadra aberta (figura 4.13). Na área livre do lote, contornada por unidades habitacionais (6 por

quadra), aconteciam confraternizações e atividades de lazer. Duas quadras seguiram essa implantação e contavam com uma caixa d'água cada uma.



Figura 4.14: Fotos atuais das quadras onde se localiza o tipo 3. Nota-se que a áreas livres foram ocupadas por residências, assim como as torres que originalmente abrigavam as caixas d'água. Fonte: Acervo do autor (2021).

Os quatro tipos de unidades habitacionais térreas, como visto, têm suas peculiaridades, no entanto convergem em alguns pontos, por exemplo: não dispunham de forro nem de laje, e as paredes internas, de tijolo maciço, não seguiam até o telhado, mantendo um vão de cerca de 2 metros entre o respaldo da alvenaria e a cumeeira do telhado.

As últimas fases de expansão da Vila São José ocorreram na década de 1940 e tiveram como diferencial a introdução da verticalidade, com a construção de edifícios de apartamentos multifamiliares, e o uso do concreto armado. Além de economicamente mais lucrativa, a tipologia de apartamentos (Figura 4.15) rompeu com a uniformidade da massa edificada e introduziu a verticalidade onde até então predominavam as linhas horizontais.

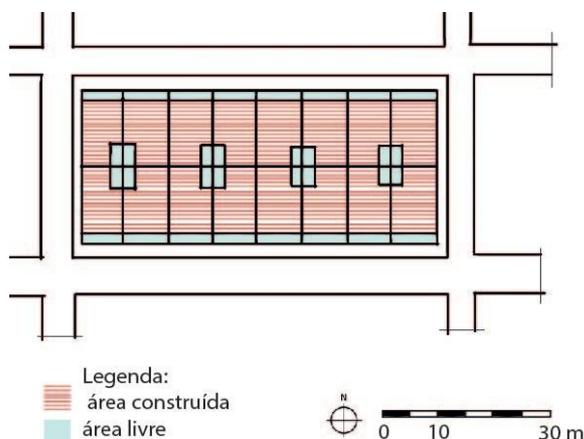


Figura 4.15: Implantação das unidades de apartamentos na quadra. Desenho elaborado pelo autor (2021)

Neste tipo (Figuras 4.16 e 4.17), nota-se que o arranjo espacial interno se difere significativamente dos tipos anteriores, sobretudo por ter acesso e banheiro de serviço (além do banheiro “social”), dependência de empregada e despensa. Além disso, possuem uma área consideravelmente maior (107,95 m²) quando comparados às unidades térreas (em média 70 m²). Segundo Andrade (1990), essas mudanças decorrem do fato da nova estratégia de aluguel do grupo Filomeno Gomes, que na década de 1940 decide alugar as casas para outros inquilinos, não mais exclusivamente aos seus operários. Logo, o programa de necessidades precisou ser adaptado para atender à demanda dos novos locatários.

Estilisticamente, uma marca deste conjunto é a expressiva presença de elementos vinculados ao vocabulário *Art Déco* nas fachadas (Figura 4.18), o qual, como visto anteriormente, esteve relacionado à construção de vilas operárias pela iniciativa privada no Nordeste do Brasil entre as décadas de 1930 e 1940. Quanto à relação entre espaço construído e espaço livre, inicialmente verifica-se que, em cada lote, a proporção é de 62% de área construída para 38% de área livre. Ao passo que o espaço construído se multiplica, essa proporção se altera para 74% e 26%, nas unidades terras com afastamento lateral, e 90% e 10% nos apartamentos.



Figura 4.16: Unidades de apartamentos multifamiliares. Fonte: Acervo do autor (2021)

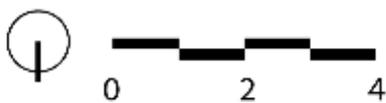
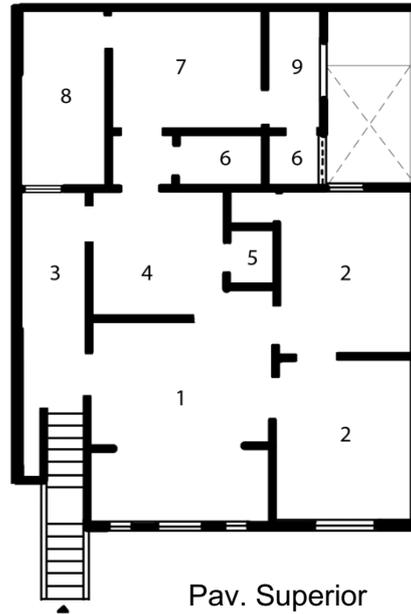
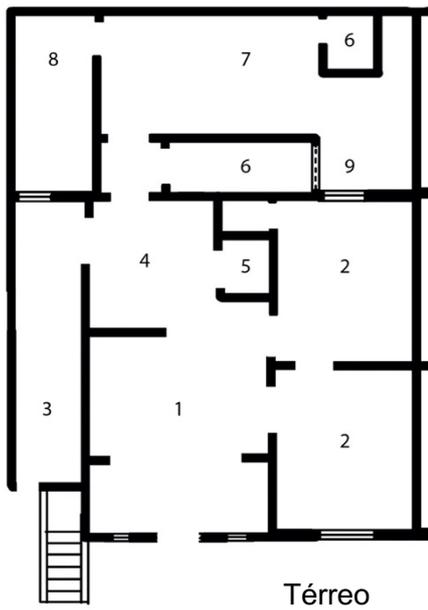


Figura 4.17: Planta do térreo e do pavimento superior de uma das unidades de apartamentos multifamiliares. Legenda: 1- Sala de visitas; 2- Dormitório; 3- Entrada de serviço/ circulação; 4- Sala de jantar; 5- Despensa; 6- Banheiro; 7- Cozinha; 8- Dependência de empregada; 9- Serviço. Desenho elaborado pelo autor (2021).

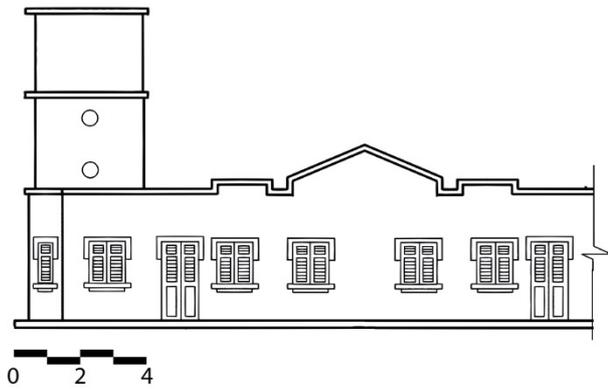
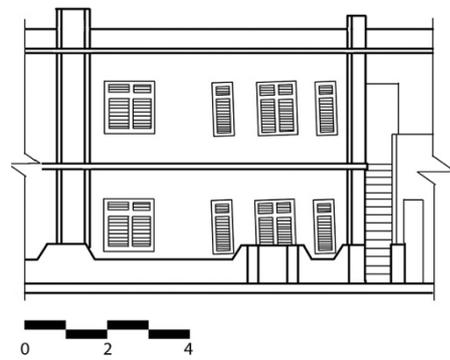
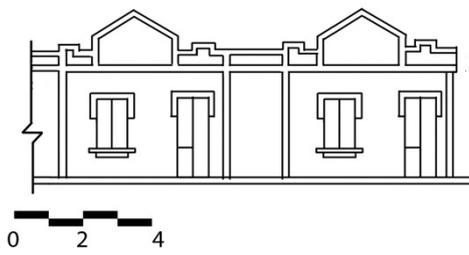
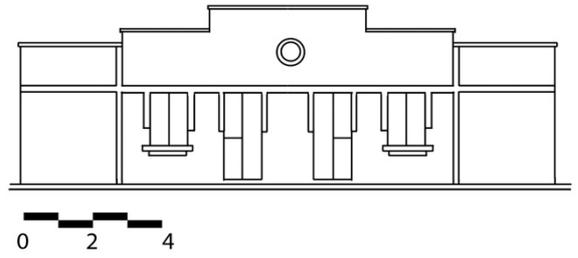
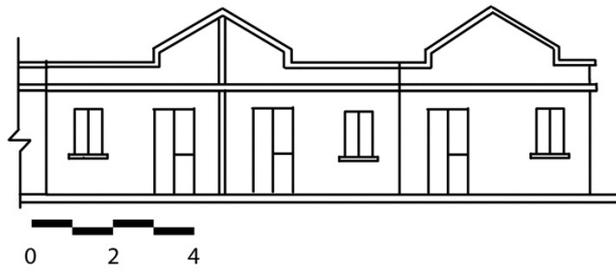


Figura 4.18: Variações de fachadas da Vila São José seguindo o vocabulário *Art Déco*. Desenho do autor (2021).

Assim, a implantação da Vila São José seguiu momentos temporais distintos, de acordo com as diretrizes políticas adotadas pela empresa em consonância com a conjuntura urbana. Ademais, a produção residencial se deu em dois níveis: as casas unifamiliares térreas geminadas em renque e desprovidas de recuo frontal - que originalmente contavam com uma ou duas salas, cozinha, banheiro, quintal e de um a três quartos - e as habitações multifamiliares de apartamentos, cujo programa dispunha de duas salas, dois quartos, cozinha, despensa, banheiro, área de serviço, dependência de empregada e jardim frontal. Percebe-se que esses níveis de produção residencial refletem diretamente na rentabilização do espaço, uma vez que a multiplicação das casas se deu tanto horizontalmente, na ocupação de áreas laterais (quintais), quanto verticalmente.

Considerações finais

Esta dissertação teve como foco central o estudo de duas tipologias residenciais do bairro Jacarecanga, o palacete e a vila operária, diante dos impactos decorrentes das transformações urbanas e sociais ocorridas entre 1910 e 1940 na cidade de Fortaleza. Com este intento, o trabalho procurou articular bibliografia específica, cartografias, iconografias, levantamentos arquitetônicos e documentos que permitissem a realização de uma análise dos objetos de estudo.

No capítulo 1, verificou-se que, historicamente, o desejo de reconhecer a arquitetura característica de um período, de uma cultura ou de um lugar específicos perpassa inevitavelmente pela análise tipológica, método analítico no qual são abordados os aspectos funcionais e formais de edifício, relacionando-o ao contexto histórico, social e urbano. Ainda neste capítulo, buscou-se entender as principais transformações na tipologia residencial urbana do Brasil em diferentes épocas.

No Período Colonial já se notava o uso da arquitetura como fator de distinção social relacionado às duas tipologias vigentes, já que morar em um sobrado conferia um *status* social maior que habitar uma casa térrea. Apesar dessa diferenciação, ambos eram implantados de modo a ocupar todo o lote, o que influenciou a solução de cobertura em duas águas no sentido frente/fundos e, internamente caracterizavam-se por uma organização dividida em zona íntima, zona de serviços e zona de receber. Durante o Brasil Império, ainda que não se notassem mudanças significativas na implantação e na setorização das residências, destaca-se a diversidade de materiais utilizados nas construções, principalmente nas grandes cidades do litoral. O acesso a esses recursos foi possível a partir da abertura dos portos e do consequente estabelecimento de relações comerciais com outros países. Nesse contexto, surgem as tipologias cortiço e casa de porão elevado. Na transição para o Período Republicano, o movimento sanitarista, aos poucos, passa a dominar o discurso político, refletindo-se em mudanças nos códigos de obras e assumindo o controle do espaço urbano e doméstico, por meio de uma legislação rigorosa e da execução dos serviços relativos ao saneamento ambiental.

Assim, nas habitações ecléticas, surgem os recuos, que romperam com a uniformidade marcante nos períodos anteriores e garantiram melhores condições de salubridade. Nessa conjuntura, modificou-se a noção de morar das classes dominantes: a casa, que já expressava o êxito econômico do proprietário desde o Período Colonial, passa a indicar, também, o seu grau cultural e de cosmopolitismo,

a depender do repertório de ornamentos e materiais construtivos que ostentavam. Já as habitações das classes mais baixas e dos operários, por sua vez, não dispunham de capital para adquirir bens importados, tampouco conseguiam acompanhar todas as mudanças de forma efetiva. No entanto, durante as décadas de 1930 e 1940, destacou-se a ação do Estado junto aos industriais na produção significativa de vilas operárias no Nordeste do Brasil, como por exemplo a Vila São José. Tais habitações seguiam, em sua maioria, o vocabulário *Art Déco*, que expressava o utilitarismo fabril em detalhes decorativos geométricos nas fachadas (frisos, marquises, relevos, detalhes nas platibandas) e o tipo mais usual foi o das casas térreas geminadas em renque.

No Capítulo 2, percebeu-se o papel das diretrizes urbanísticas de Fortaleza como agentes modeladores do território que, sob o viés sanitaria de um urbanismo cientificista, influenciaram diretamente a conformação das habitações. Quanto ao processo de reformas urbanas ocorridas na Cidade no contexto da *Belle Époque*, nota-se que, apesar de objetivarem imprimir ares de modernidade aos espaços públicos, referenciaram-se em valores externos e, apesar do intento progressista, o que existia à época era uma sociedade ainda conservadora, marcada pela hierarquia e pela exclusão social. As transformações nas edificações e na configuração urbana descortinam mudanças nos costumes e modos de vida da população abastada, enquanto a população de baixa renda vai sendo cada vez mais controlada e marginalizada.

Na sequência, foi visto que a intensificação das atividades comerciais no Centro da Cidade estimulou um processo de migração das famílias ricas que até então residiam ali. Em busca de lugares mais aprazíveis, autossegregaram-se nos arrabaldes, junto aos caminhos que interligavam Fortaleza ao interior do Estado. Nesse contexto, surgiu a primeira espacialidade burguesa de Fortaleza, na década de 1910, o bairro Jacarecanga. Notou-se que essa expansão a oeste foi favorecida pelos novos meios de transporte, que facilitavam o ir e vir, e permitiram que a elite local pudesse se aglutinar segundo seus interesses e *status* social, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930.

Destacou-se como um ponto de inflexão a transferência, em 1919, do ramal oeste da ferrovia para o interior do Bairro. Tal fato acarretou mudanças significativas na paisagem e na sua configuração urbana, já que nas décadas seguintes atrairia não

só estabelecimentos industriais, mas também uma leva de operários e retirantes em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim, a partir da década de 1920, evidencia-se a segregação socioespacial: de um lado os palacetes burgueses, principalmente em torno da praça Fernandes Vieira, de outro, habitações operárias e ocupações subnormais ao longo da via férrea, nas dunas do Pirambu e nas margens do Riacho Jacarecanga.

Pode-se dizer, então, que a ferrovia foi um fator estruturante do Bairro, mas que ao "rasgar" o tecido urbano fomentou também a segregação do espaço. Então, se em um primeiro momento a casta abastada migrou do Centro devido ao incômodo provocado pela intensificação das atividades comerciais na região, a partir da década de 1940 essa população começa a migrar novamente, agora no sentido leste, importunada desta vez pelo estabelecimento das atividades industriais e pelo surgimento de uma paisagem operária na Jacarecanga. Nesse sentido, nota-se certo alinhamento de Fortaleza ao contexto nacional, uma vez que, entre o final dos oitocentos e as primeiras décadas do século XX, essa dinâmica urbana que envolve o surgimento de novas espacialidades burguesas permeadas por habitações operárias, indústrias e ferrovias ocorreu também em outras cidades brasileiras, como no caso dos Campos Elíseos em São Paulo.

Merece destaque o tema da segregação socioespacial e sua relação com os primórdios da favelização e da marginalização da população pobre em Fortaleza. Nota-se que, historicamente, o poder público relaciona-se com os interesses burgueses e perpetua práticas de priorização de interesses particulares em detrimento dos coletivos, causando assim uma disparidade nas ações e investimentos públicos entre esses espaços, o que reforça a segregação e o estigma social atribuído aos assentamentos precários e aos seus moradores.

No capítulo 3, foram abordados os palacetes ecléticos construídos na Jacarecanga e, em especial, a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho. Por meio da análise, percebeu-se que este exemplar vai ao encontro dos preceitos ecléticos da época e retrata o modo de vida burguês do período, quando a casa abastada passa a ser também um espaço de consumo, no qual acumulam-se itens evocativos de cultura, de cosmopolitismo e de prestígio social, como um meio de materializar espacialmente a singularidade do proprietário. Ademais, viu-se que a atmosfera de exuberância está presente tanto externamente quanto nos ambientes internos, e que

estes seguem uma hierarquia de acordo com o uso, destacando-se o salão nobre e, sobretudo, o vestíbulo (ou *hall*), novidade que possibilitou uma melhor distribuição dos fluxos por eliminar cômodos de passagem obrigatória (comuns desde período colonial) e evitou a superposição de funções em um mesmo ambiente.

Acredita-se que a pesquisa seria potencializada e enriquecida se houvesse a possibilidade de se estudar comparativamente a Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho com outros exemplares de mesma tipologia. No entanto, os palacetes remanescentes no Bairro, ainda que sejam patrimônios edificadas recentes, estão em descompasso quanto ao nível de descaracterização. Nesse sentido, destaca-se a relevância da Escola de Artes e Ofícios como exemplo de política cultural que pode ser lido como uma "metalinguagem do patrimônio", já que é um edifício de valor histórico que serve ao patrimônio, não apenas por sua materialidade que foi preservada graças aos trabalhos de restauro, mas também pelo conhecimento que gera e ensina enquanto ambiente de aprendizagem. Em outras palavras, constitui-se de um bem patrimonial (Casa de Thomaz Pompeu Sobrinho) cuja função social é "falar" de patrimônio (Escola de Artes e Ofícios).

No capítulo 4, viu-se que o estabelecimento das primeiras indústrias têxteis em Fortaleza se deu em decorrência da dinamização econômica fomentada pelo cultivo e exportação do algodão e que, nesse contexto, a Vila Operária São José surgiu como uma forma de captar e manter a mão-de-obra e ainda, como um investimento imobiliário. Sua implantação em etapas e o terreno irregular favoreceram a experimentação projetual, resultando em cinco tipos de casas. Suas unidades habitacionais, nas primeiras etapas de expansão, correspondiam ao conceito de moradia econômica, ou seja, eram dotadas de instalações sanitárias, cômodos arejados e ventilados, embora com um programa de necessidades mínimo. Desse modo, as dimensões reduzidas favoreceram a sobreposição de funções em um mesmo ambiente, o que sugere que, diferente da privacidade proporcionada pela casa burguesa, a habitação proletária deveria contar com espaços flexíveis que pudessem ser adaptados ao longo do dia, como uma sala de visitas que se transforma em dormitório, por exemplo. Quanto à produção de apartamentos, percebeu-se que seu programa de necessidades contemplou espaços que não apareceram nas tipologias anteriores, como dependência de empregada e acesso de serviço. Tal fato indica que

estas unidades seriam destinadas a classes sociais mais altas, e não mais exclusivamente a operários.

A Vila São José constitui, assim, um tipo racionalizado, padronizado, moralizado e regular de habitação, sobre o qual o morador não tinha autonomia como nos outros tipos de moradia de aluguel. Destaca-se aqui que esse padrão de construção é consequência de um conjunto de relações sociais, e não apenas de uma questão de moradia, de modo que a obrigatoriedade da permanência do operário dentro dos limites da Vila, que foi favorecida pela segregação quanto à malha urbana e pelo conforto da rede de equipamentos ofertados, funcionou como uma imposição ao trabalhador do modelo disciplinar burguês.

Aqui, convém destacar o papel de agente modelador da paisagem que a família Filomeno Gomes ainda tem sobre o Bairro, através de investimentos imobiliários. No entanto, se antes tal papel se deu em decorrência dos impactos causados pelos equipamentos do Parque Industrial São José, agora a influência da família se dá através do Centro *Fashion*, equipamento de porte considerável que afeta diretamente a dinâmica intraurbana e fundiária da Jacarecanga.

Por fim, considerando-se que esta dissertação não teve a ambição de abarcar todas as possibilidades acerca do tema e que algumas limitações foram impostas em decorrência da pandemia do COVID-19, espera-se que o trabalho seja útil tanto para esclarecer, em perspectiva histórica, os processos de estruturação urbana de Fortaleza, bem como seus desdobramentos em duas tipologias residenciais caras à nossa arquitetura, quanto para inspirar outros pesquisadores e pesquisadoras a lançarem luz sobre este debate, considerando que a produção residencial é fruto da materialização das relações sociais e de apropriação do espaço em determinado momento histórico.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Aurélia Tâmisia Silvestre de. Archimedes Memória - O futuro ancorado no passado. Dissertação, PROARQ, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, UFRJ/FAU, 2010

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In História da Vida Privada no Brasil .v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 98-112.

AMADIO, Décio. Desenho Urbano e Bairros Centrais de São Paulo – Um estudo sobre a formação e transformação do Brás, Bom Retiro e Pari. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU-USP, 2004.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2019.

_____. Onde moram os operários: Vilas Operárias em Fortaleza 1920-1945. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba: 1990.

ANDRADE, F. ALVES. **Abrangência e Atualidade de Thomas Pompeu Sobrinho.** Academia Cearense de Letras. Disponível em: http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1980/ACL_1980_05_Abrangencia_e_Atualidade_de_Thomas_Pompeu_Sobrinho_F_Alves_de_Andrade.pdf acesso em jun/2020

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará / (coord.) [et. al.]. Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de; CORREIA, Telma de Barros. Habitação proletária no Nordeste do Brasil: a ação privada e do Estado nas décadas de 1930 e 1940. In: Encontro Latinoamericano de Geógrafos - EGAL, 2009, Montevideo/Uruguai.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 192 - 229)

BASTOS, E. Os descendentes de Prometeu. In: Caderno Mais – Folha de São Paulo, 12 de março de 2000.

BENÉVOLO, Leonardo. O ambiente da Revolução Industrial. In: **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2009

BENINCASA, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo, 2003

BENTO, Victor Régio da Silva. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOMFIM, Suzete. A Moradia do operário no Brasil: O caso da Vila Santa Cruz, Estância/SE. 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5a ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). Cidades & história. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. 1a ed. Salvador: UFBA, 1992, p. 11-26.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012

Caniggia, G. e Maffei, G. L. (1995) Tipologia de la edificación: estrutura del espacio antropico (traduzido por Garina, C.) (Celeste Ediciones, Madrid).

CARDOSO, Daniel Ribeiro. Desenho de uma poiesis: comunicação de um processo coletivo de criação na arquitetura. São Paulo: PUC-SP, 2008.

CARTA DE NIZHNY TAGIL Sobre o patrimônio industrial (2003), em português. Disponível em < <http://www.patrimonioidustrial.org.br> >. Acesso em 6 jun. 2020

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura Eclética no Ceará. In: ecletismo na arquitetura brasileira. Org. Annateresa Fabris. São Paulo, Nobel/Edusp, 1987.

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t.108, 1994, p. 43-90.

_____. *O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de “porão alto” na cidade de Fortaleza*. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 2013, p. 47-130

_____. *Localização da chácara Villa Izabel*. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 2004, p. 84 -114

CONDE, Luiz P. F. "Art Déco: Modernidade antes do Movimento Moderno". In: Art Déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo – 1o. Seminário Internacional. Rio de Janeiro:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny – PUC/RJ, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo, Ática, 1989

CORREIA, T. de B.; GHOUBAR, K.; MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], n. 20, p. 10-32, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. O Art Déco na arquitetura brasileira. Revista UFG, v. 12, nº 8, p. 14-18, jul / . 2010

_____. Art déco e indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul.-dez. 2008.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: Edart - São Paulo Livraria Editora LTDA., 1972

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Capítulos de geografia histórica de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. 180 p.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1965.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza. (dissertação) Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, FAUUSP, 2005.

_____. Arquitetura e estrutura: o uso do concreto armado em Fortaleza. Fortaleza, SECULT, 2010.

DUARTE JUNIOR, R.; ANDRADE, M. J. F. S. Identificação e Documentação do Patrimônio Cultural Edificado de Natureza Industrial do Ceará. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2015.

FABRIS, A. (1993). Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização . Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 1(1), 131-143.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza, 6a edição. Armazém da Cultura, 2012.

FRANÇA, Franciney Carreiro. Meu quarto, meu mundo: Configuração espacial e modo de vida em casas de Brasília. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: Formação da família sob o regime de economia patriarcal, 1o volume, 7o edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1952.

_____. Oh de casa!: Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Artenova; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. Mudanças espaciais na casa republicana. A Higiene Pública e Outras Novidades. Pós - R. Prog. Pós-Grad. Arqit. Urb. FAUUSP, São Paulo n.3 p. 5-18 jun. 1993.

_____. O palacete do ecletismo: implantação. Paisagem Ambiente Ensaio São Paulo n. 6 p. 31 - 44 dez. 1994

_____. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira – 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes 1996.

Jucá, Gisafran Nazareno Mota. (Janeiro/Junho de 2002). Fortaleza na visão dos idosos: Onde o público e o privado se entrecruzam. *O Público e o Privado No 1*, pp. 71-85.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio. Revista Eletrônica do IPHAN**, São Paulo, n. 4. mar. /abr. 2006. Disponível em: < <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165> >. Acesso em 12 de maio 2020

LEITE, Kelma Pinheiro et al.. A Arquitetura como Documento Histórico: O Caso da Vila Vicentina Da Estância Em Fortaleza, CE. In: 5o SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: < www.even3.com.br/anais/arqdoc/71614-A-ARQUITETURA-COMO-DOCUMENTO-HISTORICO--O-CASO-DA-VILA-VICENTINA-DA-ESTANCIA-EM-FORTALEZA-CE > . Acesso em: 24/06/2020

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Alvenaria Burguesa. Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Edições Melhoramentos, 1979. p. 103-158. (Arte e Cultura).

_____. História da casa brasileira. Editora Contexto, São Paulo, 1989.

LIMA, Luiz Cruz. **Espaço da produção em movimento** : zona industrial da Francisco Sá. Fortaleza: EdUECE, 2014. 159 p

MARTINS, Ana Luisa. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). O historiador e suas fontes. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 281-308.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.

MELLO, Eduardo Knesse de. Evolução da arquitetura no Brasil. Porto Alegre, Faculdade de Educação da UFRGS, 1983, Tema 11 (edição de dispositivos subdivididos em 13 temas, cada qual acompanhado de respectivo fascículo), mimeo

MIRANDA, Rosana Helena et al.. A Presença das Vilas na Construção da Morfologia Urbana Dos Bairros Operários Centrais De São Paulo.. In: Anais do 3o Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em:<<https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/148718-A-PRESENCAS-DAS-VILAS-NA-CONSTRUCAO-DA-MORFOLOGIA-URBANA-DOS-BAIRROS-OPERARIOS-CENTRAIS-DE-SAO-PAULO>>. Acesso em: 24 jun. 2020

MUNIZ, Alexsandra Vieira. 2016. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. Boletim Goiano de Geografia 36 (3): 420-443. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337148745003>>. Acesso em 10/10/2018.

Miyasaki, Julia Santos. A Praça do Ferreira em quatro tempos: paisagismo e modernidade em Fortaleza. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2020. 350 f.

NEEDEEL, Jeffrey. Estilo Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993. pp. 19-73

NOBRE, Geraldo. O Processo Histórico de Industrialização do Ceará: um estudo de Geraldo Nobre. Fortaleza: Senai/dr-ce, 1989. 455 p.

NORRO, Júlio Ariel Guigou. A vila operária na República Velha: o caso Rheigantz - conceito e materialidade. Dissertação de Mestrado, área de concentração em Arquitetura do curso de Mestrado em Arquitetura da UFRGS, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Dayana Silva de. A consonância entre educação, cultura e patrimônio: um estudo das ações educacionais e pedagógicas da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019. 149 f.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. O processo de modernização de Fortaleza. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2013, Fortaleza. Anais...Fortaleza: UECE, 2013.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. 2011. 305 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

PANERAI, Philipe. Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. *ARQTEXTO*, UFRGS nº6, 2005, p.126-137.

PEQUENO, Renato.; MOLINA, Arthur. Análise Socio ocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, L. R. B. (org). **Como anda Fortaleza**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7414/1/2009_capliv_lrbpequeno_5.pdf > Acesso em 4 abr. 2020.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. A Aristocratização Provinciana em Fortaleza: 1840 — 1890. Recife. Dissert. Mestrado — UFPE, 1995.

PIRES, Amílcar Gil. Vilegiatura e lugar na arquitectura portuguesa. Lisboa: FAUTL, 2008.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social: 1860-1930. 2 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, 208 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970. 214 p.

RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

RYBCYNSKI, W. Casa: pequena história de uma idéia. Editora Record, Rio de Janeiro, 1986

SÁ, Marcos Moraes de. A mansão Figner: o ecletismo e a casa burguesa no início do século XX. Editora Senac, Rio de Janeiro, 2004.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. As influências do Neoclassicismo na arquitetura brasileira a partir da Missão Francesa. 2011

SANTO, José Marcelo do Espírito. Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão. 2006. Dissertação (mestrado em desenvolvimento urbano e regional). Universidade Federal de Pernambuco, PE. 2006

SANTOS, Ana Lucia Vieira dos. A Casa carioca: Estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro. 1750-1850. 2005. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005

SANTOS, Suellen Dayse Versani dos. A casa brasileira do século XIX e seus desdobramentos na produção residencial de Belo Horizonte: influência dos antecedentes coloniais e o papel do neoclassicismo e do ecletismo. 236 f. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. 2011

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. Arquitetura do Estado Nacional: o estilo Art Déco e o edifício da Estação Central do Brasil. 2015, 236 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 2010.

SEGRE, R. América Latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura. São Paulo: Nobel, p.109, 1991

SOUZA, Beatriz Santos de. De espaço da produção à comercialização: Centro Fashion Fortaleza. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2019.80 f.

SOUZA, Maria do Socorro C.G. Alves de.; JEREISSATI FILHO, Roberto Gerardo. Estudo da área de Jacarecanga: Praça do Liceu e imediações. Trabalho de disciplina 083 Biblioteca do Curso de Arquitetura. Universidade Federal do Ceará, 1979.

STRÖHER, Eneida Ripoli (org.). O Tipo da arquitetura: da teoria ao projeto. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001

SYDRIÃO, Régis Leitão. A ferrovia e os processos de estruturação urbana em Fortaleza (1915-1950). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, São Paulo, 2017.

TIMM, Juliane Aimé. Habitações operárias no Brasil. Arquitetura e urbanismo da habitação na primeira metade do século XX. 2015. 245 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura), universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TOLEDO, Benedito Lima de. São Paulo: Três cidades em um século. São Paulo: Cosac&Naify/Duas Cidades, 2004

VALDIVA, Jose Luque. Una teoria arquitectonica de la ciudad - Estudios Tipológicos de Gianfranco Caniggia. Temas de Urbanismo, Revista de Edificación.RE. Dezembro de 1993

VAUTHIER, L.L. Casas de Residências no Brasil. In Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n. 7, p. 127 – 208, 1943

VAZ, Lilian fessler. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002

VELLOSO, Monica Pimenta. As tradições populares na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: FUNART/Instituto Nacional do Folclore, 1988

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. 500 Anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999

VIANA, Flávio Gondim. A cidade de Fortaleza e suas raízes industriais: ensaios sobre formação urbana e patrimônio industrial. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. 144 f.

VIANA, Carlos Negreiros. A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 122, n. 1, p.213-223, 2008.

VINCENT, G e PROST, A. (org). História da Vida Privada: Da Primeira Guerra a nossos dias. Companhia das Letras, São Paulo, 1992

WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para o uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013

WEIMER, G. Os Anos Obscuros. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 85-96, 1992.

Matérias e reportagens:

LIMA, Juliana Domingos de. O que são as vilas operárias e o que resta delas no Brasil. **Nexo Jornal**, São Paulo, 24 Mar. 2019, Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/24/O-que-são-as-vilas-operárias.-E-o-que-r-esta-delas-no-Brasil>>. Acesso em 7 jan. 2020.

SANTIAGO JR, Ilo. Auge das fábricas gerou migração. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 jul. 2012. DN Negócios.

SANTIAGO JR, Ilo. Parque fabril demorou a chegar e a se estabelecer. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 set. 2012.

Pirambu: maior favela do Ceará e a 7a maior do Brasil. **O POVO**. Fortaleza, 22 dez. 2011.

Legislação

RESOLUÇÃO n. 1.162 de 3 de agosto de 1865 – aprova as Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza.

CEARÁ. RESOLUÇÃO n. 1.365 de 20 de novembro de 1870 – aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza.

RESOLUÇÃO n. 1.818 de 1º de fevereiro de 1879 – aprova o Código de Costuras da Câmara Municipal de Fortaleza.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Código Municipal (Dec. Nº 70, de 13 de dezembro de 1932)

PREFEITURA DE FORTALEZA. - Instrução Técnica Para Declaração De Relevante Interesse Cultural Do Conjunto Urbano Do Bairro Jacarecanga (Instrução Técnica/CPHC/SECULTFOR No 01/2012)

Imposto Predial de 1922 – Diário do Ceará, parte oficial.